



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL  
INTERDISCIPLINAR EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL  
E DIREITOS HUMANOS

**LUZIA VIEIRA DA SILVA BERNARDES**

**UNIVERSIDADE, SAÚDE MENTAL E DIREITOS HUMANOS:  
UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL A PARTIR DAS VIVÊNCIAS DOS ESTUDANTES  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Palmas/TO  
2021

**LUZIA VIEIRA DA SILVA BERNARDES**

**UNIVERSIDADE, SAÚDE MENTAL E DIREITOS HUMANOS:  
UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL A PARTIR DAS VIVÊNCIAS DOS ESTUDANTES  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, da Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense – Linha de Pesquisa – Efetividade das Decisões Judiciais e Direito Humanos – subárea: Educação e Direitos Humanos, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Carlos Mendes Rosa

Palmas/TO  
2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

B522u    Bernardes, Luzia Vieira da Silva.  
          UNIVERSIDADE, SAÚDE MENTAL E DIREITOS HUMANOS: UMA  
          ANÁLISE INSTITUCIONAL A PARTIR DAS VIVÊNCIAS DOS  
          ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. / Luzia  
          Vieira da Silva Bernardes. – Palmas, TO, 2021.  
          135 f.  
  
          Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins  
          – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em  
          Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, 2021.  
          Orientador: Carlos Mendes Rosa  
  
          1. Saúde mental. 2. Universidade. 3. Políticas institucionais. 4. Direitos  
          humanos. I. Título

**CDD 342**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

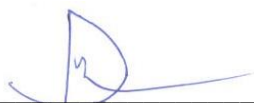
LUZIA VIEIRA DA SILVA BERNARDES

**UNIVERSIDADE, SAÚDE MENTAL E DIREITOS HUMANOS:  
UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL A PARTIR DAS VIVÊNCIAS DOS ESTUDANTES  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Dissertação propositiva apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, promovido pela Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre.

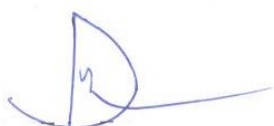
Data de aprovação: 18 de agosto de 2021.

Banca Examinadora:



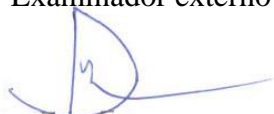
---

**Prof. Dr. Carlos Mendes Rosa, UFT**  
Orientador e presidente da Banca



---

**Prof. Dr. José Fernando Patino Torres, UFT**  
Examinador externo



---

**Prof. Dr. Paulo Fernando de Melo Martins, UFT**  
Examinador interno

Palmas/TO

2021

*Para Vicente, meu amor mais (in)tenso  
Para Vanina, minha inspiração desde o início.  
E todos que partiram.  
Para todos os/as estudantes que confiaram a  
mim seus relatos, suas dores, alegrias e  
angústias e tornaram este trabalho possível.*

*“Por isso cuidado meu bem  
Há perigo na esquina  
Eles venceram e o sinal  
Está fechado para nós  
Que somos jovens...”  
(Elis Regina)*

*Assim como a psicanálise, que esta pesquisa possa refletir o espírito de seu tempo.*

## **AGRADECIMENTOS**

A mística, que aprendemos a chamar de Deus, pela vida e pela saúde, pela fé, até aqui.

À minha mãe, que sempre foi tudo o quanto podia. Pelo amor a vida, por todo carinho, cuidado e colo que pode dar. Obrigada por tudo mãe!

À minha irmã Valéria, pelo cuidado que dedicou a minha educação desde as primeiras séries, quando organizava cuidadosamente meus materiais e insistia para que eu sempre continuasse. Por cada livro, revista, fita k-7, cd e sessões de cinema que me permitiram sonhar, vislumbrar futuros e perspectivas para muito além do que tínhamos acesso. Vocês são o que tenho de melhor em mim!

Carlos, meu orientador, tenho tanto para lhe agradecer, que não caberia aqui apenas, pelo seu carinho, sua condução sempre gentil, mas também firme, suave, mas também áspera. De ponto em ponto construímos este pequeno traçado, em linhas de encontro, afeto, apostas. Nem sempre foi fácil, não é mesmo?! Mas são nesses encontros raros que renovamos nossa força para seguir e resistir, confiando no que ainda está por vir. Ainda há tanto para aprender contigo. Obrigada pela confiança e compreensão de sempre. Muito obrigada por tudo, até aqui.

Aos Professores membros da banca de avaliação, a quem admiro pela sensibilidade e profissionalismo, que abrilhantaram a condução deste trabalho: José Fernando por sua gentileza e disposição em transferir seu saber, obrigada por tudo, pela oportunidade de escrever e publicarmos juntos, pela atenção e carinho que sempre me dispensa em todos os momentos que partilhamos. E Paulo Fernando, por sua maestria, sempre disposto a nos provocar pela crítica, sempre gentil e afetuoso, obrigada pelo compromisso conosco num momento tão singular. Foi uma honra estar e contar com vocês no percurso do mestrado.

Agradeço especialmente, a Prof.<sup>a</sup> Liliam Deisy Ghizoni, pelos momentos partilhados, pelo carinho de sempre e pela belíssima oportunidade de dividir comigo sua sala de aula na graduação, me recebendo no estágio de docência. Sua generosidade sem medida me proporcionou uma das experiências mais especiais durante o mestrado e um aprendizado valioso, que levarei comigo para sempre. Muito obrigada, minha querida, por tudo! Conte comigo hoje e sempre!

Ao colegiado do mestrado, em especial ao Prof. Gustavo Paschoal e a Prof.<sup>a</sup> Patrícia Medina pelo apoio, atenção e carinho de sempre.

A Eugenia por todo carinho, suporte e apoio que nos dedica.

A ESMAT pela parceria que constrói possibilidades.

Ao Grupo de Pesquisa Subverso, aqui representado por Ana Carolina, Rodrigo, Franciana, Arlane, que me receberam e a Nayara, Tallyta, Célia e Kênia que chegaram depois e somaram forças. Agradeço tanto a vocês minha gente querida, por terem me acolhido para muito além da parceria no trabalho acadêmico. Admiro cada um/a de vocês, por quem são, pela forma como se posicionam diante da vida e da pesquisa, pelo percurso de cada um/a, pelo carinho, atenção, palavra e afeto que me dedicam sempre. Obrigada, sobretudo, por me ajudarem a encarar com amor e crítica, este tema que escolhi e que é tão duro de se adentrar, com vocês pude atravessar até aqui. Vocês me inspiram a resistir, continuar e subverter de alguma maneira. Hoje sou, porque nós somos! Muito obrigada!

As minhas querida amigas e companheiras de trabalho na UFT e de jornada no mestrado, Helenara e Marja, sem vocês essa experiência não seria a mesma, obrigada por todo apoio, carinho e escuta de sempre, pela disponibilidade de vocês, mesmo nos dias difíceis, pelos abraços, sorrisos, lágrimas e alegrias que dividimos. Pelos finais de semana que passamos reunidas estudando - quando ainda podíamos - preparando seminários e pensando artigos. Obrigada por toda a ajuda durante a construção da pesquisa e principalmente, pela união no percurso das aulas e eventos em que estivemos juntas. Agradeço a vocês ainda, pela partilha, pela troca de ideias, por estarem sempre atentas e dispostas a dizer e a ouvir. Vocês contribuíram muito para este trabalho. Contem sempre comigo!

E as companheiras de trabalho na Coordenação de Gestão de Pessoas do Campus de Palmas, que apoiaram e torceram junto conosco, obrigada por todo suporte para que fosse possível o afastamento para estudos, sem o qual, nada disso teria sido possível. Estivemos distantes, mas nos apoiando mutuamente.

A Patrícia, Juliana, Allane, Daiane, irmãs e companheiras do Enxoval Maria de Nazaré, obrigada pelo carinho, cuidado e vibrações amorosas que sempre me dedicam, por me fortalecerem nessa caminhada pela vida.

Ao grupo Fala – Percurso de Freud a Lacan, aqui representado por Luiza e Aline, obrigada querido grupo, por me acolherem de forma tão afetuosa, pela generosidade com que cada um divide seus saberes e seus esforços em transmitir a psicanálise. Estar com vocês nesses últimos dois anos tem sido tão rico e fundamental para que eu pudesse sustentar o desejo de escutar. Juntos nos divertimos, nos emocionamos e transformamos esse momento tão singular de nossas vidas em potência criativa.



Agradeço especialmente à UFT, por tudo que tem me proporcionado nesses 6 anos de vínculo, para muito além do trabalho material, pelos afetos que circulam ali, parcerias, oportunidades de estudo, crescimento pessoal e profissional, e pelo apoio institucional para a realização do mestrado que é para e pela universidade.

Agradeço ainda, imensamente, aos meus queridos Vinicius e Vicente, pela companhia na vida e nos sonhos. A vocês todo meu amor e esperança.

Por último, mas não menos importante, agradeço a mim mesma por não desistir. Por ter sustentado o desejo, a aposta, dado vazão a angústia e encontrado inspiração durante este percurso. Por resistir e confiar no processo de construção, de conhecimento e de mim mesma, através de saberes que agora me atravessam, me afetam e me constituem.

Foi um longo caminho até aqui, desde a graduação a onze anos atrás, quando fui a primeira da minha família a me formar na faculdade e em seguida, concluir uma pós graduação lato sensu. Foram cinco anos de tentativas para cursar o mestrado, cinco processos seletivos para aluna regular, outros quatro para aluna especial. Concluí-lo é a realização de um sonho, que certamente não teria conseguido realizar sem ajuda, não só de quem cito aqui em agradecimento, mas de todos os autores e autoras que vieram antes de mim, nos ombros dos quais me apoio hoje para defender uma pesquisa construída a muitas mãos, muitos sonhos e lutas. Mesmo na solidão e na solitude da escrita, a pesquisa é coletiva, e isso é bonito de se ver!

Deixo minha gratidão também para aqueles/as que por acaso não tenha citado, mas por ventura leiam este trabalho, sintam-se nele representados/as, deixo aqui todo meu carinho.

## RESUMO

O presente estudo propõe uma análise institucional acerca das políticas públicas de promoção de saúde mental na Universidade Federal do Tocantins. A partir da escuta dos estudantes de graduação e do referencial teórico, buscou-se compreender a complexidade do tema saúde mental relacionada aos direitos humanos. Realizou-se, então, uma pesquisa aplicada, exploratória, em campo, adaptada ao contexto da pandemia do novo coronavírus, baseada em referências bibliográficas e de natureza qualitativa. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, no período entre setembro de 2020 a fevereiro de 2021, mediante a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas. Os resultados foram analisados com base no enfoque analítico institucional descrito por Barembliitt (2002), observando o fenômeno a partir do sujeito e considerando seu protagonismo diante do contexto social da universidade. A amostra compõe-se de 08 estudantes de cursos de graduação do Campus Universitário de Palmas, regularmente matriculados. Dentre os resultados, destacam-se os relatos que se referem a situações de sofrimento agravadas pelo contexto de pandemia, o perfil dos participantes que confirma o quadro de vulnerabilidades socioeconômicas apontado pelo referencial teórico, bem como uma baixa procura ou adesão dos estudantes para com as ações de promoção e cuidado em saúde mental promovidas no Campus de Palmas. Há ainda, um desencontro entre estudantes, setores e serviços que oferecem acolhimento dentro da universidade, uma vez que ao buscarem tais serviços os estudantes não obtêm retorno, o que denota dificuldades relativas à comunicação entre instituição e comunidade acadêmica, e a falta de delineamento da política de saúde mental da universidade. Visto que, se existe tal política, não está claramente delimitada e acessível. A partir dos resultados, elaborou-se uma cartilha como produto técnico, sobre os temas saúde mental, direitos humanos e serviços de assistência e acolhimento na universidade e na rede pública de saúde. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o aprimoramento das ações voltadas à prevenção do sofrimento psíquico e possam, em alguma medida, proporcionar aos estudantes recursos e orientação para o cuidado em saúde mental em sua trajetória acadêmica, além de estimular a produção de conhecimento científico relacionado a direitos humanos e saúde mental dos estudantes, nas universidades públicas.

**Palavras-Chave:** Saúde mental. Universidade. Políticas institucionais. Dignidade humana. Direitos Humanos.

## ABSTRACT

This study proposes an institutional analysis of public policies for the promotion of mental health at the Universidade Federal do Tocantins. From listening to university graduate students and the theoretical reference, sought out to understand the complexity of the mental health issue related to human rights. An applied, exploratory, field research was then carried out, adapted to the context of the new coronavirus pandemic, based on bibliographical and qualitative references. Data collection occurred through semi-structured deconstruction, in the period between September 2020 and February 2021, with the approval of the Comitê de Ética em Pesquisas. The results were analyzed based on the institutional analytical approach described by Barembritt (2002), observing the phenomenon from the subject and considering their role in the social context of the university. The sample consisted of 08 students from undergraduate courses at the Campus Universitário de Palmas, regularly enrolled. Among the results we highlight the reports that refer to situations of suffering aggravated by the pandemic context, the profile of the participants that confirms the picture of socioeconomic vulnerabilities pointed out by the theoretical reference, as well as a low demand or adherence of students to the promotion and mental health care actions promoted at the Campus de Palmas. There is also a mismatch of knowledge of sectors and services within the university, which provide host students, which indicates difficulties with communication between the institution and the academic community and the lack of delineation of the mental health policy of the university. Since, if such a policy exists, it is not clearly delimited and accessible. Based on the results, a booklet was elaborated as a technical product on the themes of mental health, human rights and care and reception services in the university and in the public health network. It is expected that the results of this research will contribute to the improvement of actions aimed at the prevention of psychological distress and may contribute, in some measure, to provide students with resources and guidance for mental health care in their academic trajectory, in addition to stimulating the production of scientific knowledge related to human rights and mental health of students in public universities.

**KEY-WORDS:** Mental health. University. Institutional policies. Human dignity. Human rights.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### APÊNDICES

Apêndice A - Termo de consentimento livre e esclarecido .....	125
Apêndice B - Termo de autorização para gravação de voz e imagem .....	127
Apêndice C - Modelo da entrevista semiestruturada.....	128
Apêndice D - Mensagem de divulgação da pesquisa .....	130
Apêndice E - Formulário de divulgação da pesquisa .....	131
Apêndice F - Formulário para autorização da participação e perfil sociodemográfico .....	132
Apêndice G - Cartilha elaborada como produto técnico a partir da pesquisa.....	135

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Crescimento de matrículas em função da política de cotas .....	44
Figura 2 - Arte desenvolvida para a campanha Não é normal pela Frente universitária de saúde .....	55
Figura 3 - Dificuldades emocionais dos estudantes – Pesquisa ANDIFES 2014.....	56
Figura 4 - Dificuldades emocionais dos estudantes – Pesquisa ANDIFES 2018.....	57
Figura 5 - Mensagem convite para o agendamento da entrevista.....	73
Figura 6 - Capa da cartilha apresentada como produto final de curso .....	108

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CAs	Centros Acadêmicos
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Corte IDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CVV	Centro de Valorização da Vida
DCE	Diretório Central do Estudantes
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
OCDE	Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROGRAD	Pró-reitoria de Graduação
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
SIE	Sistema de informação da educação
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidades básicas de Saúde
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UNB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INSTANTE DE VER.....</b>	<b>17</b>
No primeiro olhar o (des)alento.....	17
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>2 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>23</b>
2.1 Estrutura do trabalho.....	25
<b>3 PROBLEMA DE PESQUISA.....</b>	<b>27</b>
<b>4 OBJETIVOS.....</b>	<b>28</b>
4.1 Objetivo Geral.....	28
4.2 Objetivos Específicos.....	28
<b>TEMPO DE COMPREENDER.....</b>	<b>29</b>
<b>5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>29</b>
5.1 Atravessados pela pandemia: o que resta?.....	29
5.2 Direitos humanos e saúde mental: da utopia a pandemia.....	34
5.3 A universidade hoje: novas configurações, novos desafios.....	42
5.4 A práxis universitária: uma crítica a lógica institucional.....	46
5.5 Saúde mental no contexto universitário: individualização do sofrimento do estudante.....	51
5.6 Dignidade humana: uma perspectiva de reconhecimento e cidadania do estudante universitário.....	59
5.7 Iniciativas de cuidado em saúde mental nas universidades: considerações sobre programas de acolhimento.....	62
<b>MOMENTO DE CONCLUIR.....</b>	<b>68</b>
<b>6 PERCURSO METODOLÓGICO – (des) caminhos.....</b>	<b>68</b>
6.1 Caracterização da Pesquisa.....	69
6.2 Meios de Pesquisa.....	69
6.3 Cenário de Estudo .....	70
6.4 Participantes da Pesquisa.....	70
6.5 Período de Coleta de Dados.....	70
6.6 Técnicas e Instrumentos de Coleta.....	71

6.7 Tratamento dos Dados.....	74
6.8 Aspectos Éticos Legais.....	75
6.9 Resultados do Estudo.....	76
<b>7 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>77</b>
I. Perfil da amostra – perfil sociodemográfico.....	78
II. Indicadores da relação com a instituição.....	80
III. Indicadores de saúde mental e vulnerabilidades.....	89
IV. Indicadores de políticas de saúde mental na universidade.....	94
V. Indicadores de dignidade, cidadania e direitos humanos.....	99
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>103</b>
Contribuições da dissertação.....	105
Trabalhos futuros – lacunas de pesquisa.....	106
Produto de final de curso.....	107
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>123</b>



## INSTANTE DE VER

### No primeiro olhar o (des)alento

*“Não quero lhe falar  
Meu grande amor  
Das coisas que aprendi nos **livros**  
Quero lhe contar como vivi  
E tudo que aconteceu comigo...”  
Elis Regina*

No momento em que vivemos uma pandemia que devasta nosso país, ao ultrapassar o assombroso número de mais de 500 mil brasileiros mortos (MENDONÇA, 2021), numa média de mais de 2 mil mortes por dia e aumentando, um pesar profundo furta os olhos, marejados, doídos de chorar prantos de luto.

A pandemia do novo Coronavírus impôs a todos uma mudança radical na realidade das rotinas e uma quebra de paradigmas sem precedentes, aos quais não estávamos preparados para enfrentar, como indivíduos e sociedade.

A mim, como aluna e pesquisadora do Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, e servidora da UFT, não foi diferente, os impactos das medidas de proteção e saúde recaíram drasticamente sobre minha vida e a pesquisa, desdobrou-se em prejuízos, tanto para a forma, quanto para o cronograma que havíamos estabelecido ainda em 2019, para sua realização.

Como mãe de um lindo menino de quatro anos, recém completados, que frequentava a escola de educação infantil, vi recaírem, sobre mim, ainda mais responsabilidades e atribuições com o trabalho de cuidado e educação que demandam sobremaneira. Estamos há mais de um ano restritos ao espaço doméstico, há mais de um ano com as escolas fechadas e justamente nesse momento, em que nutríamos expectativas pela vacinação e um retorno ao ambiente escolar, somos tomados novamente pelo impacto do vírus em mutação, ainda mais grave, ainda mais perigoso, sem perspectivas de controle de contágio e quiçá de imunização em massa.

Embora todos estejamos enfrentando uma experiência de angústia e desamparo para a qual não temos um referencial simbólico e subjetivo preparado para lidar com tal experiência,

para nossas crianças, ainda em desenvolvimento, esse impacto é incalculável, pois estão sofrendo ainda mais e precisam de muito cuidado, atenção, amor e respeito pela sua infância.

Percebemos como a pandemia escancarou a sobrecarga das mulheres mães e agravou a realidade difícil que já vivíamos mesmo antes do fechamento das escolas e das restrições de acesso, pois não são duas ou três jornadas de trabalho que enfrentamos, mas múltiplas jornadas que se sobrepõem num contínuo de exigências e demandas que esgotam física e mentalmente. No âmbito do lar e das relações afetivas, o efeito é ainda pior, pois vemos nossos relacionamentos ruírem.

O prejuízo desse contexto para as mulheres é devastador. A mim, coube somar-me às milhares de mães trabalhadoras e estudantes que se viram diante do real, do inominável, do peso de carregar a cria, a casa, a rotina da vida sobre os ombros, mantendo, tanto quanto possível, a saúde física e mental. São incontáveis as horas dedicadas ao trabalho material e mental de organizar a vida e os estudos, infelizmente, ficaram prejudicados. Os diversos livros e artigos, a elaboração e a escrita, tiveram que esperar que o dia acabasse, que o filho dormisse e o silêncio da noite chegasse para que as ideias pudessem fluir. Muitas ideias não puderam ser transcritas aqui, pela falta de um momento adequado para guardá-las, fosse num papel, numa nota, para que fossem retomadas.

Enquanto sociedade, com imensa tristeza, assisto como falhamos miseravelmente na manutenção de um pacto social de garantias mínimas para resguardar o direito à vida e a dignidade humana. É lamentável e aterrador ver o governo federal envaidecer-se ao desrespeitar a saúde, negar a ciência, com cinismo e escárnio, promover a morte, estando eu, exatamente nesse contexto, realizando uma pesquisa científica sobre saúde mental e ainda sobre jovens estudantes vulnerabilizados social, material e psicologicamente, os quais o projeto necropolítico quer massacrar.

Eis que bate à porta o desalento, como a visita indesejada, a sensação de impotência e vazio, como se me perdesse do caminho, do roteiro traçado pelo planejamento de outrora, que não pode mais ser retomado, pois ficou no passado, naquela doce ilusão de controle que detínhamos no tempo que chamávamos de “normal”.

É preciso elaborar e ressignificar a cada dia, o sentido do trabalho acadêmico ao ver tantos de nós sucumbirem ao vírus e às mazelas sociais, sabendo que são evitáveis tantas mortes e tanta dor. Essa pesquisa é, portanto, o resultado de um trabalho difícil e por vezes incerto, de elaboração, que exige, em certa medida, o que nos ensina Freud (1914) recordar,

repetir, elaborar, no sentido de lembrar todos os dias o motivo pelo qual começamos o percurso.

Apesar de tudo, sigo fazendo o possível, (re)descobrimo que a vida, o trabalho, a pesquisa, a ciência, nossos afetos e pessoas queridas também são alentos, e esta pesquisa, especialmente, é um motivo para seguir.

## 1 INTRODUÇÃO

O contexto atual das universidades públicas no Brasil está marcado por mudanças significativas que afetam diretamente a saúde e a permanência dos estudantes na universidade. Dentre elas, destaca-se a precarização da educação superior pública e das políticas públicas de assistência aos estudantes, situação que mostra um cenário crítico, contrário ao que foi construído ao longo da última década. Tal situação desconfigura as esperanças do futuro profissional almejado pelos jovens universitários e ameaça a existência das próprias universidades.

Em um contexto social, político, econômico e institucional, atravessado por crises estruturais, que vão desde o contingenciamento do orçamento destinado às universidades, até o questionamento do valor e da finalidade da universidade pública no Brasil, e ainda, agravado pela pandemia, diversos são os fatores que comprometem o bem-estar e a saúde mental de um público que se encontra mais vulnerável em aspectos sociais e psicológicos, como é o caso dos estudantes universitários. Percebe-se, ainda, um intenso movimento de individualização do sofrimento dos estudantes, decorrente de uma lógica institucional que reproduz violências e preconceitos, como racismo, sexismo, assédios e abusos, até mesmos sexuais. (LEÃO, IANNE e GOTTO, 2019; BECK, 2010).

Percebendo a universidade como um ambiente múltiplo e complexo, que não se restringe aos espaços físicos do campus, mas que ultrapassa muros e se desdobra em tantos outros espaços sociais, das relações e dos afetos (GOULART, 2019), nos deparamos com a necessidade e a urgência de se dar voz a quem protagoniza a vida universitária e tem sido constantemente silenciado em suas narrativas e demandas (PATINO, 2012). Sobre os estudantes, há cada vez mais cobranças com relação a alto rendimento, compromisso e responsabilidade, ao mesmo tempo em que são desvalorizados, fragmentados de suas subjetividades, singularidades e objetificados pela lógica da reprodução, que coloniza os espaços acadêmicos (DUNKER; VIEIRA; VERAS, 2021; PATINO, 2019).

A nova ordem, não só no âmbito da universidade, mas na sociedade como um todo, é silenciar. Em todo o contexto social, pelos modos de vida hegemônicos que nos capturam, seja no campo do trabalho, da política, da família, das relações com os outros, a subjetividade vai sendo colocada à margem, relegada ao esquecimento.

Em face ao crescente número de casos de adoecimento que chegam a culminar em suicídio, a população universitária tem buscado suporte para atender suas dificuldades, porém, muitas vezes não encontra locais apropriados, dentro da instituição, pois nem todas as

universidades possuem programas ou serviços de atenção à saúde mental (ACCORSI, 2013).

Como agravante, a pandemia lança os estudantes em uma situação ainda mais crítica, de angústia e desamparo, ao se depararem com a ruptura de seus vínculos sociais e afetivos, da rotina e hábitos que conheciam, a partir da suspensão das atividades da universidade (UFT, 2020; DUNKER; VIEIRA; VERAS, 2021). Estão agora, num, não lugar, entre o imprevisto das aulas remotas – para os que ainda podem acessá-las – o distanciamento social, o provável luto pela perda de algum familiar ou amigo e o perigo iminente de contaminação pelo coronavírus.

A comunidade acadêmica está sofrendo, sobretudo, os estudantes, o que torna urgente o estudo e a análise dos aspectos do sofrimento que circunda este público, no sentido de compreender quais são os fatores que estão desencadeando o sofrimento psíquico no contexto acadêmico, assim como evidenciar de que modo a instituição tem trabalhado para atender esta crescente demanda e quais práticas têm adotado para o enfrentamento desta problemática.

De acordo com a Organização das Nações Unidas – ONU (2018) mais de 10 pessoas, em cada 100 mil habitantes no mundo, vão a óbito por suicídio. Os dados publicados pela Organização Mundial de Saúde – OMS (2017) revelam que o suicídio é responsável por 1,4% das mortes no mundo, tornando-se a 18ª causa de morte no ano de 2016, o que representa cerca de 800 mil mortes por ano. A OMS (2019) informa ainda, que 1 pessoa vem a óbito por suicídio a cada 40 segundos, sendo que dos seus 183 países-membros, apenas 38 possuem programas estratégicos de educação e prevenção ao suicídio.

Segundo os dados divulgados na Folha Informativa da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS e OMS (2018), estima-se que 300 milhões de pessoas sofrem de depressão no mundo todo, especialmente mulheres. Nesse quadro, o Brasil ocupa um lugar de destaque, sendo um dos países que apresentam um dos mais altos índices de depressão em sua população e o primeiro na América Latina, de acordo com a OMS. Estima-se ainda, que uma em cada dez pessoas terá necessidades em saúde mental, nos próximos anos (ONU, 2018).

No Brasil, o número de mortes por suicídio cresce a cada dia, sendo a 2ª maior causa de morte registrada entre pessoas de 15 a 29 anos, segundo relatório da OMS e o contexto da universidade tem apresentado números que corroboram com esta realidade, sendo crescente o número de casos de suicídio de estudantes universitários nas diversas regiões do país. Dentre eles o suicídio de um aluno da Universidade de Brasília – UNB, cometido nas dependências da instituição, no campus Darcy Ribeiro, conforme nota divulgada pela reitoria da instituição no mês de setembro de 2019.

Na Universidade Federal do Tocantins – UFT, lócus desta pesquisa, já ocorreram mortes de estudantes de graduação por suicídio, sendo o mais recente no último mês de maio de 2021.

Nesse sentido, a universidade precisa alinhar suas ações e programas para o atendimento adequado aos alunos em situação de sofrimento, buscando não só atender as diretrizes da assistência estudantil definidas pela legislação vigente, mas também a inserção plena desses alunos no processo de aprendizagem, possibilitando uma formação profissional, cidadã e digna (BARROS, 2016).

Assim, visando refletir sobre as implicações do atual cenário e seus desdobramentos na saúde mental, principalmente dos jovens universitários, é que propomos este estudo. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa que busca articular temas contemporâneos sob uma perspectiva crítica, e suscita várias questões como: o que os estudantes pensam sobre saúde mental e as ações que a universidade promove para o cuidado e prevenção do sofrimento? Como estão passando por esse momento de pandemia? Os estudantes consideram que existe relação entre saúde mental, dignidade, cidadania e direitos humanos? Existe uma política institucional que promova ações de acolhimento e cuidado em saúde mental na UFT?

Para responder a estes questionamentos, propõe-se a partir da abordagem qualitativa, escutar os estudantes, e a partir do relato de suas vivências, realizar uma análise institucional, considerando seus reflexos na saúde mental dos estudantes. Para isso, utilizamos a perspectiva da análise institucional de Baremblytt, que promove o protagonismo daqueles que vivem a instituição e que dela fazem parte.

Esta pesquisa é, antes de tudo, um esforço pessoal para discutir e pensar a saúde mental na universidade, num contexto desafiador, que envolve relações de poder, quase que inquestionáveis, como a relação professor-aluno, mas que precisam ser discutidas, ser (re)pensadas e (re)construídas. É também, um esforço para pensar o fim social da universidade que não é entregar para a sociedade profissionais: padronizados, performáticos, utilitários, que não é destruir vidas, mas sim, construir caminhos e possibilidades.

É ainda, um ato de resistência aos ataques sofridos pela universidade, frutos de uma política de aniquilação de direitos, sobretudo à educação e ao recrudescimento das relações. E ainda, uma tentativa de adentrar no campo do diálogo sobre saúde mental na universidade, mostrando que ações de cuidado já deveriam, desde muito, ser pauta prioritária da instituição.

São tempos de ódio, de violência e autoritarismo. Como na canção de Caetano Veloso (1969), “é preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte”, é preciso resistir, com empatia, cuidado, acolhimento e escuta, dignidade e respeito pela vida, um movimento

contrário ao que está posto. Resistir a um sistema de práticas institucionalizadas e problemas estruturais que se desdobram em violações, dor, sofrimento e adoecimento na universidade, e que aliado ao atual contexto social, político, colado ao sistema capitalista neoliberal, potencializa danos.

Em determinado ponto, meu orientador me questionou: “isso é uma dissertação ou um manifesto?” Hoje, depois de tudo que estamos vivendo, respondo que sim, essa dissertação é um manifesto contra a normalização das violências simbólicas, sociais e psicológicas, as quais os estudantes são submetidos sistemicamente durante a vida acadêmica, não lhes restando outra opção senão o desamparo e o adoecimento, fazendo do sofrimento um ato político, de luta e de resistência. E ainda pelo direito à vida, à dignidade e à saúde mental como prioridade na política institucional da universidade, que por falta de vontade ainda não o fez, pois não é capaz de abrir os olhos para sua realidade e estabelecer um novo pacto social que oriente, suas diretrizes e destinos.

## **2 JUSTIFICATIVA**

A presente pesquisa tem como objetivo realizar uma análise institucional das políticas públicas de promoção de saúde mental na UFT, a partir da escuta dos alunos de graduação do campus universitário de Palmas, da leitura e elaboração sobre os marcos teóricos e dispositivos legais que contornam o tema saúde mental.

A UFT, hoje com 18 anos de existência, possui uma estrutura ampla com sete campi, que oferecem cursos de graduação, e até pós-graduações em nível de mestrado e doutorado<sup>1</sup>. Como entidade pública vinculada ao Ministério da Educação, tem como pressuposto seguir as diretrizes traçadas pelo Governo Federal no que tange à promoção do ensino, da pesquisa e extensão.

---

<sup>1</sup> Em julho de 2019 foi criada a Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, cuja estrutura compreende os campus universitários das cidades de Araguaína e Tocantinópolis, que deixam de pertencer a UFT. A iniciativa prevê autonomia financeira e pedagógica à nova instituição, promovendo a expansão do ensino superior na região norte. A UFT permanece como tutora da UFNT para orientar o processo de transição entre as duas universidades (GIOVANAZ, 2021).

Como o Campus de Palmas é o maior em número de unidades acadêmicas, e consequentemente de estudantes, e sede da instituição, tem enfrentado uma crescente demanda de situações de adoecimento dos alunos e dificuldades na condução desses casos, surgindo assim questionamentos sobre o que compromete a saúde mental dos estudantes, no sentido de buscar compreender como a instituição identifica o aluno adoecido; como ela aborda, conduz e acompanha os casos de adoecimento; quais práticas utiliza ou propõe para isso e se essas práticas promovem dignidade aos estudantes de graduação.

A UFT tem como missão *“formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal”* conforme redação dada por seu Planejamento Estratégico 2014-2022. Tem como valores o respeito à vida e à diversidade; a transparência; o comprometimento com a qualidade; a criatividade e a inovação; a responsabilidade social e a equidade. E estabelece como seus pilares estratégicos, a atuação sistêmica; a articulação com a sociedade; o aprimoramento da gestão e a valorização humana (Relatório de Avaliação Institucional UFT, 2017, p.16).

Como servidora técnico-administrativa efetiva da UFT, lotada no campus de Palmas e inserida neste contexto deparo-me com diversas situações de sofrimento e suas consequências que refletem não só na rotina do trabalho desenvolvido, mas também na vida de toda a comunidade acadêmica, sejam alunos, docentes, técnicos e até mesmo a comunidade externa à universidade que também interage e acompanha os acontecimentos do campus, tais como os recentes casos de suicídio de estudantes, jovens, na fase final da graduação. Tudo isso desperta a reflexão e o questionamento sobre os fatores que desencadeiam tal situação e como a instituição reage frente a um acontecimento como este, que ações adota para intervir em situações como essas, motivando assim, o desenvolvimento desta pesquisa e o desejo de contribuir de alguma forma com o fortalecimento da comunidade acadêmica para enfrentar esta realidade desafiadora.

Neste sentido, a relevância social da pesquisa justifica-se pela importância e urgência no tratamento deste tema no âmbito da UFT, tendo em vista a crescente demanda por atendimentos psicossociais para estudantes em situação de sofrimento, a necessidade do enfrentamento dessa realidade por parte da instituição, bem como a implantação de práticas que promovam a dignidade e o respeito, aos alunos, sendo esses fatores imprescindíveis ao cumprimento de sua responsabilidade e seu fim social, uma vez que se pretende possibilitar a reflexão sobre saúde mental no contexto da universidade, na busca de melhores práticas



institucionais que promovam espaços de escuta, de fala e ações que possibilitem conhecer e ajudar os alunos em sua trajetória acadêmica.

Quanto à relevância acadêmica, pode-se dizer que ainda são incipientes os estudos voltados aos alunos do ensino superior de instituições federais de ensino e suas vivências, na perspectiva da dignidade da pessoa da humana, especialmente com relação ao sofrimento e as práticas adotadas pela instituição em que estão inseridos. Assim, a produção de conteúdo científico poderá estimular novas pesquisas e auxiliar no desenvolvimento de ações relacionadas ao fenômeno em estudo.

## **2.1 Estrutura do trabalho**

Para pensar a estrutura deste trabalho, inspiramo-nos em conceitos próprios da psicanálise e de seus fundadores, como Jacques Lacan, uma das principais referências para o estudo da psicanálise, que constrói, a partir da (re)leitura da obra de Freud, conceitos fundamentais para a análise das complexas dimensões da psique, do inconsciente, das estruturas do sujeito e do contemporâneo a partir da ótica e da clínica psicanalítica. Avançando na construção da psicanálise como crítica social, produz ferramenta das mais assertivas para análise e reflexão do nosso tempo, tanto cronológico, quanto histórico; tanto para a sociedade, quanto para o indivíduo.

Um dos principais conceitos apresentados em seu livro *Escritos*, é o de tempo lógico, no texto “O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada”, no qual Lacan mostra um problema de lógica e a partir dele inaugura uma estrutura própria para o tempo na psicanálise. Nessa estrutura tem-se “o instante de ver”; “o tempo de compreender”; “o momento de concluir” e a “passagem ao ato” (LACAN, 1995; DUNKER, 2019) que se referem assim, aos fragmentos de tempo em que nos fixamos ao observar o que está acontecendo, compreender tal situação, concluir um raciocínio sobre isso, e passar a um ato, que representaria determinado fim ou destino do sujeito para tal situação.

No conceito de tempo lógico, Lacan propõe a possibilidade de elaboração de sentidos e significados para aquilo que se vive, que se percebe, o que poderia ser representado nesta pesquisa como o tempo em que eu mesma, enquanto pesquisadora vejo, compreendo, elaboro e concluo sentidos e significados sobre o fenômeno em estudo.

O conceito do tempo lógico de Lacan é apresentado aqui como uma figura estruturante e sistemática do trabalho, para delinear um encadeamento das ideias, do tema e do referencial

teórico da pesquisa, passando por seu desenvolvimento, no desenrolar do percurso metodológico, análises dos dados e conclusão. Construindo assim, significado e significantes para o caminho percorrido pela pesquisa. Como aponta Dunker (2019), a asserção da certeza antecipada diz da incerteza em precipitar-se num ato, aqui representado pelo próprio percurso da pesquisa, como o ato em que – enquanto pesquisadora – lanço-me, desprovida de certeza, sem saber ao certo o que encontrarei pelo caminho ou a que resultados chegarei.

Assim, aproprio-me deste conceito para organizar este trabalho, buscando criar um caminho metodológico acessível e criativo, que provoque os leitores e leitoras a refletir sobre as construções subjetivas e teóricas que baseiam o estudo. Desse modo a dissertação se divide em três grandes capítulos, onde o primeiro, chamado “Instante de ver”, traz, primeiramente, uma visada a partir do meu lugar enquanto pesquisadora no presente momento, em seguida apresenta a pesquisa e sua proposta de trabalho, pela introdução e justificativa, seguida de problemática e objetivos.

O segundo capítulo, “Tempo de compreender”, traça o panorama atual da base teórica que sustenta a pesquisa, passando por direitos humanos, saúde mental, o contexto atual das universidades e das dificuldades enfrentadas pelos estudantes no percurso acadêmico, que na lógica capitalista produtivista é atravessado pelo neoliberalismo, o que traz implicações determinantes para a saúde mental da comunidade acadêmica, numa perspectiva de individualização do sofrimento.

Este capítulo é construído a partir da revisão bibliográfica e documental do fenômeno em estudo, no sentido de descrevê-lo, utilizando artigos, livros, matérias disponíveis em veículos de comunicação, dissertações, teses e outras pesquisas e relatórios institucionais, além de textos de leis, normativas, portarias e resoluções que permitem a reflexão sobre o contexto e os vários elementos que contornam o tema da saúde mental na universidade, a partir de uma perspectiva crítica.

Nesse sentido, adota-se como marco epistemológico desta pesquisa, a perspectiva teórica crítica, com um referencial construído a partir de autores como sociólogos, filósofos, psicanalistas, que vão ao encontro das lutas sociais por reconhecimento. Tais como Dunker, Safatle, Chauí, Goulart, Laval, Honneth, e tantos outros, que se posicionam ao lado do questionamento e da crítica, problematizando o contexto social, político e cultural da contemporaneidade, marcado pelos desdobramentos nefastos do capitalismo neoliberal. E a análise institucional de Barembliitt (2002) como metodologia para o tratamento dos dados encontrados.

Ainda no segundo capítulo, o item intitulado: “Iniciativas de cuidado em saúde mental nas universidades: considerações sobre programas de acolhimento”, traz uma articulação das ações de cuidado e promoção de saúde mental que já estão sendo realizadas em universidades públicas brasileiras. A partir de um recorte de instituições, que tiveram aumento significativo de casos de suicídio de estudantes e criaram programas específicos para a atenção à saúde mental da comunidade acadêmica, como critério para a escolha, quais sejam a Universidade de Brasília – UNB e a Universidade de São Paulo – USP. A partir deste recorte, traçamos uma relação entre os programas de saúde mental das duas universidades com o Programa de Promoção a Vida e a Saúde Mental – Programa Mais Vida, da UFT, visto que desenvolvem atividades de mesma natureza, guardadas as singularidades de cada contexto.

O terceiro e último capítulo, o “Momento de concluir”, descreve o percurso metodológico, os resultados da pesquisa e a construção de articulações dos dados frente a teoria levantada, bem como as considerações finais. Em seguida estão dispostas as referências bibliográficas do estudo e por último, os apêndices, contendo os documentos que formalizam a pesquisa.

### **3 PROBLEMA DE PESQUISA**

Em face do contexto crítico de saúde mental da comunidade acadêmica em estudo e dos altos índices de vulnerabilidades social, material e psíquica a que os estudantes estão expostos, são vários os questionamentos que motivam esta pesquisa, dentre eles se destacam os seguintes:

- Como os estudantes de graduação estão passando pelo percurso acadêmico, sobretudo nesse momento de pandemia?
- O que pensam os estudantes de graduação sobre saúde mental na universidade e sobre as políticas institucionais de cuidado em saúde mental, adotadas pela UFT?
- O que os estudantes entendem sobre a relação entre saúde mental e dignidade humana? Consideram que exista essa relação?
- Existe uma política institucional que promova ações de acolhimento e cuidado em saúde mental na UFT?
- Se existe, os alunos conhecem tal política e acessam tais ações?

## **4 OBJETIVOS:**

### **4.1 Objetivo geral**

O objetivo geral deste trabalho é realizar uma análise institucional das políticas públicas de promoção de saúde mental na UFT, a partir da escuta dos alunos de graduação do campus universitário de Palmas e da leitura e elaboração sobre os marcos teóricos e dispositivos legais que contornam o tema saúde mental.

### **4.2 Objetivos específicos**

Como objetivos específicos deste trabalho propõe-se:

- Caracterizar as vivências dos estudantes de graduação, sobre saúde mental no contexto universitário, a partir de entrevistas semiestruturadas;
- Identificar as demandas dos estudantes quanto a políticas de promoção da saúde mental a partir da perspectiva da análise institucional;
- Elaborar um produto voltado a orientar e informar os estudantes sobre saúde mental e acolhimento em situações de sofrimento.

## TEMPO DE COMPREENDER

### 5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 5.1 Atravessados pela pandemia: o que resta?

Um cenário caótico, desafios sem precedentes, medidas estratégicas sendo tomadas em caráter de urgência, angústias e incertezas. Esse é o quadro de crise deflagrado pela pandemia do novo coronavírus, a Covid-19, que determinou, como medidas de prevenção e controle da propagação da doença, a quarentena e o distanciamento social (LOSEKANN, 2020; PENHA 2020; VASCONCELOS et al, 2020).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença que se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. E esse contexto pandêmico revela crises mundiais gravíssimas em todas as esferas da vida, humanitária, social, ambiental, que os direitos humanos como conhecemos não são suficientes para gerir (HOMEM e MOSÉ, 2021; SANTOS, 2020).

O mundo contemporâneo é marcado por uma sucessão de crises, que o coronavírus fez com que desabassem sobre nossas cabeças. A pandemia desconstrói todos os processos e os modos de socialização que conhecíamos, suspende as relações sociais, as atividades nas quais nos organizávamos, os encontros, as trocas subjetivas antes estabelecidas (HOMEM e MOSÉ, 2021; DUNKER, 2020; SANTOS, 2020).

Para os autores a crise ambiental é inegável e tamanha que agora questiona a própria manutenção da vida humana no planeta, uma vez que perdemos nossas referências na forma como estabelecemos, desde a nossa relação com a natureza, que sustenta a vida na terra, até o modo como nos relacionamos com nosso próprio corpo e com nossas realidades psíquicas e subjetivas.

Dunker (2020), Homem e Mosé (2021), e também Zizek (2021) apontam ainda, para um esgarçamento do tecido social, a partir da crise contemporânea, social, política e econômica, sobretudo do abismo social, resultado do modelo de civilização em que vivemos e do sistema de produção capitalista, produtivista e predatório que já era insustentável antes mesmo da pandemia, e é exatamente esse modelo quem cria o vírus que se transforma na covid-19, mostrando a fragilidade da vida humana, para muito além das vulnerabilidades

sociais e psíquicas que já enfrentávamos. Para Davis e Klein “a pandemia é em si, a expressão da guerra contra a natureza” (DAVIS e KLEIN, 2020, p. 9). Onde o capitalismo, desde o princípio, constrói seu sistema econômico a partir do sacrifício de vidas para obtenção de lucro. O verdadeiro capitalismo do desastre, inconsequente, desenfreado (DAVIS e KLEIN, 2020).

Podemos dizer, que a pandemia do novo coronavírus é a materialização da crise contemporânea da qual tanto se falava e já se previa, tal como Boaventura de Sousa Santos apontava ainda na década de 90, quando argumenta que acumulávamos irracionalidades como as catástrofes ambientais, a miséria e a fome a que se sujeita uma maioria da população mundial, enquanto existem recursos para promover-lhes uma vida decente (SANTOS, 1997).

Uma crise verdadeiramente fatal e que não retrocede, apenas avança, chegando a um ponto de não retorno, pois nenhuma tecnologia, política ou recurso material é capaz de devolver a vida aos milhares que já se foram, seja pela doença, seja pela fome ou pelo suicídio (HOMEM e MOSÉ, 2021; SANTOS, 2020), em todo o planeta, mas principalmente no Brasil, que se tornou o epicentro da pandemia no mundo, e protagoniza uma tragédia sem precedentes, o que se poderia chamar de o novo holocausto brasileiro.

Como consequências da pandemia, há um aumento significativo dos números de violência doméstica contra mulheres, crianças e idosos e ainda de feminicídio. Estima-se um aumento de até 50% dos casos que chegaram aos meios de denúncia, por todo o país (MARQUES, et al, 2020). Disparam também, ansiedade, insônia, consumo de medicamentos em geral, sobretudo, psicotrópicos, a partir dos agravos relacionados à saúde mental, e casos de suicídios (VASCONCELOS et al, 2020).

Aumentaram também significativamente, a busca por serviços de cuidado em saúde mental, como terapia, psicoterapia, processos de análise, espaços, meios de escuta e redes de apoio (VASCONCELOS et al, 2020). É uma necessidade real e sentida por todos os públicos, especialmente pelos profissionais de saúde que atuam na linha de frente do tratamento à covid. Como já apontava Brum (2016) estamos todos exaustos, correndo e dopados, agora em proporções gigantescas.

E como o quadro geral é de perda e agravamentos de violências de toda ordem, percebe-se que as populações mais afetadas são exatamente aquelas historicamente mais vulnerabilizadas, a covid-19 mata mais pessoas negras, pobres e periféricas (FERRACINI, 2020; DAVIS e KELIN, 2020; HOMEM, 2020) que sem garantias de assistência, renda básica e proteção continuam à mercê da ideia terrível e desumana de que “a economia não pode parar”.

A grande massa trabalhadora não tem tido nenhuma chance de se resguardar em casa, protegendo a si e suas famílias, continuam em plena atividade, no ponto mais alto da propagação do vírus, no transporte público lotado, nas casas grandes que não dispensam suas empregadas domésticas (DINIZ e CARINO, 2020). O que deixa claro, segundo Ferracini (2020), o descaso com a população negra, em sua maioria mulheres, que estão na linha de frente da pandemia. O autor aponta que “as mortes pela COVID-19 têm demonstrado as enormes alteridades psíquicas raciais, de classe e gênero no Brasil e no mundo” (FERRACINI, 2020, p. 219).

Vale ressaltar, que a primeira morte causada pela covid-19 no Rio de Janeiro em 2020, foi a de uma senhora de 63 anos, empregada doméstica, negra e moradora da periferia, que contraiu a doença na residência onde trabalhava, os patrões na ocasião, viajaram à Itália no início do ano. O que retrata a condição de vulnerabilidade das mulheres pobres, intensificada sobremaneira pela pandemia, mas antes dela, pelos lugares sociais de privilégios ocupados por poucos em detrimento de muitos (OXFAM BRASIL, 2020; DINIZ e CARINO, 2020).

O Brasil escancara uma vez mais, e de forma ainda pior sua face de latifúndio escravagista, que se perpetua enquanto base estrutural das formas sociais do país, como caracteriza Safatle (2019), onde apenas 1% da população, os que compõe o reduto dos conglomerados empresariais, super-ricos e suas fortunas intributáveis, lucraram 34 bilhões de dólares entre março e julho de 2020, e detém ainda, quase 30% de toda riqueza produzida pelos trabalhadores (OXFAM BRASIL, 2020; SAFATLE, CARVALHO e ANTUNES, 2019) que continuam morrendo de fome nas periferias, sem acesso às mínimas condições para se protegerem contra a doença: moradia, água, saneamento básico, renda básica, produtos de higiene para lavar as mãos, álcool em gel, máscaras, comida. Segundo a Oxfam Brasil (2021), 19 milhões de brasileiros já estão em situação de insegurança alimentar, ou seja, não têm garantias de acesso a alimentos. Tudo isso nos lembra que ficar em casa “em quarentena” é privilégio de poucos.

De acordo com Safatle (2019), podemos considerar a lógica do latifúndio escravagista, como um princípio central, que determina uma base ontológica de dualidade na organização da sociedade brasileira. Dualidade que separa a sociedade em duas grandes categorias, e dita quem pode ser elevado a condição de sujeito e quem é reduzido a condição de coisa. Quem pode ser reconhecido como pessoa e quem é simplesmente reduzido a objeto. Nessa dinâmica, os que são sujeitos têm nome, história e narrativa, têm direito a viver e gozar de autonomia e liberdade, quando morrem, tem direito ao luto, ao choro e a comoção social. Já para quem é

reduzido a coisa, não há luto, dor ou choro, ou sequer sua nomeação. Este é o núcleo em que se organiza o necro estado que o Brasil sempre foi baseado na espoliação, na exploração, na morte e no apagamento, na invisibilização de uma maioria. (SAFATLE, CARVALHO e ANTUNES, 2019). Isso exige do estado brasileiro um grau inimaginável de violência, que coloca em xeque a própria existência de um estado democrático.

Podemos observar que o contexto da pandemia segue nessa lógica, enquanto alguns se protegem, outros tantos trabalham para servir, seja no trabalho doméstico, nos aplicativos de entrega ou no comércio, numa realidade quase distópica, de consumo virtual, onde tudo acontece sem que haja contato entre as pessoas (Zizek, 2020). Outros tantos, na vida real dos hospitais, ultrapassam os próprios limites da resistência física e psíquica, suportando enquanto podem, adoecendo e também morrendo. Desse modo, as mortes pela covid-19, que já ultrapassaram todas as marcas possíveis, mostram a invisibilização. Pessoas tornam-se número, porque já eram consideradas coisa.

E como falar sobre direitos humanos nessas circunstâncias? Como insistir em dizer que os direitos humanos existem e que são uma via possível para barrar a política de morte instaurada em nosso país, principalmente?

Enquanto projetos políticos ultraliberais de governos de extrema direita despontam pelo mundo (CARVALHO, 2019), em meio à crise sanitária, governos como Trump; Viktor Orban, na Hungria; Bolsonaro; Benjamin Netanyahu, fazem manobras autoritárias para garantir mais poder de controle, como apontam Davis e Klein (2020). Reforçando uma estratégia que se espalha tal qual um vírus, a necropolítica, política de Estado que se autoriza a eleger quem vive e quem morre (MBEMBE, 2020). Geralmente representada por figuras tradicionalistas, populistas, conservadores que se valem de discursos religiosos, da moral e da família, e ao mesmo tempo, bélicos, armamentistas, para formar “um tecido discursivo que “critica direitos humanos, liberdades civis e minorias “identitárias”, que devem ser contrapostos às mais nobres formas hierárquicas de vida” (HOMEM, 2020).

Nem mesmo a rede de proteção dos direitos humanos, as convenções, tratados e as Organizações Internacionais, têm sido capazes de fazer frente ao estado de absurdo que vivemos e frear o desastre. Segundo o Informe Anual da Anistia Internacional de 2019, o governo Bolsonaro e seus representantes mantiveram um discurso abertamente contrário aos direitos humanos, cujas declarações se dirigem no sentido de debilitar o sistema interamericano de direitos humanos (ANISTIA BRASIL, 2019).

É importante destacar, que a pandemia vem agravar um contexto severamente crítico, que já se instalava pelo mundo, sobretudo no Brasil, com a ascensão de um projeto político de



desmonte explícito do Estado, aliado ao abismo social e aos ataques à democracia. Logo, se antes já nos encontrávamos extremamente vulnerabilizados, empobrecidos e cercados por restrições das ações e políticas públicas de assistência e cuidado, agora a situação chega ao insustentável, pois afeta especialmente a saúde mental.

De modo que não seria possível e legítimo passar por esta pesquisa, construí-la e compreendê-la, sem passar pela terrível realidade que enfrentamos, justamente porque nos atravessa de maneira incontornável.

Em meio ao descaso com a situação que o Brasil enfrenta, personalidades, organizações sociais e entidades se manifestam em apelo às organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas – ONU, para que esta se mobilize e questione formalmente a conduta do governo federal nas ações durante a pandemia (OXFAM, 2021). Esforços que a muito já deveriam ter sido empreendidos por tais organismos, visto que o Brasil como signatário da maioria e dos principais tratados internacionais de direitos humanos, tais como a Convenção de Belém do Pará – Decreto nº 1.973 de 1º de agosto de 1996, a Convenção para eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres – CEDAW, promulgada pelo Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002; a Constituição dos direitos das crianças e adolescentes, que visam justamente a proteção das mulheres e das crianças, consideradas pela OMS em 2020, como os grupos mais vulneráveis e para os quais recomenda especial cuidado durante a pandemia (WHO, 2020). O Brasil descumpre os tratados e convenções explicitamente, incitando verdadeiros crimes contra a humanidade.

O que nos resta, pelo que parece, é esperar pelos desdobramentos legais nas cortes internacionais sobre a situação lastimável do Brasil, esperar que ao menos um dos 115 pedidos de impeachment protocolados contra o presidente seja movimentado (PUBLICA, 2021) e enquanto isso, contrariando dizeres presidenciais, chorar por nossos mortos, “ num processo de reconhecimento social da perda e do esforço para se abrir a fresta para o sopro de vida” (Homem, 2020), empreender esforços de solidariedade, ao menos a nível local, nos cuidar ainda mais e sobreviver. Não apenas sobreviver, mas como elabora Žižek, precisamos viver até morrer, encontrando maneiras para lutar contra a pandemia não através do abandono da vida, mas como uma forma de viver com mais intensidade (ŽIZEK, 2021).

## 5.2 Direitos humanos e saúde mental: da utopia a pandemia

Quando pensamos em direitos humanos, lembramos imediatamente da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, criada em 1948, após o fim da segunda guerra mundial. Com o mundo devastado pela violência e barbárie da guerra, foi necessário estabelecer, em nível mundial, critérios que definissem garantias fundamentais para a vida de todas as pessoas, partindo do princípio do que se estabelece logo em seu primeiro artigo: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.” (ONU, 1948). Assim, a Organização das Nações Unidas – ONU, propõe que todos os seus países-membros, incluindo o Brasil, ratifiquem a carta e promovam a difusão dos direitos humanos em seus territórios (SANTOS, 2021; ZANELLA, 2019; DALARI, 1988).

Entretanto, falar e sobretudo conceituar direitos humanos não é uma tarefa fácil, por vezes parecem criações intangíveis, que apenas conseguimos visualizar quando enxergamos violações, violências, crimes, de grandes proporções, principalmente contra a vida. E em tempos de obscurantismo como o que vivemos, mesmo diante de barbaridades, dificilmente eles são vistos, compreendidos ou sequer defendidos. Como aponta Costa (2020a) e Guerra (2018) há uma imprecisão conceitual para definir direitos humanos, tamanha sua envergadura, há conceitos que se aproximam de uma definição razoável, mas que ainda assim, não são totalmente capazes de determinar o alcance e o sentido dos direitos humanos.

Existe também, um senso comum de que direitos humanos são importantes apenas para as populações carcerárias, ou seja, os presos, um imaginário social que se baseia na ideia de que servem apenas “para defender bandido”. O que mostra que ainda caminhamos a esmo, quando se trata de produzir e internalizar uma educação e uma cultura em direitos humanos, visto que nem mesmo nos cursos de graduação em direito a matéria é considerada uma prioridade no processo de formação dos futuros operadores do direito (BARROS, 2016; COSTA, 2020a).

Podemos compreender direitos humanos como uma construção histórica e social, que desde a Revolução Francesa de 1789, com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, imortalizados (CHAUI, 2020), vem se modificando e se estabelecendo como alicerce para resguardar os direitos fundamentais a vida humana, como resultando de um processo incessante de luta (HUNT, 2009). A partir da Segunda Guerra Mundial, depois das terríveis atrocidades cometidas, o advento da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, eleva os direitos fundamentais ao status de universalidade (PIOVESAN, 2012).

A partir daí, surgem diversos tratados e convenções internacionais, no sentido de resguardar os direitos humanos. Entretanto, a positivação, em norma escrita, não garante sua efetividade, Bobbio (2004) aponta que o problema do nosso tempo não é mais fundamentar os direitos humanos, mas sim protegê-los, e aqui acrescentaríamos, materializá-los na vida das pessoas.

Para Ramos (2019) direitos humanos são aqueles considerados essenciais e indispensáveis a uma vida digna. Assim, podemos pensar em saúde, moradia, alimentação, educação, segurança, trabalho, informação, proteção de dados, memória, e tantos outros, desdobrando-se conforme evoluem na perspectiva da teoria das gerações dos direitos (PINHEIRO; FRANCISCHETTO; 2019; PIOVESAN, 2012). Dessa forma, quando a Declaração Universal dos Direitos do Homem enumera a saúde como uma das condições necessárias a uma vida digna, reconhece o direito humano fundamental à saúde (DALARI, 1988).

Nessa linha, a OMS também vai definir o direito à saúde como um direito humano, no rol das garantias fundamentais, quando conceitua a saúde como completo bem-estar físico, mental e social e não apenas como a ausência de doenças (Brasil, 2004).

Nesse sentido, consideramos importante apresentar aqui, um dos pontos fundamentais para a compreensão dos temas saúde mental e direitos humanos, que é justamente sua intersecção, onde se encontram e se materializam. Entretanto, sem a pretensão de esgotar tal discussão, que é profunda tanto no campo do direito, quanto no campo da saúde, mas elucidar sobre a relevância das políticas em saúde mental. Assim, apresentamos a seguir uma breve passagem pelo histórico da construção social em torno da saúde mental e em seguida, um exemplo emblemático de um dos casos brasileiros julgados na Corte Interamericana de Direitos Humanos, que confirma o status da saúde mental enquanto um direito humano.

Os desdobramentos deste conteúdo nos mostram a dimensão da luta por uma sociedade sem manicômios, que resulta no surgimento da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, como política pública fundamental para o cuidado em liberdade e humanizado. Os serviços da rede de assistência em questão, norteiam a elaboração do produto final de nossa pesquisa, apresentado na cartilha Direitos Humanos e Saúde Mental na Graduação: assistência à saúde mental na universidade e na Rede de atenção básica de saúde.

A articulação entre direitos humanos e saúde mental retoma aos primeiros movimentos de desinstitucionalização, que questionavam o modelo psiquiátrico dominante, centrado na patologização da vida e no discurso médico (GOULART, 2019; AMARANTE, 1998) e deram origem às Reformas Psiquiátricas, iniciadas a partir de figuras como o psiquiatra Franco

Basaglia, com a Psiquiatria democrática na Itália. Trata-se de um dos mais importantes movimentos sociais de crítica e luta contra a chamada lógica manicomial instituída como prática hegemônica para o tratamento das “doenças mentais”, que se configura como prática higienista e eugenista, constituindo-se em recolher e trancar, os chamados loucos, retirando-os da sociedade, escondendo-os dos olhos dos “normais”, para que não causem nenhum incômodo (GOULART, 2019; AMARANTE, 1998). “Livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar” (ARBEX, 2013, pg. 26).

Ainda na idade média, a loucura é considerada como doença e desvio moral, que deveria ser eliminada da sociedade, “pois se considerava um desvio grave os comportamentos decorrentes de processos de manifestação dos sintomas das doenças mentais” (DOS SANTOS et. al, 2018, p. 3). Assim, instituíram-se os manicômios, como herança estrutural dos antigos leprosários (FOUCAULT, 1972), em seguida os hospitais psiquiátricos, que mesmo com o avanço da medicina, dos estudos e pesquisas nas áreas da psiquiatria e psicologia permaneceram, mantendo um “caráter notadamente psicopatológico” (VILHENA, ROSA, 2012, p. 30). Ainda na Revolução Francesa, quando a psiquiatria surge como prática, Pinel seu precursor “busca nas teorias botânicas inspiração para suas categorias de doença mental, os diagnósticos têm uma característica representacional e objetivista, na medida em que procuram descrever as anomalias subjacentes ao funcionamento do paciente” (VILHENA, ROSA, 2012, p. 30).

Constrói-se assim, todo um imaginário cultural, social e simbólico das doenças e condições mentais, e um estigma da loucura. Um tabu, que chegou a considerar o suicídio, que poderia ser decorrente de uma condição mental, como crime, onde o Estado retirava da família, todos os bens de quem cometesse suicídio, criando assim, subterfúgios para omitir mortes por suicídio, o que seria o princípio da subnotificação dos casos, que traz prejuízos até hoje, pois ainda existem muitos preconceitos e grande resistência em falar sobre os temas que contornam a saúde mental, como a loucura e o suicídio (CARRASCO, 2019; GOULART, 2019).

No Brasil, o princípio da Reforma Psiquiátrica na década de 70, ganha notoriedade como movimento social de luta antimanicomial, entre os anos 80 e 90 (GOULART, 2019; AMARANTE, 1998) “como elementos-chave na efetivação dos cuidados a pessoas com transtorno mental, em um processo de construção de um modelo que compreendesse e respeitasse estes sujeitos como ser humano” (DOS SANTOS et. al, 2018, p. 1).

Representando assim, um divisor de águas nas práticas de acolhimento, cuidado e tratamento em saúde mental, sobretudo por denunciar as condições desumanas e degradantes, as quais eram submetidas as pessoas internadas em hospitais psiquiátricos, os tradicionais manicômios, como ocorreu no Hospital Colônia, o maior hospício do Brasil, localizado na cidade mineira de Barbacena, que por quase um século de funcionamento – desde 1903, provocou a morte de quase 60 mil pessoas (ARBEX, 2013).

Um verdadeiro campo de concentração para o holocausto brasileiro, baseado na teoria eugenista, da ideia de limpeza social que fortaleceu os abusos da instituição. Onde eram recolhidas pessoas, adultos e crianças, abandonados ali, que nem sequer eram doentes, quiçá loucos (ARBEX, 2013). Como relata a autora sobre os pacientes:

Cerca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornava incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões [...] eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos 30% eram crianças. Homens, mulheres e crianças, às vezes, comiam ratos, bebiam esgoto ou urina, dormiam sobre capim, eram espancados e violados [...] os pacientes do Colônia morriam de frio, de fome, de doença. Morriam também de choque [...] morriam de tudo - e também de invisibilidade. (BRUM, 2013, p. 14).

De acordo com Arbex (2013), que se dedicou a contar o horror do Colônia, estima-se que apenas 200 pessoas sobreviveram às condições sub-humanas as quais foram submetidas. A última cela da instituição foi desativada somente em 1994. Hoje funciona como um museu para não deixar que as atrocidades cometidas ali sejam esquecidas. Lembrar para que nunca mais se repita. “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”, é o lema do movimento antimanicomial, assim como é o lema que reivindica a memória do período da ditadura militar no Brasil (PINHEIRO; FRANCISCHETTO, 2019; BRASIL, 2017). Duas das maiores atrocidades brasileiras – antes da pandemia – guardam terríveis semelhanças.

No decorrer das décadas de 80 e 90 a partir dos processos de democratização da América Latina, e de uma onda crescente de tensões e agravamentos das questões éticas e humanitárias, emergem uma série de instrumentos importantes para a proteção dos direitos humanos, que retomam os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, como uma forma de materializá-los (PIOVESAN, 2012). São acordos, tratados e convenções mundiais, que acolhidos pelos Estados-membros da Organização dos Estados Americanos –

OEA, formaram o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (COSTA, 2020b), do qual o Brasil é signatário, ou seja, se compromete com o cumprimento dos termos e condutas expressas nos documentos. Como aponta Costa (2020b, p. 62), “ao acolher esse sistema, o Estado passa a aceitar o monitoramento internacional no que se refere ao modo pelo qual os direitos fundamentais são respeitados em seu território”. Assim, o Estado é sempre o primeiro quanto a responsabilidade à proteção dos direitos humanos (PIOVESAN, 2012).

Nesse sentido, os países signatários do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, se comprometem não apenas ao cumprimento dos acordos, mas com a construção de estratégias e políticas públicas que possibilitem o combate e a eliminação das violações aos direitos humanos, bem como o acesso de sua população a direitos e garantias fundamentais (PIOVESAN, 2012), como saúde, educação, direitos das mulheres, crianças e idosos.

Mais recentemente, no âmbito da saúde mental e do Sistema interamericano de direitos humanos, contrariando as responsabilidades assumidas, o Brasil protagoniza um caso emblemático de denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH e à Corte Interamericana de Direitos Humanos – Corte IDH, por violação dos direitos à vida, à saúde e à integridade. No caso *Ximenes Lopes versus Brasil*, a família de Damião Ximenes Lopes recorre à Corte, após sua morte, ocorrida em 1999, ser tratada com descaso pelas autoridades responsáveis (CORTE IDH, 2006).

A morte, decorrente de tratamento degradante e sucessivas violências, durante uma de suas internações na Casa de Repouso Guararapes, clínica psiquiátrica no Estado do Ceará, que notadamente reproduz a lógica manicomial e desumana do antigo Hospital Colônia, fere convenções internacionais, uma vez que o Brasil “reconheceu a jurisdição da Corte Interamericana em 1998” (COSTA, 2020b, p. 62). Sendo recepcionadas pelo Brasil, as convenções e tratados internacionais que versam sobre direitos humanos passam a ter status de norma constitucional, ou seja, estão no topo do ordenamento jurídico brasileiro, são incontornáveis, devem ser observadas e cumpridas. Como é o caso da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, promulgada pelo Decreto 3.956 em outubro de 2001, que se refere a pessoas com deficiência física, mental ou sensorial, permanentes ou transitórias, que limitam capacidades individuais (COSTA, 2020b; MERLI; RIANELLI, 2020; BRASIL, 2001), a qual a Corte IDH faz referência no caso em questão.

Após anos de disputa e tramitação do processo, e a comprovada inércia do Estado, o Brasil foi sentenciado pela Corte em julho de 2006 a indenizar a família e responsabilizado por diversas violações, dentre elas, não ter mobilizado esforços internos para investigar o

caso; por não criar mecanismos de inspeção das instituições psiquiátricas como a clínica em questão; não ter respondido às recomendações da CIDH, sendo omissa e uma das mais importantes responsabilizações se deu pelo sofrimento causado aos familiares de Damião, resultando em prejuízos à integridade moral e psíquica (MERLI; RIANELLI, 2020; CORTE IDH, 2006).

Decorridos 11 anos da sentença, o Brasil a havia cumprido apenas parcialmente, com o pagamento da indenização, sendo que a responsabilização penal dos envolvidos não chegou a ter efeito. Desse modo, o caso permanece sob investigação da Corte IDH que aguarda a criação de um programa nacional de capacitação dos profissionais da área da saúde mental. O caso foi marcante para o movimento da reforma psiquiátrica que emergia à época.

A constituição brasileira de 1988, conhecida como a constituição cidadã, marca a redemocratização do país e “pode ser considerada uma vitória no campo dos direitos sociais e políticos” (VILHENA e ROSA 2012, p. 156), uma nova etapa dos movimentos reformistas no campo da saúde mental, principalmente por determinar em seu artigo 196 que a “Saúde é Direito de Todos e Dever do Estado”, conceito fundante da universalidade do acesso e responsabilidade do Estado (VILHENA e ROSA 2012, p. 157) que fundamenta a criação do Sistema Único de Saúde – SUS, nos anos 90.

Somente a partir da luta do movimento antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica, foi possível deflagrar um processo de criação de políticas públicas que garantissem a criação e a estruturação de uma rede de atenção em saúde mental, numa perspectiva de humanização e direito à saúde. Compreendendo a saúde mental como política de garantia de direito e dignidade das pessoas que possuem transtornos mentais ou sofrimento psíquico, cuja responsabilidade recai sobre o Estado, a família e a sociedade (DOS SANTOS et. al, 2018).

As autoras consideram ainda, que:

“O tratamento humanizado na saúde e, especificamente, na saúde mental, tem como premissa reconhecer o protagonismo dos sujeitos envolvidos no processo de saúde-doença: usuários, gestores e trabalhadores. Estes devem compartilhar e, coletivamente, definir a estruturação dos serviços ofertados, buscando qualificar a oferta e asseverar a operação do direito (DOS SANTOS et. al, 2018, p. 2).

Nesse sentido, a atual política Nacional de Saúde Mental compreende estratégias e diretrizes para organizar os serviços de assistência a quem precise de tratamento e cuidado (BRASIL, 2020), e para isso, instituiu a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, vinculada ao SUS, uma ampla rede, que envolve Governo Federal, Estados e Municípios, articulando ações

desde a atenção básica à saúde, até ações de reabilitação, incluindo as residências terapêuticas (GOULART, 2019; HIRDES, 2009).

Para criar a RAPS e destinar recursos orçamentários para esta nova estrutura, é aprovada a Lei Federal 10.216, em 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais (BRASIL, 2001) e “redireciona a assistência em saúde mental para os serviços de base comunitária e são aprovados financiamentos específicos para os agora “serviços substitutivos” em saúde mental (VILHENA e ROSA, 2012, p. 158).

Assim, surgem os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, pontos de apoio que reúnem equipes multiprofissionais para o acolhimento e tratamento de pessoas com alguma condição em saúde mental e sofrimento psíquico (BRASIL, 2020; DOS SANTOS et. al, 2018). E os leitos de atenção integral em Hospitais Gerais, unidades de atendimento em saúde mental, ideação suicida e tentativas de suicídio, serviços alocados dentro dos hospitais públicos e atendimento psicológico/psicossocial nas Unidades básicas de Saúde – UBS (BRASIL, 2020; DOS SANTOS et. al, 2018; HIRDES, 2009).

Foram criadas também, iniciativas de prevenção do suicídio, através de convênio de cooperação com o Centro de Valorização da Vida – CVV, tornando gratuita a ligação para o teleatendimento nacional no número 188 (BRASIL, 2020). O CVV, associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1962, realiza atendimentos gratuitos e voluntários de apoio emocional para quem desejar falar e assim, evitar suicídios (CVV, 2021).

Assim como o direito à saúde, a articulação em torno das questões de saúde mental ganha respaldo enquanto direitos fundamentais, na seara dos direitos humanos e cria também a necessidade de se conceituar saúde mental, fazendo com que a OMS buscasse uma definição que pudesse corresponder de forma mais abrangente. Lembrando que até pouquíssimo tempo, o próprio conceito de saúde estabelecido pela organização era simplesmente: “a ausência de doença, patologia ou morbidade” (DALARI, 1988; Brasil, 2004).

O conceito de saúde como preconiza atualmente, a OMS (2014) está para além do que a simples ausência de doenças, patologias ou morbidades, considera o bem-estar físico, social e psíquico dos indivíduos, bem como os fatores de qualidade de vida em diversos aspectos, como trabalho, família, escola, acesso a lazer, alimentação e atividade física.

No que tange à saúde mental, seu conceito também se configura como uma questão muito mais ampla, que se aproxima do direito à cidadania, à autonomia e aos vínculos sociais. Trata-se de um projeto social de vida plena de capacidades e possibilidades, fundamental, para a constituição dos indivíduos enquanto sujeitos de direitos (UFT, 2020; 2019).



Considerando então, a saúde como conceito que extrapola a simples ausência de doença, mas considera também, o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, entende-se que saúde mental é um conceito transversal, que atravessa a vida psíquica, material e política dos indivíduos, marcando suas singularidades e coletividades, considerando sua autonomia, emancipação e ainda sua alteridade, na sua forma de ser e estar no mundo, inserido nos processos e dinâmicas sociais (UFT, 2020; DOS SANTOS et. tal, 2018). Falar em saúde mental é portanto, considerar tudo que está relacionado à vida das pessoas, da sua existência material à sua constituição subjetiva, suas histórias, crenças, condições econômicas, território, cultura, relações sociais e afetivas (QUEIROZ e LIRA, 2020).

Logo, as condições de saúde mental, podem incluir ou excluir indivíduos das dinâmicas da vida em sociedade, assim como as práticas cristalizadas nas culturas institucionais podem ou não legitimar os sujeitos (GOULART, 2019; LEÃO, 2019; DOS SANTOS et. tal, 2018).

Assim, a saúde mental pode ser vista numa perspectiva de produção de subjetividades singulares e coletivas, onde cada uma precisa traçar seu próprio percurso, na busca de novas formas de vida que sejam possíveis de serem vividas (UFT, 2020).

Importante destacar que um caminho possível, para vidas possíveis de serem vividas, deve passar necessariamente pela via da segurança material, física e psíquica. É imperioso, portanto, que estejamos livres de violências, vez que essas caminham, certamente, em sentido oposto à saúde mental. Pois, como pensar a saúde mental quando se vive violências, opressões e subjugações de toda ordem, como práticas ainda reiteradas em todos os espaços, tanto públicos, quanto privados?

A pandemia torna ainda mais aguda e crítica a situação do Brasil e do mundo frente a urgência das garantias fundamentais e dos direitos humanos, onde a repactuação da sociedade é pressuposto para a sobrevivência (DAVIS e KLEIN, 2020). Para as autoras, agora mais do que nunca, é necessário ter uma perspectiva que trate de mudanças estruturais urgentes.

Em meio ao caos instalado pelo vírus, o Estado continua inerte, promovendo um retrocesso sem precedentes nos poucos avanços que já tínhamos alcançado. No âmbito das políticas de atenção à saúde mental a situação é gravíssima, pois o que está posto, é um desmonte da reforma psiquiátrica por meio da ameaça de suspensão das normas que regulamentam os serviços de assistência que já se encontravam estrangulados pelos cortes excessivos no orçamento da saúde pública.

Os efeitos da articulação entre direitos humanos e saúde mental, bem como dos retrocessos das políticas públicas também repercutem no âmbito das universidades e na vida

dos estudantes. A diminuição expressiva de serviços de apoio e cuidado em saúde mental na rede pública de saúde e os cortes no orçamento das universidades, além da suspensão das atividades presenciais em decorrência da pandemia, tornam a situação de muitos estudantes bastante precarizada.

Em março de 2020, com a intenção de atenuar a disseminação da Covid-19, seguindo a recomendação da OMS (2020) e as orientações dadas pelos Ministérios da Educação através da Portaria N<sup>a</sup> 491/2020 e da Economia através da Instrução Normativa n<sup>o</sup> 27/2020 (BRASIL, 2020), as instituições federais de ensino superior suspenderam as atividades presenciais. Desse modo, os estudantes, em especial aqueles que contavam com a estrutura da universidade, como os restaurantes universitários, bibliotecas e laboratórios para suprir necessidades materiais básicas, desde a alimentação até uma rotina de estudos, são lançados a uma situação inesperada, que intensifica vulnerabilidades e causa angústia, medo e desamparo (DUNKER, VIEIRA; VERAS, 2021).

Os mesmos autores consideram que os impactos desse novo modo de viver e estudar a distância, que precariza os vínculos e as relações sociais e afetivas, se desdobram em novos desafios para a comunidade acadêmica e reforçam a urgência da atenção à saúde mental, visto que neste momento o sofrimento se apresenta com maior intensidade.

Observando todo esse percurso, percebemos que, aquilo que antes se constituía como um modelo quase utópico das sociedades democráticas, baseado num ideal de valor e proteção da vida humana, na esteira dos direitos e garantias fundamentais, desde o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, como um importante fato social e político (CHAUI, 2020), passando pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos, até as mais recentes convenções, enquanto confirmação dos direitos dos seres humanos, agora desmorona diante dos nossos olhos. Aturdidos pelos acontecimentos devastadores trazidos pela pandemia, enquanto ponto nefrágico das crises contemporâneas, ficamos imersos na incerteza: Haverá um horizonte para o futuro dos direitos humanos?

### **5.3 A universidade hoje: novas configurações, novos desafios**

A diversidade, enfim, ocupa os espaços acadêmicos, pela primeira vez. Estudantes autodeclarados pretos e pardos são maioria nas universidades públicas (MENDONÇA; IBGE, 2019) e a multiplicidade de realidades culturais, sociais, econômicas e políticas, que agora compõe a trama complexa da academia, causa um impacto significativo nas relações e nos processos produzidos nesse ambiente. Esse, por sua vez, caracteriza-se como um espaço

competitivo, que desafia e exige resultados a todo o momento, porém nem sempre oferece recursos e possibilidade aos estudantes para lidar com tais demandas, intensificando os conflitos e as fragilidades subjetivas (GOULART, 2019).

Safatle (2019), ressalta que a universidade pública brasileira, se mantém até os dias atuais, como um dos únicos sistemas públicos no mundo que se conserva inteiramente gratuito, por meio do qual foi possível promover na última década uma verdadeira transformação de um espaço antes ocupado apenas por uma elite, representada pelas classes sociais alta e média alta, branca e majoritariamente masculina, revertendo esta realidade, em que 54% dos alunos são negros e 52% são alunas mulheres, conforme dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019).

Consequentemente, esses números representam o acesso de alunos dos extratos mais baixos da sociedade, com renda inferior a 10 salários-mínimos e moradores das regiões periféricas das cidades, como resultado das políticas públicas de democratização do ensino superior (SAFATLE, 2019), o que mostra como é fundamental a existência de políticas de assistência aos estudantes universitários para permanência no percurso de formação, tanto na graduação, quanto na pós-graduação.

Percebe-se que, por um lado, a democratização do acesso ao ensino superior público no Brasil, por meio da política pública de cotas e ações afirmativas expressa na lei 12.711 de 2012 (LEAL et. al., 2019), permitiu a chegada de populações que nunca haviam chegado antes à universidade, e os aportes financeiros custeados pelo Governo Federal por meio de programas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2007, possibilitaram a manutenção, a reorganização e a expansão das universidades públicas (BRASIL, 2007).

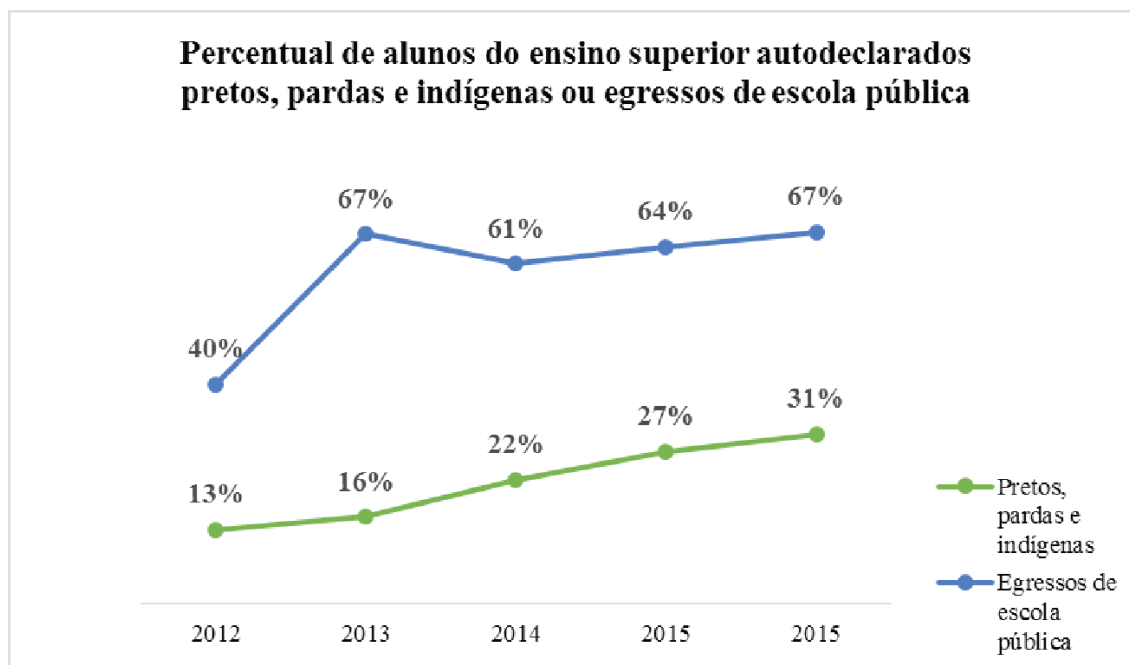
De outro ponto, esse movimento de acesso criou também uma demanda de permanência do estudante na universidade, com desdobramentos significativos na saúde e bem-estar desse público que agora, ocupando os espaços acadêmicos, traz consigo não só suas expectativas de aprendizado e formação, mas também suas vulnerabilidades.

Com uma população diversa em crescimento, novos desafios emergiram para o ensino público em matéria de assistência estudantil.

Alguns autores como Lambert, Moreira e Castro (2018) e Lima et al (2019), consideram que o processo de expansão do ensino superior público relaciona-se diretamente a um aumento significativo da demanda por serviços de acolhimento e apoio nas universidades, e em consequência, cresce também o número de estudos sobre adoecimento e sofrimento estudantil.

A tabela abaixo mostra o crescimento de matrículas no ensino superior público em um período recente de cinco anos.

**Figura 1** - Crescimento de matrículas em função da política de cotas



**FONTE:** LEAL et. al. (2019).

Buscando atender esse novo grande público, uma nova proposta de assistência aos alunos universitários foi criada, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) delimitado em 2007 e formalizado somente em 2010, por meio do decreto nº 7.234, que surgiu para apoiar a permanência dos alunos de baixa renda nos cursos de graduação, e assim assegurar que os concluíssem, uma vez que o programa oferece em suas diversas linhas, assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Sendo que a realização das ações é de responsabilidade das próprias instituições de ensino, que devem acompanhar e avaliar seu desenvolvimento, assim como os critérios e métodos de seleção dos alunos beneficiados (BRASIL, 2010).

A trajetória do acolhimento estudantil, especificamente aos estudantes em situações de vulnerabilidade, a partir da gestão das Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil, é ainda muito recente (ACCORSI, 2015). Embora o programa de assistência possua recursos próprios para sua manutenção, os benefícios oferecidos não atendem a todos os alunos que precisam de algum tipo de auxílio, uma vez que considerando aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais (OLIVEIRA; ROSA; NASCIMENTO, 2019) alguns estudos indicam

que 25% dos possíveis alunos do ensino superior são vulneráveis, não conseguem sequer ingressar na universidade, mesmo sendo ela, pública (BAGGI; LOPES, 2011).

Entretanto, os fatores de permanência na universidade não são os únicos a causar impactos na vida e na saúde mental dos estudantes, fenômenos como a desterritorialização passam a figurar entre as principais formas de produção de sofrimento e adoecimento, pois os alunos das mais diversas regiões do país se deslocam para estudar e onde chegam encontram desafios muito maiores do que se manter materialmente. Distantes da família e de tudo que lhes é comum, precisam se adaptar a um novo lugar, as novas pessoas, relações e compromissos (ACCORSI, 2015; PATINO, 2019).

A entrada na universidade pode ser considerada um evento de crise, em que as construções subjetivas dos estudantes são colocadas a prova, diante do contato inédito com uma nova e diversa realidade. Vencidos o percurso laborioso e as expectativas que antecedem a entrada na graduação, exige-se dos estudantes um trabalho intenso de adaptação a esta nova vida, pois espera-se que se sejam capazes de cumprir com as demandas acadêmicas que se sobrepõe, tais como um extenso programa curricular, a complexidade das disciplinas cursadas, a nova dinâmica de relações que se estabelece entre colegas e professores, e conciliá-las com a vida pessoal (UFT, 2020).

Emergem questionamentos sobre muitos aspectos da vida, sexualidade, religião, família, política, são conceitos que começam a ser vistos sob novas perspectivas e a partir delas repensados (PATINO, 2019; UFT, 2020). Novas configurações se tornam possíveis e acessíveis aos estudantes, permitindo outras possibilidades de ser e estar no mundo e no espaço acadêmico. Nesse momento, “a dimensão simbólica é primordial para a constituição de subjetividades mais adaptativas, equilibradas e resilientes” (UFT, 2020, pg. 12).

À medida em que surgem questionamentos e dificuldades, surgem também novos sentimentos e emoções, afetos que implicam e provocam novos processos. São novas situações com as quais os estudantes se deparam, por vezes difíceis de serem elaboradas. Compreende-se que, como a adolescência se apresenta como um momento de transição para a vida adulta, de responsabilidades, sobrecarga de demandas, vulnerabilidades, um misto de afetos se materializa no repertório subjetivo, quando não se tem esse repertório, não se consegue expressar de forma assertiva diante de um encontro inédito, o que gera a angústia (GOULART, 2019; PATINO, 2019). Tornam-se constantes as inseguranças, dúvidas, e incertezas, como uma perturbação das estruturas já formadas que cada indivíduo traz consigo.

Constituem-se assim, diversas situações de vulnerabilidade que se tornam fatores de risco para o adoecimento e o sofrimento dos alunos desde a sua chegada à universidade. Accorsi (2015) aponta que:

Existem fatores de risco para o bem-estar psíquico que são inerentes à vivência universitária, por exemplo: aspecto migratório (o estudante sai de sua cidade de origem e de perto de sua rede de apoio para frequentar a Universidade); adaptação e progresso do estudante; demandas crescentes de responsabilidade e demandas pedagógicas. Muitas vezes os fatores de risco estão associados a limitações econômicas, sociais e psicológicas; questionamentos sobre a carreira e curso escolhidos; processo de formatura e enfrentamento do mercado de trabalho; medo de fracassar, consumo de álcool e outras drogas, entre outros (ACCORSI, 2015, p.16).

Percebe-se que os fatores que contribuem para o sofrimento e adoecimento dos estudantes são de diversas ordens, desde econômica à pedagógica e afetiva, o que torna complexo o trabalho de identificação e atendimento por parte das instituições.

Somam-se ainda a dificuldade nas relações interpessoais que denotam a fragilidade dos vínculos sociais e a liquidez das relações (BAUMAN, 2007); a administração do tempo pelo estudante e de suas atividades acadêmicas e pessoais; a relação professor-aluno, ainda muito semelhante à relação opressor e oprimido, que se reflete na falta de confiança e respeito mútuos e dificulta o avanço e a consolidação de uma educação democrática (FREIRE, 2011); a demanda das redes sociais; a necessidade e a cobrança em “dar conta de entregar várias coisas” durante o processo de formação.

#### **5.4 A práxis universitária: uma crítica a lógica institucional**

Os traços do contemporâneo, das estruturas autoritárias, verticalizadas, onde a ordem, a obediência e o controle são os discursos prevalentes, produzem instituições e relações instrumentalizadas, baseadas no pressuposto da vigilância (GOFFMAN, 1974). Nessa perspectiva as universidades, enquanto instituições são reflexos de uma sociedade autoritária e passaram a adotar uma postura estritamente técnica de reprodução de resultados, em que o aluno passa a ser objeto e onde perpetuam-se processos de exclusão (GOULART, 2019).

Ainda para Goulart (2019) como resultado tem-se uma universidade que se mostra um ambiente violento e preconceituoso, onde se perpetuam a exclusão e abusos, onde os estudantes se inserem cada vez mais cedo e ali experimentam vivências que os afetam diretamente e interferem em seus processos de construção subjetiva, na formação de si,

enquanto sujeito. Vencer a lógica da objetificação e tornar-se sujeito de direitos é um processo árduo.

Ao mesmo tempo em que promove o processo de formação profissional a universidade também forma indivíduos e coletivos, dos quais espera-se capacidade e conhecimento para o exercício tanto da profissão quanto da cidadania. Mas de que forma a universidade contribui para a formação de um indivíduo capaz de inserir-se na vida adulta, com pleno senso crítico, consciente e emancipado para viver com dignidade?

De acordo com Safatle (2019), a Universidade pública tem papel central na sociedade brasileira, que é de formação do pensamento crítico, da produção e divulgação das ciências, razão pela qual as universidades têm sido um dos principais alvos da atual política de desmonte e precarização dos serviços públicos, em andamento no país. Quando a universidade promove ensino é capaz de promover também desenvolvimento subjetivo e material do indivíduo, enquanto cidadão, portanto o ensino precisa ter caráter de emancipação e reconhecimento.

Para o mesmo autor, a universidade, por vezes desconsidera sua própria relevância, e não se reconhece como um dos mais fundamentais espaços para o desenvolvimento e articulação das dinâmicas sociais onde a educação é o instrumento para prática da liberdade, por isso uma verdadeira guerra contra as universidades é a proposta de um governo extremamente autoritário de ideário fascista, como é o governo atual.

A universidade é o que faz pensar, é o que nos torna capazes de pensar e criar o impensável, o impossível (Safatle, 2019). É esse o motivo de se instituir uma verdadeira guerra contra as universidades, numa tentativa de dizimar o principal fator que desencadeia o conhecimento, que nada mais é do que a dúvida, a pergunta, o questionamento, aquilo que sustenta a força de um desejo de mudar, avançar e romper as amarras do projeto de nação que está posto.

Embora a academia proporcione educação e formação em sentido amplo, promova o desenvolvimento de um senso crítico fundamental para o exercício da cidadania das pessoas que tem a oportunidade de acessar a universidade, o ambiente acadêmico ainda reproduz discursos de naturalização da violência que contraria as ideias já alcançadas sobre os direitos humanos (SAFATLE, 2019; DUNKER, 2019).

A universidade pública brasileira que enquanto instituição, constitui-se desde sua gênese como um espaço elitista, situada no campo dos privilégios, não se desassocia deste semblante, mesmo com o advento das políticas públicas de acesso e democratização do ensino

superior que possibilitaram a mudança no seu atual contexto. Ainda se perpetuam práticas de exclusão, preconceito e abusos (MAITO, 2019).

O Brasil, como retardatário na fundação da universidade pública, cria instituições voltadas a atender o interesse de um determinado extrato social, assim as instituições de ensino superior cristalizam um estigma de preconceito, elegendo como seu perfil de estudante o homem, branco e de classe alta. Os professores formados no exterior também promovem um ensino elitizado, aos moldes do europeu, desconsiderando a diversidade e a cultura originárias (FERNANDES, 1976). A universidade é resultado de um projeto de nação que não inclui a educação como pauta de objetivos e prioridades, e assim, continua excludente e ainda de difícil acesso. O Brasil é um dos países que menos investe em educação, e o projeto político que está em curso, trabalha para que permaneça dessa forma, pois opera retirando investimentos e reduzindo os orçamentos da educação em todos os níveis.

De acordo com o relatório mais recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2017), o investimento público brasileiro na educação foi de 5,4% do PIB, aproximadamente R\$ 298 bilhões de reais ao ano. Embora, o valor pareça elevado, está abaixo da média dos demais países-membros da organização, considerando que o Brasil possui um menor PIB per capita e o número de crianças e jovens brasileiros em idade escolar é proporcionalmente maior, em relação aos países mais desenvolvidos (KESLEY, 2018).

Embora as políticas públicas de acesso à educação tenham avançado, sobretudo na educação superior, “as formas enrijecidas de lidar com a diferença ainda parecem prevalecer, expressando representações ainda normatizadas sobre o ser humano” (GOULART; ALCANTARA, 2016, p. 07), e se manifestam nas relações de poder, onde a ausência de diálogo e a instrumentalização das relações marcam os processos de subjetivação no ambiente acadêmico.

Além desses fatores, a chegada à vida acadêmica ainda é marcada pelos rituais de acolhimento, os populares “trotes”. Esses se tornaram prática comum nas universidades e, a depender da forma como são realizados, podem se constituir em uma força de destruição da subjetividade dos indivíduos, tanto na forma, como na intenção com que são realizados. Contudo, ao contrário da liberação para realização de certas práticas, por serem comuns, a universidade vem passando por um processo de moralização e ampliação da normatização dos processos e da conduta de sua comunidade, no qual, festas e eventos passam a ser considerados como perturbação, meios para o consumo de drogas lícitas e ilícitas e excessos no âmbito dos espaços acadêmicos (GOULART, 2019).



Como exemplo da ampliação da normatização, existe no âmbito da UFT, a Resolução número 14 de 2019, expedida pelo Conselho Universitário – Consuni, que trata das orientações para realização de eventos, festas ou comemorações. Em sua sessão III que dispõe sobre festas, o inciso VIII do artigo 6º, expressa a proibição do consumo de bebidas alcoólicas nas dependências do campus. O documento institui um processo burocrático para a realização de eventos, uma vez que as exigências de documentos e serviços extras a serem contratos como segurança tornam-se obrigatórios.

Tal estratégia de moralização torna-se clara quando o Governo Federal resolve atribuir os cortes no orçamento das universidades federais usando como justificativa a “balbúrdia”, que seria própria às instituições (AGOSTINI, 2019).

Todo esse contexto mostra que modelos hegemônicos como o da produção e reprodução, bem como a normatização ainda se expressam permanentemente, passam quase que despercebidos, mas estão presentes, arraigados no modo instrumental de tratar pessoas e conduzir processos, insistindo em silenciar, tornando-se efetivos em oprimir e reprimir relações, sujeitos, sentidos e subjetividades. Para Goulart (2019) a universidade enquanto instituição tornou-se uma máquina de produção sem vida, tecnicista e higienista, burocratizando seus processos e instrumentalizando as relações para reproduzir apenas, que em vez de criar envolvimento e afeto, cria sofrimento, dor e morte.

Percebe-se que a universidade adotou a clássica representação capitalista e neoliberalista do *self made man*, onde os alunos são postos como empreendedores de si mesmos, devendo alcançar a máxima eficiência e eficácia em seu “trabalho acadêmico”, otimizando seus recursos para potencializar lucros/resultados, movimento este denominado por Laval (2019), como o neoliberalismo escolar, em que as instituições de ensino são pressionadas a atender as necessidades do capitalismo contemporâneo. A competição se instaura como pressuposto de igualdade, alunos e escolas competem entre si, assim, produtos como testes e provas padronizadas e sistemáticas e os *slogans* de capital humano, competências e habilidades se constituem como estratégias para atender aos interesses do mercado, subvertendo os ideais de formação e emancipação dos estudantes, pilares da educação.

Como um desdobramento da lógica neoliberal que atravessa a educação em suas várias esferas, Dunker (2019) afirma que se criou uma profissionalização da produção de saberes na academia, cujo efeito é deletério para os que se dedicam à universidade, professores são cobrados por produtividade em número de artigos publicados, de projetos executados, de participação em congressos, entre outras tantas atividades, enquanto que o exercício da

docência em seu sentido mais amplo, o da prática em sala de aula, fica em segundo plano. Logo, esses efeitos também chegam aos alunos, na mesma forma de cobranças por eficiência, por quantidade de horas de estudos, de tarefas realizadas, seguindo a linha produtivista.

Adorno e Horkheimer (1985), propõem a ideia de uma sociedade administrada, de onde parte a oposição entre instituição social e organização, fruto das mobilizações do capital que transforma tudo em mercadoria. Dessa ideia surgem a administração e o termo gestão. Nesse sentido, a vida acadêmica também é reduzida ao plano da gestão, de recursos, de tempo, de entrega, desempenho e de resultados.

No neoliberalismo, a sociedade revestida como uma empresa, toma o Estado e tudo que advém dele, os serviços, os direitos, as instituições, transformando tudo em empresa e as instituições sociais, que em sua essência trabalham para criar direitos sociais e garantir a manutenção dos direitos já existentes, perdem essa capacidade a partir das privatizações (CHAUI, 2019; LAVAL, 2019; SACRAMENTO, 2019).

Como um exemplo da importância da capacidade das instituições sociais de criar direitos, tem-se que no âmbito da UFT, no campo da assistência estudantil houve a criação do auxílio-saúde para estudantes em situação de vulnerabilidades, para viabilizar o acesso a atendimentos psicológicos e psicoterapia, serviços esses que não são oferecidos diretamente pela universidade e que os estudantes em sua maioria, não conseguem acessar por não possuírem convênios médicos ou renda suficiente para custear o serviço particular (UFT, 2019). Ações como esta, tornam-se possíveis por meio de políticas públicas que vão garantir subsídio financeiro para tal destinação, como é o caso do PNAES.

Para Chauí (2019), Dardot e Laval (2020), o neoliberalismo revestiu-se em uma nova forma de totalitarismo que transforma todas as esferas da vida em empresa, converte tudo que alcança em mercadoria. E transforma instituições públicas em organizações, fazendo com que serviços públicos e direitos sociais se transformem em produtos, acessíveis apenas àqueles que podem pagar por eles. Assim, acontece com a educação e a saúde, por exemplo.

O que pode ser observado nesse momento de crise sanitária, em que a iniciativa privada, aliada a seus representantes políticos, empenha esforços para comercializar as vacinas contra a covid-19 (MATOS 2021; PINCER, 2021), em detrimento do Sistema Único de Saúde – SUS, que promove no Brasil, a maior cobertura vacinal gratuita, sendo referência mundial, num afã de gerar lucro e acumular ainda mais riqueza, às custas da política da morte. Para Boaventura de Sousa Santos (2021) o Brasil é um estudo de caso para entender a degradação causada pelo neoliberalismo.

Desse modo, o neoliberalismo, como um câncer, se espalha e atravessa todas as camadas da vida social, destruindo os ideais do estado de bem-estar social, que respaldava minimamente o estado democrático de direito e os direitos humanos, com garantias fundamentais do Estado para a sociedade.

Chauí (2019) afirma ainda, que há uma série de efeitos da invasão neoliberalista aos setores da vida, seja políticos, sociais, culturais, mas dentre eles, destaca os efeitos psicológicos, como o surgimento de uma nova subjetividade, marcada por dois traços a princípio, contrários, mas que se complementam. O primeiro deles, o de uma subjetividade depressiva, fundada na competição, na luta do indivíduo para vencer a qualquer custo, e na vergonha diante do fracasso. O segundo traço, constitui-se em uma subjetividade narcisista, fundada nos estereótipos produzidos pelas práticas das redes sociais (CHAUI, 2019).

As consequências desse movimento aparecem nos números alarmantes de sofrimento psíquico, adoecimento, tentativas e concretude de suicídios de jovens universitários. Santos et. al. (2017), aponta que o suicídio já representa a segunda maior causa de óbito entre estudantes universitários, “o que é bastante preocupante, devido a toda potencialidade destes jovens e da perspectiva de anos a serem vividos” (SILVA; GHIZONE, 2019, p. 164).

### **5.5 Saúde mental no contexto universitário: individualização do sofrimento do estudante**

As novas formas de viver e estar no mundo têm produzido novas formas e expressões do sofrimento psíquico. À medida que a sociedade se transforma, adaptando-se aos traços do contemporâneo, surgem tensões e inquietações que se desdobram na saúde integral dos indivíduos.

Desde 1890 tem-se apontado as movimentações da vida moderna como causa de perturbações à saúde das pessoas. Constan desta época, as observações de Beard, que chamou de neurastenia, o incômodo trazido pela mudança do campo para a cidade e o trabalho, à vida e a saúde da população, relatando em seus estudos que o novo estilo de vida causava um estado de agitação, angústia e cansaço excessivo (DUNKER, 2016).

Porém, é Freud (1930), a partir da psicanálise, no início do século XX, que se propõe a escutar o sofrimento psíquico. Tornando-o seu principal fenômeno de estudo, reinventa a maneira de tratamento para as formas do sofrimento, antes considerado como doenças ou problemas de ordem moral. O autor define como mal-estar tudo aquilo que não é possível nomear, mas que é sentido, experimentado. Um conceito que caracteriza os modos de ser e

estar no mundo e na sociedade contemporânea, compreendendo que não é possível que se alcance um estado pleno de felicidade (DUNKER, 2016; FREUD, 1930).

Os estudos de Freud e a prática psicanalítica são fundamentais para compreender o sofrimento psíquico “[...]como uma forma mais grave de mal-estar. Algo que paralisa ou obstaculiza algum aspecto da existência do sujeito, podendo comprometer toda a sua vida [...]” (UFT, 2020). Surge assim, o reconhecimento do sofrimento psíquico, e de suas transformações que caminham juntas com as mudanças sociais. Os textos sociológicos de Freud, como “Mal-estar na civilização” e “Psicologia das massas”, apresentam um panorama dessas transformações sociais que refletem no campo subjetivo dos indivíduos, dando contorno às novas formas de sofrimento psíquico. (FREUD, 1930; 1921).

Nessa linha, Leão, Ianne e Gotto (2019, pg. 135) afirmam que, “os momentos de transição cultural e transformações sociais podem abalar radicalmente os quadros sociossimbólicos de referência individual e das coletividades, levando a sentimentos de desamparo e inadequação, ansiedade e entristecimento profundos”. Como podemos observar nitidamente no contexto que vivemos agora, diante do enfrentamento à pandemia.

Outros críticos sociais, como Bauman e Lipovetsky, entre os mais recentes, observam e pensam o contemporâneo, fazendo uma leitura sobre como a sociedade e o sofrimento vêm se transformando ao longo do tempo. Bauman (2007) considera a liquidez das subjetividades e a fragmentação das relações e dos laços sociais como propulsores para experiências de sofrimento. Já Lipovetsky (2016) traduz no imperativo da felicidade e na lógica do consumo, a busca pelo inalcançável. Na sociedade hipermoderna e conectada a todo instante, não há tempo livre para o pensamento e o debate e, na perspectiva da efemeridade, nada é feito para durar, nem as relações, nem as coisas.

A sociedade contemporânea, atravessada pelas lógicas hegemônicas do capital, do consumo, das fragmentações, tem sido efetiva em produzir novas formas de sofrer, visto que em menos de cem anos, existem 5 edições do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM, o que mostra a agilidade na produção de diagnósticos para o sofrimento psíquico (SAFATLE; DUNKER; JUNIOR, 2021; IANNINE e TEIXEIRA, 2012). Um movimento que fortalece o discurso médico ainda predominante, com relação ao cuidado em saúde mental, onde a centralidade dos tratamentos está na patologização da vida e na medicalização, em detrimento do contexto de vida das pessoas (GOULART, 2019).

Para Dunker (2018) a forma como se fala do sofrimento, transforma o próprio sofrimento, ou seja, como cada um expressa a narrativa que elabora, como nomeia sua dor ou sofrimento, modifica o sentido, dá novo significado ao próprio sofrer. Assim, as formas

discursivas usadas para interpretar o sofrimento alteram a qualidade e a intensidade daquilo que se sofre (UFT, 2020). Daí, depreende-se que o sofrimento deve passar necessariamente pela fala e precisa ser escutado para que encontre (re)significado.

Percebendo que o sofrimento está ligado a formas de expressão, nota-se que tais formas também evoluem, práticas como *cutting*, o ato de cortar-se, vem aparecendo com frequência entre os jovens nos últimos anos. Carrasco (2019), aponta que jovens optam por esse tipo de expressão, considerando que a ferida e a dor física, é uma via para o alívio do sofrimento que os aflige. Situações que mostram que o sofrer leva o indivíduo à condição de empenhar seu próprio corpo na busca por alívio, o corpo é feito como tela, como uma maneira de livrar-se ainda que momentaneamente, do sofrimento. (VILHENA, 2016).

Neste contexto de mudanças sociais contemporâneas, observa-se um crescente processo sócio-histórico de individualização do sofrimento, como uma forma de culpabilização da pessoa pela própria dor (SAFATLE, JUNIOR e DUNKER, 2021). Leão (2019), aponta para uma generalização do sofrimento psíquico, onde todos têm sofrido e sofrido com mais intensidade a cada dia. Para o autor:

“as transformações sociais modernas atingiram os próprios fundamentos da Modernidade e de suas instituições, que não são mais capazes de atuar como mediadores sociossimbólicos, e assim os riscos e inseguranças socialmente produzidos, progressivamente, são vivenciados e suportados como responsabilidade individual” (LEÃO, 2019, p. 135).

Para Leão (2018), a individualização do sofrimento do estudante, passa necessariamente por um movimento de esvaziamento do sentido do que é coletivo. Logo, os enfrentamentos antes coletivos, realizados por meio dos sindicatos, partidos políticos, movimentos estudantis passam a categoria de pessoal. As questões sociais, políticas, institucionais, tornam-se individuais.

Dessa forma, pautas que antes eram coletivas como serviços da universidade ou professores com posturas autoritárias que prejudicam não apenas um estudante, mas turmas inteiras, situações que possibilitavam e exigiam o diálogo entre estudantes e universidade, e culminavam em propostas de solução coletiva, passam a ser consideradas como problemas individuais. Assim, constrói-se a ideia de que, se surgem problemas, os estudantes precisam buscar sozinhos as alternativas de solução. Há uma responsabilização do estudante pelas suas dificuldades e sofrimentos, onde cada um passa a ser responsável pela sua própria dor (LEÃO, IANNE E GOTTO, 2019).

Percebe-se que este é o resultado do discurso empresarial, capitalista, que como afirma Laval (2019), coloca o estudante na condição de empreendedor de si mesmo e considera que se houver algo de errado ou se ele falha em algum quesito, atribui-se a isso a sua própria falta de organização, planejamento ou má gestão do tempo de estudos. Assim, para individualizar o sofrimento, desconsidera-se que há uma grande influência do contexto social, político e econômico nas formas de sofrer dos estudantes.

Os autores Leão (2018) e Leão, Ianne e Gotto (2019) apontam ainda que, a perspectiva do individualismo é mediada justamente, por dois grandes discursos. O discurso médico e o discurso empresarial, capitalista, atravessado pelo neoliberalismo, dois discursos hegemônicos que norteiam os modos de vida contemporâneos. Sendo que, o empresarial vai atuar em duas perspectivas, quais sejam: a técnico assistencial – tratando individualmente os casos de sofrimento, fortalecendo a individualização, responsabilizando a pessoa pelo próprio sofrimento. E a perspectiva da educação em saúde mental – que de maneira geral, entende que quanto mais informações as pessoas tiverem acesso, melhor poderiam lidar com situações de sofrimento. Numa ideia pedagógica, de que novamente, cada um se responsabiliza pelo que sofre, contrapondo-se a ideia de que os coletivos enfrentam melhor as situações de sofrimento do que o estudante sozinho.

O discurso médico, por sua vez se apropria da individualização pela racionalidade lógica patologizante, para afirmar que o diagnóstico e a medicalização são as soluções efetivas. Considerando que em apenas 70 anos de psicotrópicos como opção de tratamento para as doenças mentais e o sofrimento psíquico, esta tenha se tornado a forma predominante de se fazer frente a esta problemática. O que remete a uma estratégia de silenciamento e instrumentalização das subjetividades, institucionalizada pelas políticas de disciplinamento e controle social que deslegitimam os sujeitos (GOULART, 2019; LEÃO, 2018; GOFFMAN, 1974).

Em resposta a esse contexto de práticas institucionais silenciadoras, deflagrou-se em 2017, o movimento chamado “Não é normal UFV”, na Universidade Federal de Viçosa – UFV, em que os estudantes de graduação e pós-graduação se manifestaram organizando uma campanha para questionar as práticas e condutas da universidade, que refletiam diretamente e negativamente na saúde mental da comunidade acadêmica. Neste movimento, os estudantes se mobilizaram, criando páginas na internet e *hashtags* nas redes sociais onde era possível relatar situações de violência, abusos e violação de direitos que dentre várias consequências, levavam estudantes a situações extremas como adoecimento, tentativas de suicídio, e a desistência do curso. (DOTTA, 2017; NÃO É NORMAL UFV, 2017).

A figura abaixo mostra algumas das artes visuais produzidas para a divulgação da campanha, elaboradas pelo perfil “Frente universitária de saúde mental” criado na rede social *Facebook*, sendo visualizadas e compartilhadas por uma média de 724 visitantes da página.

**Figura 2** - Arte desenvolvida para a campanha “Não é normal” pela Frente universitária de saúde mental



**FONTE:** FRENTE UNIVERSITÁRIA DE SAÚDE MENTAL (2017).

No atual contexto brasileiro, o número de mortes por suicídio cresce a cada dia, foram cerca de 11 mil mortes em 2016, sendo a 2ª maior causa de morte registrada entre pessoas de 15 a 29 anos, segundo relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), o que é grave, tendo em vista que as mortes por suicídio são consideradas evitáveis (OMS, 2017; SILVA; TODARO e REIS, 2020). O contexto da universidade tem apresentado números que corroboram com esta realidade, dados mais recentes sobre a saúde mental dos estudantes mostram que o número de mortes por suicídio entre os jovens universitários cresceu significativamente nos últimos anos em várias regiões do país. Como relata Dutra (2012), aumentam as notícias sobre suicídios de estudantes que circulam na internet, por meio das mídias sociais.

Corroborando com este cenário, dados de relatórios da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES, 2014), revelam uma situação

crítica no que se refere a aspectos de vulnerabilidade e dificuldades enfrentadas pelos estudantes no contexto acadêmico. No que se refere a fatores socioeconômicos, a pesquisa mostra que 42,21% dos universitários passam por dificuldades financeiras, sendo que 18,33% possuem dificuldades de acesso a materiais e meios de estudos; 51,73% dependem da rede pública de saúde para atendimentos. Dos participantes, 21,85% encontram dificuldades na adaptação a novas situações, como a separação da família, a mudança de cidade, a nova moradia. Dificuldades de ordem pedagógica também apresentaram altos índices, como carga excessiva de trabalhos estudantis com 31,14% e dificuldades de aprendizado com 16,22%. Quanto a relacionamentos interpessoais 17,66% possuem dificuldade e 19,8% refere-se à relação professor-aluno.

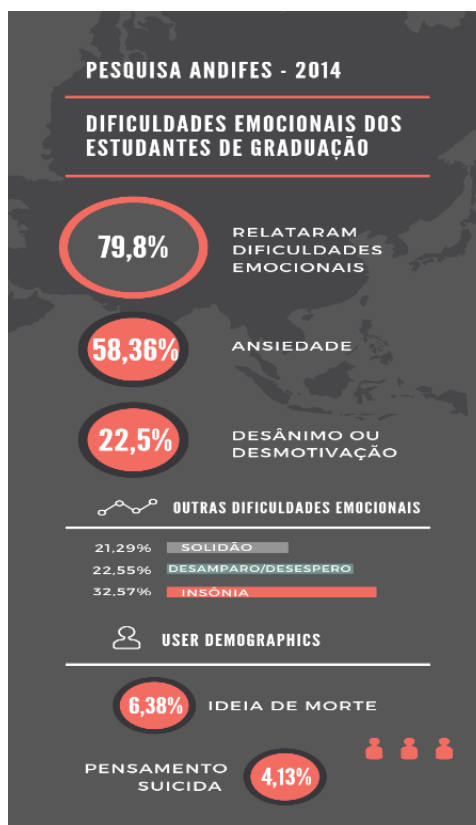
A pesquisa mostra ainda, números significativos em relação a dificuldades emocionais presentes na vida acadêmica, sendo que 79,8% dos participantes relataram algumas delas, como a ansiedade com maior número 58,36%; dentre estas destacam-se ainda: 32,57% relataram insônia ou alterações no sono, apresentaram sensação de desamparo/desespero/desesperança (22,55%); apresentaram desânimo/falta de vontade de fazer as coisas (44,72%) e sentimento de solidão (21,29%). Embora com números relativamente menores, dois resultados merecem atenção: 59.969 ou 6,38% do total de pesquisados apresentaram ideia de morte e 38.838 ou 4,13%, pensamento suicida (ANDIFES, 2014).

Percebe-se que os estudantes universitários enfrentam uma dura realidade, marcada por dificuldades de toda ordem e precisam buscar meios para resistir às adversidades. Accorsi (2013), aponta que em face do crescente número de casos de adoecimento que chegam a culminar em suicídio, a população universitária tem buscado suporte para atender suas dificuldades, porém muitas vezes não encontra locais apropriados, dentro da instituição, pois nem todas as universidades possuem programas ou serviços de atenção em saúde mental.

A figura abaixo, mostra os dados da pesquisa, no que tange às dificuldades emocionais relatadas pelos estudantes.

**Figura 3** - Dificuldades emocionais dos estudantes – Pesquisa ANDIFES 2014



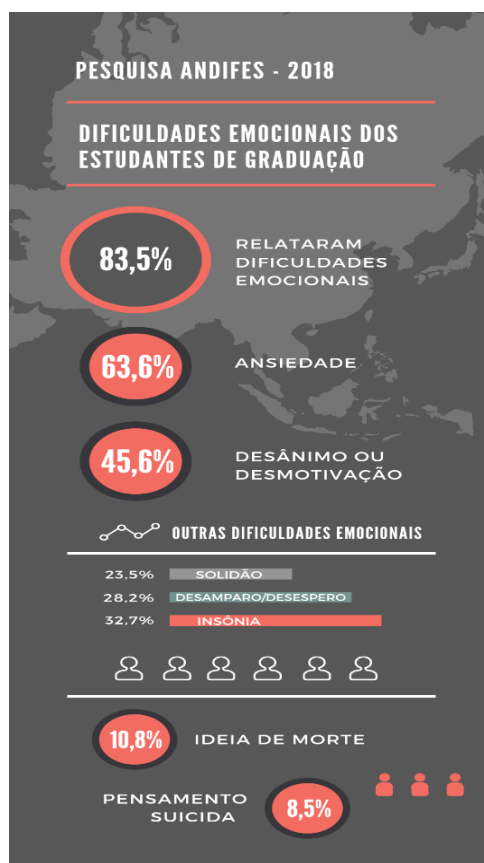


Elaborada pela autora a partir de IV Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2014).

A mesma pesquisa realizada no ano de 2018, revela um aumento significativo nos números referentes aos fatores em análise que tratam das dificuldades emocionais. Em percentuais, 83,5% dos participantes relataram tais dificuldades, sendo que a ansiedade permanece com maior número, atingindo 63,6% dos participantes. Destacam-se ainda os números de insônia ou alterações no sono, sendo 32,7%; sensação de desamparo/desespero/desesperança 28,2%; desânimo ou desmotivação elevou-se para 45,6% e solidão 23,5%. Os resultados que merecem ainda mais atenção, pois também apresentam maior índice são ideia de morte e pensamento suicida, que subiram para 10,8% e 8,5% respectivamente, um crescimento preocupante, visto que dobrou o percentual de participantes que apresentam pensamento suicida (ANDIFES, 2018).

Abaixo, a figura destaca a crescente dos dados apresentados na pesquisa citada.

**Figura 4 - Dificuldades emocionais dos estudantes – Pesquisa ANDIFES 2018**



Elaborada pela autora a partir de V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Podemos observar que em relação à pesquisa realizada em 2014, os números apresentados em 2018 subiram consideravelmente, desde o percentual geral de participantes que relataram sentir alguma dificuldade emocional, até os números individuais de cada uma das dificuldades relatadas, o que demonstra a relevância e a urgência do cuidado em saúde mental nas universidades.

No mesmo sentido, a pesquisa realizada no âmbito da UFT em 2018, com vistas a conhecer o perfil socioeconômico, mostra um contexto também desafiador para seus estudantes de graduação. Os resultados apontam que um total de 87% dos participantes do estudo possui renda familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo (UFT, 2019), o que representa um índice alarmante de vulnerabilidade socioeconômica da comunidade discente. Situação que reflete no aumento da demanda por assistência estudantil, que por meio de editais, seleciona periodicamente os estudantes que serão contemplados com auxílios financeiros para que consigam permanecer na universidade e chegar à conclusão da graduação. Sendo estes benefícios provenientes das linhas estabelecidas no PNAES, que chegam aos estudantes na forma de auxílio-alimentação, transporte, bolsa permanência,

recursos para participação em eventos e apresentação de trabalhos acadêmicos, entre outros. (UFT, 2019).

A UFT possui hoje, aproximadamente 15 mil alunos, de acordo com a própria instituição, sendo que 57% dos ingressantes, são do Estado do Tocantins (UFT, 2019). Entretanto, tem-se a situação adicional de que muitos estudantes vindos das cidades do interior para a capital, necessitam de moradia para cursarem a graduação, sendo que a residência estudantil “casa do estudante” consegue atender apenas alguns desses.

Percebe-se, o quão complexa é a realidade enfrentada pelos estudantes universitários para manterem-se na universidade e experienciarem a vida acadêmica de maneira digna em um sentido amplo e no contexto pandêmico aterrador, pelo qual passamos, as dificuldades se sobrepõe fortemente, exigindo ainda mais resistência.

Como apontam Dunker, Vieira e Veras (2021) a experiência acadêmica do coletivo e do individual é relatada com muito mais sofrimento, considerando que os impactos da pandemia causaram uma descontinuidade no tempo e uma fragmentação da subjetividade, além da exaustão física e mental tanto dos estudantes, quanto dos professores.

## **5.6 Dignidade humana: uma perspectiva de reconhecimento e cidadania do estudante universitário**

O debate contemporâneo sobre identidades e o reconhecimento da diversidade, bem como as formas de justiça social, ligadas a dimensão econômica de distribuição de recursos através de políticas públicas (CAMPELLO, 2020) e dos direitos humanos, tem ganhado força e as discussões acerca desses temas são necessárias para pensar a universidade em sua nova configuração, majoritariamente negra e feminina, com acesso das populações quilombolas e etnias indígenas, não apenas numa dimensão material de justiça social, mas como meio de acesso e permanência destes estudantes na universidade.

Nesse prisma, é importante articular reconhecimento e dignidade humana para compreender a dimensão desses conceitos, relacionando-os com ao tema da saúde mental na universidade.

O conceito de dignidade foi construído ao longo da história e a tradição judaico-cristã disseminada no ocidente contribuiu para o conceito predominante de dignidade que se tem atualmente (ADLER, 2013; TEIXEIRA, 2014). Considera-se que o homem como ser criado à imagem e semelhança de Deus possui a dignidade como atributo natural. Não há, assim, outra

condição para que se tenha dignidade, basta que o homem nasça para fazer jus à dignidade, esta por sua vez é atributo inalienável, permanente e absoluto; o homem então, não perde sua dignidade, mas não se pode negar que existem diversas possibilidades de sua violação (ADLER, 2013), que afrontam direitos humanos, principalmente nas instâncias da saúde e educação. Kant em sua obra filosófica contribui para a formação do conceito de dignidade considerando-a como atributo universal do homem, que é dotado de razão. O autor afirma que é a razão que dá ao homem a autonomia, a consciência e a liberdade de agir e o torna capaz de fazer escolhas com base na lei moral e na ética (KANT, 2011 apud ADLER, 2013). O filósofo considera a dignidade como inalienável, que não tem preço, não pode ser substituída ou retirada. Dessa forma, o homem não pode ser coisificado e nem mesmo instrumentalizado, considerado como objeto para qualquer que seja o fim (ARAÚJO, 2011; TEIXEIRA, 2008).

Já para Habermas (2010), a dignidade do homem precisa ser reconhecida socialmente para que se torne direito. A partir de um processo de legitimação é que o homem conquista dignidade e em consequência a garantia do respeito a sua dignidade por meio dos direitos civis e sociais (ADLER, 2013). Habermas (2010) “indica um forte vínculo político e de luta para viabilizar a prática da ideia de dignidade humana igualitária [...] e é o status de cidadão que iguala os indivíduos, e, assim, permite uma vida em sociedade igualmente digna para todos” (ADLER, 2013, pag. 28).

Buscando compreender a dimensão do reconhecimento, a perspectiva de Axel Honneth (2009) se mostra importante para pensar o estudante num contexto de tensões e disputas como é a universidade, enquanto indivíduo dotado de personalidade, singularidades, subjetividade e intersubjetividade, que se forma a partir dos lugares que ocupa e experiências que vive ao longo de sua trajetória. E que suas experiências individuais e coletivas no percurso acadêmico podem ou não o elevar a efetiva condição de sujeito e cidadão.

Nessa linha, Honneth (2009) articula os fatores emocionais/motivacionais que levam os sujeitos a reagirem a partir de uma experiência de luta diante de situações de desrespeito, de negação de direitos, de “sofrimentos sociais”. Desdobrando as experiências negativas de reconhecimento em três dimensões que se articulam com as relações afetivas (no âmbito da família), com o mercado e com o Estado enquanto sistema jurídico (CAMPELLO, 2020).

Para Honneth (2009), o reconhecimento passa necessariamente pelo conflito social, em que os indivíduos, caminhando pelas esferas da autoconfiança, da esfera jurídica, moral ou normativa, e do autorreconhecimento ou estima, seriam capazes de constituir-se como sujeitos. Articulando-se entre si, as três esferas se tornam condição para a luta por direitos civis e o reconhecimento social. Safatle, Junior e Dunker (2018, pg. 96) apontam para um

“modelo de ação política no qual as relações emotivas do indivíduo consigo mesmo, dos grupos entre si e da jurisprudência devem necessariamente estar presentes”. Constitui-se assim, uma teoria emotiva, social e jurídica, que dialoga com o fenômeno do sofrimento, uma vez que o reconhecimento do indivíduo se expressa pelo corpo, pelo psíquico e pela política.

Ao elaborar a teoria do reconhecimento dos sujeitos, enquanto uma gramática dos conflitos sociais, Honneth (2009) avança na ideia de Adorno (2002) de formação do indivíduo a partir da autoconservação, onde os sujeitos se alienam ao sistema dominante, no caso o capitalismo, para que possam sobreviver. Assim, a racionalidade instrumentalizada se sobrepõe aos sentimentos, emoções e criatividade e a individualidade é construída para atender aos interesses do sistema que trabalha para garantir o produtivismo e o consumo (ADORNO, 2002).

Para Honneth (2009), é a partir das experiências de ataques, desrespeito à identidade, tanto pessoal, quanto coletiva, e negação de direitos, que emergem as possibilidades de (re)construir as relações de reconhecimento. O autor considera que “é possível ver nas diversas lutas por reconhecimento uma força moral que impulsiona desenvolvimentos sociais” (HONNETH, 2009, pg. 18).

Nesse sentido, podemos dizer que a luta por reconhecimento é também luta por afirmação e reafirmação de existências que são múltiplas e ao mesmo tempo, únicas para quem as experiências e que não podem ser encaixadas em modelos de identidades padronizados, como preconiza a ordenação social em que vivemos que é a favor da identidade padronizada, heterocentrista, heteronormativa e branca, contrária à diversidade (MOSE, 2021).

Nessa linha, pensando a universidade e sua diversidade, como promotora de desenvolvimento social e de processos capazes de fazer com que os estudantes se reconheçam como sujeitos e cidadãos, entende-se que eles precisam não apenas ter acesso à universidade, como uma garantia básica – haja vista que o próprio acesso à universidade, para muitos, se dá a partir das lutas sociais – mas que ao ocupar esse lugar, encontre condições para sentir-se pertencente a esta comunidade (UFT, 2020), constituindo-se assim, um processo de reconhecimento individual e coletivo, onde o estudante também possa reconhecer-se. Um processo de dotar os indivíduos de dignidade (DUNKER e KRENAK, 2021).

O reconhecimento do sofrimento psíquico do estudante é então, uma via para sua legitimação enquanto sujeito (UFT, 2020).

Considera-se, portanto, que reconhecer os estudantes, validar suas demandas e angústias no percurso acadêmico é fundamental para se estabelecer uma relação dialógica

entre discentes e instituição, que promova dignidade e cidadania. Leão (2019), aponta que é necessária a criação de uma cultura de ética e direitos humanos que seja capaz de incluir os estudantes na comunidade acadêmica. Para tanto, é necessário refletir se programas e ações institucionais são capazes de promover reconhecimento, dignidade e cidadania aos estudantes, à medida que se tornem práticas da universidade.

Desse modo, a partir da perspectiva do sofrimento ético-político, elaborada por Sawaia (1995) “para compreendermos a dimensão psicossocial do processo de exclusão e inclusão” (BERTINI, 2014, p.60) no contexto social, é possível considerar que a saúde mental está para a dignidade, assim como a saúde física está para a própria vida orgânica de cada um, considerando que uma vida psíquica saudável é imprescindível para o exercício de direitos, de deveres, da cidadania, com autonomia e liberdade de ser e existir, onde e como quer que se deseje.

### **5.7 Iniciativas de cuidado em saúde mental nas universidades: considerações sobre programas de acolhimento**

A partir da intensificação dos processos de adoecimento, tentativas de suicídio e suicídio, as universidades perceberam a necessidade de atender essa nova demanda e para isso contar apenas com a política nacional de assistência estudantil – PNAES, que regulamenta as ações institucionais têm se mostrado insuficiente. É preciso criar alternativas práticas não apenas para minimizar a situação, mas que busquem prevenir o sofrimento e o adoecimento, promovendo saúde por meio de espaços de escuta e de fala, de encontros e da construção de relações que permitam o desenvolvimento de processos de subjetivação e significação das experiências dos alunos.

Acreditando nas possibilidades das relações e ações institucionais de fazerem frente as demandas estudantis, apresenta-se aqui uma breve caracterização de ações institucionais universitárias em prol da saúde mental, a partir de um recorte de universidades públicas brasileiras, que tiveram aumento significativo de casos de suicídio de estudantes e criaram programas específicos para a atenção à saúde mental da comunidade acadêmica, institucionalizando tais programas, como critério para a escolha, quais sejam a Universidade de Brasília – UNB e a Universidade de São Paulo – USP.

A partir deste recorte, traçamos uma relação entre os programas de saúde mental das duas universidades citadas com o Programa de Promoção a Vida e a Saúde Mental –

Programa Mais Vida, da UFT, uma vez que desenvolvem atividades de mesma natureza, em contextos similares, guardadas suas especificidades.

Nesse sentido, Oliveira, Rosa e Nascimento (2019, p. 148) ressaltam “a escassez de dispositivos institucionais que permitam a prevenção do sofrimento psíquico, principalmente com um caráter que possibilite as múltiplas manifestações da singularidade humana”.

Algumas estratégias de cuidado são muito interessantes para esse contexto, como é o caso dos grupos terapêuticos, que podem ser realizados nas próprias universidades e necessitam de pouca infraestrutura (OLIVEIRA, ROSA e NASCIMENTO, 2019). Para os mesmos autores:

Os grupos terapêuticos mostram-se como estratégias viáveis para o trabalho de prevenção ao sofrimento psíquico e promoção da saúde aos discentes, somados aos dispositivos artísticos e lúdicos, buscando métodos que considerem as singularidades locais e que possam tornar o ambiente acadêmico um espaço mais humanizado (Oliveira; Rosa; Nascimento, 2019, p. 149).

Outras estratégias são inovadoras, como a disciplina Tópicos Especiais em Engenharias: Felicidade, criada pela UNB, inspirada em experiências similares das universidades norte-americanas de Harvard e Yale. Ofertada no segundo semestre de 2018 no Campus Gama, onde se concentram os cursos da área das engenharias, a disciplina foi a primeira deste tipo a ser realizada por uma instituição pública e dá início a uma nova “abordagem acadêmica”, que objetiva proporcionar aos estudantes um espaço para vivências favoráveis a uma boa qualidade de vida no ambiente acadêmico, bem como condições para lidar com os eventos estressores da vida acadêmica e pessoal, tendo como foco o autoconhecimento, o afeto, o cuidado, a solidariedade e o respeito as diferenças (PIMENTA, 2018).

Adotando a mesma estratégia, a USP criou no primeiro semestre de 2019 a disciplina Do Estresse à Boa Saúde Mental na Universidade, como diferencial, a disciplina não foi “vinculada a nenhuma unidade de ensino específica, mas a Universidade como um todo” (USP, 2019), além de não possuir pré-requisito para a matrícula, pode ser cursada por alunos de todos os cursos de graduação.

Na mesma linha, a UFT ofereceu aos alunos de graduação, a disciplina Prazer e Sofrimento na Universidade, ofertada no primeiro semestre de 2019 para as graduações de administração e jornalismo do Campus de Palmas-TO e no segundo semestre do ano de 2019,

estendida às graduações de medicina e engenharias, do mesmo campus. Tendo como objetivo levantar um perfil dos estudantes de graduação que participaram desta experiência, buscando elencar quais as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes e quais as possíveis fontes de prazer e de sofrimento na vida acadêmica, propondo intervenções dentro e fora da universidade. Para fundamentar a iniciativa da disciplina, Silva e Ghizoni (2019), partem do pressuposto de que a atividade acadêmica e o estudar, tanto para os alunos de graduação, quanto de pós-graduação caracteriza-se como um trabalho.

Em estudo publicado recentemente, Leão, Iani e Goto (2019) apontam que disciplinas que tratam do tema sofrimento e suicídio na universidade, podem se constituir como espaços para o conhecimento e o debate sobre esses fenômenos, permitindo que se amplie o diálogo, a fim de combater o estigma, construindo assim espaços onde os estudantes possam se organizar coletivamente “em torno das demandas que associam com o sofrimento. Não apenas para demandar e consumir políticas universitárias, mas para atuar com protagonismo na elaboração, planejamento, execução e fiscalização destas políticas” (LEÃO, IANI e GOTO, 2019, p. 140).

Observa-se que a criação de novos setores de atendimento, programas e atividades voltadas ao atendimento dos alunos estão entre as iniciativas de algumas instituições e foram, em sua maioria, efetivadas a partir de 2018, a partir do aumento significativo dos casos de tentativas e suicídios entre estudantes e o crescimento da demanda por atendimento a situações de sofrimento e adoecimentos. Dentre elas a USP criou o Escritório de Saúde Mental (ESM); a UNB criou a Diretoria de Atenção à Saúde (DASU), e a Universidade Federal do Tocantins (UFT), criou o Programa de Promoção a Vida e a Saúde Mental – Programa Mais Vida (UFT, 2019).

Deste modo, analisando a experiência da USP, verifica-se que o ESM foi criado em um momento em que as notícias sobre comportamento suicida e adoecimento mental entre os estudantes universitários vieram à tona, ao serem veiculadas a nível nacional por jornais como o Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo (LEÃO, IANI E GOTO, 2019). Como resposta institucional, criou-se um projeto de acolhimento aos estudantes, a partir da união de esforços dos Institutos de Psicologia e Psiquiatria, com o objetivo de prevenir o sofrimento, acolher e orientar os estudantes (USP, 2018).

De acordo com o site oficial do programa, o ESM “está vinculado a Pró-reitora de Graduação da Universidade de São Paulo e trabalha na prevenção de sofrimentos, orientação e acolhimento aos estudantes de graduação e pós-graduação da USP”, sendo que os serviços se estendem aos alunos intercambistas vinculados a instituição. O ESM possui espaço próprio,



porém provisório, sendo localizado na Superintendência de Assistência Social (SAS), no campus Cidade Universitária, no bairro Butantã, da capital São Paulo.

O site oficial do ESM informa ainda, que não encaminha alunos para atendimento psicoterápico no momento, mas oferece a participação em pesquisas clínicas, bem como atividades em grupo, como é o caso do acolhimento que possui agenda pré-definida com datas, local e horário de realização, sendo uma atividade coordenada por dois psicólogos colaboradores. Estão disponíveis na página, orientações para que os alunos possam solicitar os serviços por meio de formulários eletrônicos, além dos endereços para contato com o programa e outros serviços como o Centro de Valorização da Vida (CVV) que presta atendimentos gratuitos de informação e orientação através do número 188.

No mesmo contexto se dá a criação da DASU, no âmbito da UNB, universidade que enfrenta um dos contextos mais críticos no que tange a saúde dos estudantes e registrou, nos últimos anos, vários casos de suicídio de alunos. Criada em abril deste ano a DASU está vinculada ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) sendo a mais nova das diretorias que compõem o decanato, sendo um total de cinco diretorias e uma coordenação. De acordo com o site oficial do DAC – UNB, a DASU se propõe a coordenar políticas e estratégias de cuidado e atenção à saúde e a qualidade de vida da comunidade acadêmica. Entre suas atividades estão a prevenção e promoção de saúde e atenção psicossocial. Sua atuação é intersetorial, tendo em vista propor conjuntamente boas práticas, construir redes de apoio e implementar os princípios de uma “Universidade Promotora de Saúde” (UNB).

Dentre as ações realizadas pela DASU desde sua criação, destacam-se os eventos da campanha nacional do movimento Setembro Amarelo, voltada à prevenção do suicídio, palestras, rodas de conversa e atividades artísticas e culturais durante o mês de setembro e a participação em outros eventos como a Semana Universitária com dia temático “o bem-viver” e o “Dia da saúde mental e do Bem-estar”. Em matéria sobre atividades de extensão, o portal UNB Notícias informa que a diretoria está realizando um mapeamento de boas práticas de acolhimento em saúde mental no ambiente acadêmico, a fim de dar-lhes maior visibilidade, promover a integração entre a universidade e a rede de cuidado do Distrito Federal, bem como a conscientização da comunidade para o cuidado da saúde mental.

Quanto à UFT, um cenário também preocupante, com casos confirmados de mortes de alunos por suicídio, motivou a criação do Programa de Promoção à Vida e à Saúde Mental – Programa Mais Vida, visando promover ações de prevenção ao sofrimento e promoção da saúde no âmbito da universidade.

De acordo com sua página oficial, o programa tem como objetivos oferecer estratégias de prevenção e promoção de saúde mental aos estudantes, servidores e trabalhadores terceirizados que atuam na universidade, realizando ações de valorização da vida. Para isso, as ações do programa estão estruturadas nos eixos de (i) prevenção universal; (ii) prevenção seletiva; (iii) prevenção indicada e (iv) intervenção preventiva.

Em seu primeiro ano de atuação, o programa conseguiu realizar atividades importantes, dando os primeiros passos para se estabelecer uma cultura de diálogo sobre saúde mental na universidade, com destaque para a primeira edição do evento “Diálogos sobre saúde mental na universidade” que ocorreu em setembro deste ano, marcando as atividades do movimento Setembro Amarelo, mês de conscientização e prevenção do suicídio. Outras ações realizadas como rodas de conversa, palestras nacionais e internacionais ressaltaram a necessidade de se falar sobre o assunto e se constituíram como espaços possíveis para a fala e a escuta. Diferente dos outros programas citados, o Mais vida não conta com espaço próprio para estruturar-se fisicamente, o que limita sua operação. O programa realiza reuniões mensais na universidade para organização e delimitação das ações e depende do apoio da reitoria e pró-reitorias para sua consecução.

Vale ressaltar, que nas instituições citadas as movimentações no mês de setembro deste ano foram intensas, em virtude do Setembro Amarelo. Promovendo o diálogo sobre saúde mental no atual contexto em que vivemos, foram realizados eventos com palestras, mesas redondas, momentos de socialização de experiências e compartilhamento de atividades, além de espaços de fala e debate e atividades culturais. Firmando parcerias e disseminando conhecimento acerca das questões complexas que envolvem o tema, foi possível o intercâmbio entre pesquisadores, professores e profissionais que se dedicam a saúde mental e a comunidade acadêmica.

Observa-se que cada uma dessas iniciativas e programas propõem a institucionalização de ações que assegurem o cuidado e atenção para com a saúde e bem-estar dos estudantes, tornando-as políticas das universidades, articulando práticas nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão (SILVA e GHIZONE, 2019).

Percebe-se que as universidades estão reagindo, ainda que timidamente, a uma realidade desafiadora, visto que as instituições apresentadas vivenciaram casos recentes de tentativas de suicídio e suicídio de estudantes. As iniciativas propostas visam despertar a comunidade não só para o diálogo e a reflexão sobre saúde mental, mas para ações que possam de fato se materializar em atenção e cuidados com a vida e a promoção de saúde nos espaços acadêmicos.

Ressalta-se a importância da concreta institucionalização dos programas de atenção à saúde nas universidades, como forma de torná-los políticas próprias dessas instituições, compondo os Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI's) e Projetos Pedagógicos Institucionais (PPI's) garantindo assim, que sejam destinados recursos, condições físicas e pessoal para que as iniciativas de cuidado sejam realizadas e mantidas, e atinjam então, sua finalidade principal de promover saúde e prevenir sofrimento e mortes no ambiente acadêmico.

Entretanto, ainda há resistência, tabu e mitos que envolvem e prejudicam o diálogo, o avanço e a efetividade de ações em saúde mental, principalmente em relação ao suicídio. Há um senso comum de que não se pode falar sobre o assunto, pois isso faria com que ocorressem mais caso. No entanto, é essencial que se fale sobre suicídio para que se desmistifiquem seus conceitos e possíveis causas (CARRASCO, 2019). Outra ideia é de que a maioria dos casos de suicídio ocorrem porque a pessoa encontra-se num quadro de depressão, “todavia o suicídio é um evento multifatorial ou multidimensional, e até mesmo existencial” (SILVA; GHIZONI, 2019, p. 164), pois há inúmeros fatores na vida de uma pessoa que podem levá-la a tentativas e a conclusão desse ato.

Podemos dizer que esta resistência ao diálogo sobre saúde mental se dá pela via da individualização do sofrimento psíquico pela sociedade de um modo geral, que responsabiliza aqueles que sofrem pelo próprio sofrimento, desconsiderando que fatores como o contexto social, político e institucional também se constituem como formas de produção de sofrimento (LEÃO, IANE E GOTO, 2019). Os autores indicam ainda, que:

O sofrimento é percebido exclusivamente em sua dimensão individual, é assim externalizado e demanda cuidado também individualizante. Mas não podemos perder de vista que, junto com a dimensão estritamente individual do sofrimento, ele pode estar ligado também a fatores supra-individuais coletivos, institucionais e socioestruturais. Mais do que reconhecer isto é preciso, coerentemente, pensar o fenômeno e as estratégias para lidar (com) ele, de forma a atingir também estas dimensões [...], considerando a complexidade da experiência de sofrimento e o necessário protagonismo dos estudantes (Leão, Iane e Goto, 2019, p. 149).

Diante da intensificação assustadora do sofrimento, adoecimento e suicídio entre os universitários, é preciso criar formas de resistência aos modelos hegemônicos que estão postos, pensar novas possibilidades de encontros e gerar processos que construam sentidos e (re)significados às suas vivências e experiências.

## MOMENTO DE CONCLUIR

### 6 PERCURSO METODOLÓGICO – (des) caminhos

Chamarei esse capítulo de (des)caminhos, pois o percurso metodológico pensado anteriormente, foi atravessado de tal forma pela pandemia que em determinado momento cheguei a pensar que a coleta de dados não aconteceria. Entre todos os cenários possíveis e esperados no decorrer da construção do projeto de pesquisa, desde o início do mestrado, uma pandemia que encerraria nossas possibilidades de ir a campo, ao encontro dos sujeitos da pesquisa, jamais era imaginado. Assim, foi necessário reelaborar, recalcular a rota, ajustar o cronograma e seguir conforme fosse possível.

A emergência de saúde pública de importância internacional, resultante da pandemia da Covid-19 (BRASIL, 2020), que motivou a suspensão das atividades presenciais das instituições de ensino superior, brasileiras, fazendo com que servidores e estudantes mantenassem-se afastados das universidades e suas atividades laborais e acadêmicas (UFT, 2020), deu-se como resposta às orientações da OMS, quanto ao distanciamento social e deflagrou as necessárias medidas de urgência para o cuidado da saúde, como a quarentena, a fim de evitar a propagação do vírus.

Imediatamente, em 12 de março de 2020, o Ministério da Economia através da Instrução Normativa Nº 19, encaminhou orientações quanto às medidas de proteção, aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, do qual fazem parte o Ministério da Educação e as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Assim, em resposta às orientações, a UFT, por meio da Resolução nº 23, de 30 de março de 2020, suspendeu as atividades acadêmicas em todos os câmpus.

Como havia indicado anteriormente, no item “Estrutura do trabalho”, em que descrevo a estrutura da dissertação e que me apoiando em Lacan e sua construção do tempo na psicanálise, me lançava no percurso da pesquisa desprovida de certezas, percebo agora, o quanto o momento em que vivemos, confirma a incerteza do percurso da pesquisa científica e mostra os traços do real dessa condição. Indizível, imprevisível.

Aqui, portanto, estão descritos os passos do percurso que constitui esse trabalho, articulados com a metodologia da análise institucional proposta por Gregório Barembliitt em seu livro *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*, de 2002.

No método da análise institucional Baremlitt (2002), caracteriza-se como dispositivo de análise, o conjunto de estratégias que permitem a coleta dos dados necessários para a construção da conjuntura a ser analisada. Assim, estabelecem-se os seguintes pontos ou dispositivos: (1) a caracterização da pesquisa, (2) a grande área, (3) o cenário de estudo, (4) participantes da pesquisa, (5) o período de coleta de dados, (6) o instrumento de coleta, (7) o tratamento dos dados, (8) aspectos éticos legais e (9) resultados do estudo (MONTEIRO, 2020).

### **6.1 Caracterização da Pesquisa**

O presente estudo é de natureza aplicada e qualitativa, realizada em campo e possui propósito exploratório (PIANA, 2009).

### **6.2 Meios de Pesquisa**

Foram utilizados referenciais bibliográficos, artigos, livros, cartilhas, matérias disponíveis em veículos de comunicação, dissertações e teses já produzidos no campo científico (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), além de textos de leis, normativas, portarias e resoluções, para compor e sustentar o embasamento teórico da pesquisa com vistas a descrever o fenômeno da saúde mental no âmbito da universidade, buscar compreendê-lo e indicar possíveis aperfeiçoamentos.

Utilizou-se também, entrevistas semiestruturadas para a coleta dos dados dos participantes (PIANA, 2009).

### **6.3 Cenário de Estudo**

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal do Tocantins, no âmbito do Campus Universitário de Palmas.

### **6.4 Participantes da Pesquisa**

Foram entrevistados estudantes dos cursos de graduação do Campus universitário de Palmas da UFT, escolhidos por conveniência e acessibilidade. Ao todo 12 estudantes manifestaram interesse em participar do estudo, respondendo aos formulários enviados no momento da divulgação da pesquisa e assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A) e o Termo de autorização para gravação da entrevista. No

entanto, desse total, foram excluídos 4, considerando os critérios de inclusão revistos pelos avaliadores da banca de qualificação da pesquisa.

Os critérios de inclusão na pesquisa foram: estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação do Campus de Palmas, da Universidade Federal do Tocantins, maiores de 18 anos, que estivessem cursando a partir do terceiro período da graduação e que consentiram voluntariamente em participar da pesquisa através da assinatura do TCLE e do Temo de autorização para a gravação da entrevista.

Já os critérios de exclusão foram: estudantes que possuíssem trancamento parcial ou total da matrícula, os menores de 18 anos, os que estivessem afastados das atividades acadêmicas por motivo de saúde e aqueles que estivessem em aula ou desenvolvendo atividades que inviabilizassem a realização da entrevista, evitando desta forma o comprometimento das atividades curriculares do aluno.

No decurso da análise dos dados, os participantes receberam nomes fictícios a fim de manter suas identidades em sigilo. Considerando o nome próprio e a nomeação dos sujeitos como fator importante para sua constituição e reconhecimento como tal, e para que não fossem reduzidos a números ou letras (Participante A, B ou 1, 2) foi proposto para cada um deles que escolhessem o nome com o qual gostariam de ser identificados na pesquisa, numa perspectiva de proporcionar uma experiência de autonomia diferente do contexto, uma vez que carregamos nossos nomes próprios como uma marca determinante, a qual não nos foi dada a possibilidade de escolha (LACAN, 1962). Assim, Flores, Maria, Luiza, Jolie, João, Nicolau, Helena e Laura são protagonistas de seus relatos e experiências enquanto sujeitos desta pesquisa.

## **6.5 Período de Coleta de Dados**

Em virtude da emergência de saúde pública de importância internacional, resultante da pandemia do coronavírus – Covid-19 (BRASIL, 2020), que motivou a suspensão das atividades presenciais da UFT, mantendo servidores e estudantes afastados da universidade (UFT, 2020), o cronograma e os procedimentos da pesquisa sofreram alterações, assim, tanto a divulgação quanto as entrevistas para coleta de dados foram realizadas por meio eletrônico.

Dessa forma, as entrevistas para a coleta de dados foram realizadas entre os meses de setembro de 2020 e fevereiro de 2021, pela pesquisadora, tendo em vista a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética da UFT.

## 6.6 Técnicas e Instrumentos de Coleta

Quanto a coleta de dados e o instrumento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas seguindo o roteiro disposto no apêndice B, para isso os estudantes foram convidados a participar, a partir da divulgação da pesquisa realizada via e-mail, e mediante o aceite, firmado pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A) e do Termo de autorização para gravação da entrevista (Apêndice B), foi realizado o agendamento de cada encontro.

O contexto de pandemia se constitui como um agravante para a realização da pesquisa como um todo, sobretudo para a coleta dos dados, pois, com a suspensão das atividades presenciais na universidade, foi necessário repensar toda a estratégia metodológica para o acesso aos participantes, desde a divulgação até a realização das entrevistas.

O que antes seria realizado presencialmente em campo, no âmbito da UFT, nas dependências do Campo de Palmas, foi transferido para os meios digitais, o que trouxe bastante dificuldade ao processo, com isso os prazos também tiveram que ser alterados. Como o público-alvo da pesquisa são os estudantes de graduação, foi difícil localizá-los, pois já não havia aulas, a biblioteca e espaços como os laboratórios de informática, pesquisa e prática estavam fechados, bem como o restaurante universitário, conforme determinou a Resolução nº 23, de 30 de março de 2020 (UFT, 2020). Assim, os estudantes se dispersaram.

Dessa forma, para a divulgação, foi utilizado o e-mail institucional luziabernardes@uft.edu.br para o envio das informações sobre a pesquisa e o convite para a participação dos estudantes. Foi necessária a elaboração de um formulário eletrônico, com o auxílio da ferramenta *Google* Formulários, para que os estudantes pudessem manifestar seu interesse em participar da pesquisa.

O formulário contende uma breve apresentação do estudo e os campos para preenchimento do nome do estudante, idade, endereço de *e-mail* e telefone, para o contato, foi enviado em agosto de 2020, por *e-mail* às 17 coordenações de cursos de graduação do Campus de Palmas e ao Diretório Central do Estudantes – DCE. A mensagem enviada apresentava a pesquisa, convidava os estudantes de cada curso a participarem e solicitava aos coordenadores(as) e secretários(as) que encaminhassem para os respectivos alunos, tendo em vista o acesso desses setores aos endereços de e-mail dos estudantes. Já a mensagem enviada para o DCE, solicitava o encaminhamento da pesquisa aos Centros Acadêmicos – CAs, de cada curso de graduação para que pudessem fazer chegar aos alunos.

Dessa forma, havia dois meios para que os estudantes recebessem o convite da pesquisa, em seu endereço eletrônico, pela via da coordenação de seu curso ou pelo respectivo centro acadêmico. A mensagem de apresentação da pesquisa e o formulário eletrônico estão dispostos nos apêndices D e E respectivamente.

Após o envio do convite e do formulário para manifestação de interesse em participar da pesquisa, esperava-se como retorno, os dados para contato com os estudantes. A medida em que respondiam, os dados ficavam gravados em uma tabela no formato *Excel*, que possibilitava o contato com os estudantes através do e-mail e o telefone informados para o agendamento da entrevista, que seria realizada em dia e horário em que o estudante estivesse disponível na plataforma digital *Google meet*.

Em seguida, foi feito contato com os estudantes que se manifestaram interessados, e enviado o TCLE (apêndice A) e o Termo de autorização para a gravação da entrevista (apêndice B), também por e-mail, dispostos em um novo formulário eletrônico, no qual o estudante informava se concordavam ou não em participar do estudo, lia e assinava digitalmente os documentos. Ao assinar os documentos, autorizando sua participação, os estudantes informavam também, os dados para compor o perfil sociodemográfico da amostra e os critérios de inclusão. Quais sejam: seu curso, período e campus; se está regularmente matriculado ou possui trancamento total ou parcial; se está afastado do curso por motivos de saúde; o nome com o qual gostaria de ser identificado na pesquisa; o gênero com qual se identifica; cor; idade; cidade e região onde mora e Estado onde nasceu.

Desse modo, mantínhamos contato com os estudantes que cumpriram os critérios de inclusão e marcávamos a entrevista. Assim, para cada entrevista agendada, foi criada uma sala no *google meet*, ferramenta de videochamada, como recursos para a comunicação a distância e o *link* de acesso à sala foi enviado ao estudante individualmente, por *e-mail*, de forma que apenas pesquisadora e participante tivessem acesso ao encontro. Garantindo a privacidade que o momento exigia.

As entrevistas, portanto, foram individuais e a distância, evitando assim, o contato físico e contaminação pelo coronavírus. Esta medida foi adotada seguindo rigorosamente as orientações da OMS quanto ao distanciamento social, tendo em vista que mesmo quando retornaram, as atividades da universidade foram mantidas a distância.

Ocorreu que, em setembro de 2020, após a divulgação da pesquisa ter sido realizada, havia 36 alunos inscritos, que manifestaram interesse em participar. Entretanto, nesse momento intensificam-se as dificuldades em estabelecer e manter contato com estes estudantes. Devido a suspensão das atividades na universidade, verificou-se, que muitos



retornaram para cidades do interior e até mesmos outros Estados, onde devem residir seus familiares, com isso, houve um longo período em que não responderam nem mesmo aos e-mails de confirmação de agendamento da entrevista. Provavelmente, muitos perderam suas condições de acesso à internet ao ver suspensa sua rotina na universidade nesse período, ou não acessaram e-mails institucionais e outras redes, pois só foi possível estabelecermos contato novamente, após o retorno das aulas, ainda remotas, no mês de outubro de 2020, conforme a Resolução nº 28, de 08 de outubro de 2020 (UFT, 2020).

Nesse momento, como havia pouquíssimas entrevistas agendadas, foi necessário partir para o contato individual com estes estudantes, desse modo, com os dados de contato registrados na planilha elaborada a partir dos formulários eletrônicos, no *Excel*, realizei o contato com cada um daqueles que não haviam dado retorno via *e-mail*. Esse contato foi feito por meio de mensagem enviada pelo aplicativo *whats app* no período de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021. Com o seguinte texto:

Entretanto, grande parte das mensagens enviadas, foram recebidas visualizadas e não foram respondidas. O que indica que provavelmente, não havia mais interesse em participar da pesquisa, ou disponibilidade para fazê-lo, ou ainda resistência em estabelecer um diálogo, que pode ser tanto de ordem material, como um pacote de dados de internet insuficiente, quanto emocional e psíquica, dado o momento de elevada angústia por que passam os estudantes. Com 6 estudantes ainda houve uma breve conversa, mas que não resultou no agendamento da entrevista.

Assim, somente em fevereiro de 2021 foi possível finalizar a coleta, com uma quantidade suficiente de entrevistas para a análise dos dados. Esse material foi enviado para uma empresa para a transcrição dos áudios que foram entregues em março de 2021. De posse desse material foi possível dar segmento as etapas de análise e conclusão da dissertação.

Durante as entrevistas foi necessária a gravação do conteúdo de áudio e vídeo, a fim de resguardar as falas dos participantes, que foram transcritas posteriormente para análise, evitando que se perdessem informações importantes para a pesquisa. A gravação substituiu o diário de campo, que seria utilizado em entrevistas presenciais, permitindo rever o material coletado e registrar com maior precisão, as impressões sobre o fenômeno em estudo.

## 6.7 Tratamento dos Dados

Os dados coletados foram enviados para uma empresa, para a transcrição dos áudios e analisados sob a perspectiva da abordagem qualitativa baseada na análise institucional proposta por Baremlitt (2002).

De acordo com o autor, a análise institucional considera que as comunidades ou coletividades possuem necessidades básicas que surgem por meio de demandas espontâneas derivadas de dois processos básicos denominados de autoanálise e autogestão. Esses processos consideram que as coletividades são protagonistas diante dos contextos em que estão inseridos, possibilitando que dialoguem e busquem soluções a partir de suas concepções e não de forma imposta por meio de agentes externos (BAREMBLITT, 2002; MONTEIRO, 2020).

Os processos de autoanálise e autogestão dão origem ao que Baremlitt (2002) chama de demanda. Assim, a partir da análise da demanda, é possível conhecer a realidade dos sujeitos a partir de seu discurso e relatos de práticas, bem como suas necessidades.

As práticas de determinadas instituições se materializam no comportamento de seus agentes, que protagonizam os processos e dinâmicas das relações institucionais. Assim, a pesquisa utiliza os relatos dos participantes, a partir de sua escuta, como instrumento de identificação da cultura e das práticas institucionais, e como se materializam nas “formas escritas ou faladas do discurso organizacional” (BAREMBLITT, 2002, p. 63). E busca compreender a significação do fenômeno saúde mental para os estudantes de graduação da UFT, possibilitando o protagonismo dos sujeitos, a fim de inseri-los no processo de pensar estratégias voltadas ao cuidado em saúde mental na universidade.

Para Baremlitt (2002), a análise institucional considera a existência de um campo de análise e um campo de intervenção, sendo o primeiro, o espaço e o tema o qual será estudado, sem que haja necessariamente, uma intervenção técnica. Basta apenas a tentativa de compreendê-lo. Esse é um dos aspectos importantes da presente pesquisa, de que há um campo de estudo, no caso a universidade e o fenômeno da saúde mental dos estudantes, o que se propõe a busca por conhecer e entender, não sendo previsto, no entanto, uma intervenção de natureza técnica pontual, como aponta Baremlitt, envolve apenas o fato de que o institucionalista vai tentar entendê-lo” (BAREMBLITT, 2002, p. 91).

Já o campo de intervenção, pressupõe um campo de análise, pois para o autor, pode haver entendimento sem intervenção, mas não pode haver intervenção sem que se entenda. É

nessa perspectiva que se propõe o estudo de fatores e processos históricos, culturais e sociais que permeiam o campo deste estudo.

Entende-se que a análise institucional como método, possibilita colocar os estudantes na centralidade das discussões em saúde mental, o que é fundamental para se pensar no futuro das ações de acolhimento e cuidado, no âmbito da universidade, sendo eles um dos principais grupos de usuários desses serviços.

O processo de análise institucional é então, composto pelas seguintes etapas: a análise da oferta, caracterizada pela forma como a pesquisa é oferecida a instituição, o que neste caso, é espontânea, partindo da iniciativa própria da pesquisadora; o diagnóstico provisório, realizado a partir do levantamento bibliográfico que baseia o referencial teórico da pesquisa e que expõem as nuances do tema em estudo; os dispositivos de análise, caracterizados pelo percurso metodológico, que vão de encontro aos objetivos previstos e por último, o prognóstico, numa perspectiva de indicar possíveis direcionamentos ou encaminhamentos de proposições ao final da análise. O que Monteiro (2020) vai chamar de diagnóstico definitivo.

Dessa forma, após realizado o percurso metodológico até a coleta e transcrição dos dados da pesquisa, foi possível analisar os resultados, observando os processos de autoanálise e autogestão, e assim, conhecer a realidade dos participantes a partir de seus relatos e confrontá-la com o referencial teórico levantado.

A última etapa, o prognóstico ou diagnóstico definitivo reúne as etapas anteriores para consolidar os principais resultados encontrados, buscando indicar alternativas para as demandas levantadas pelos participantes.

## **6.8 Aspectos Éticos Legais**

A pesquisa respeita a norma operacional nº 001/2013, que delimita os critérios de coleta de dados com pessoas. Os participantes da pesquisa tiveram como garantias éticas: 1. Poderiam se recusar a participar e, caso aceite, terão a garantia de retirada do consentimento a qualquer tempo sem nenhum prejuízo (liberdade de participação); 2. Uso de códigos ou codinomes para se referir aos participantes; 3. Acesso aos dados coletados exclusivo da pesquisadora (sigilo e confidencialidade); 4. A coleta feita de forma individual, em ambiente virtual privativo com a presença somente da pesquisadora e do/da participante (privacidade); e, 5. Nenhuma informação que possa identificar ou prejudicar os participantes será divulgada, em tempo algum.

Conforme o que prevê a Resolução N° 510, de 07 de abril de 2016 e legislação complementar (BRASIL, 2016), é também garantido ao participante o ressarcimento por qualquer dano material ou imaterial causado pela pesquisa.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa para sua análise e aprovação, respeitando as diretrizes da Resolução N° 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, bem como a legislação complementar (BRASIL, 2012), sendo aprovada pelo parecer 4.028.671. Foi também solicitada a autorização para sua realização junto à Reitoria da UFT, que foi favorável. Ressalta-se ainda, que as atividades de coleta de dados foram iniciadas somente a partir das aprovações citadas.

Podemos considerar que os riscos para o participante da pesquisa configuravam-se em relação a exposição de sua imagem, de sentir-se desconfortável, com receio em revelar as informações, inibido(a) ou constrangido(a), principalmente por tratar-se de relatos de informações pessoais e que envolvem valores afetivos relacionados ao ambiente acadêmico e por lembrar fatos ou dificuldades que tenha enfrentado.

Assim, para minimizar esses riscos cada entrevista foi realizada individualmente, em uma sala virtual reservada para essa finalidade, na ferramenta *google meet*, onde somente a pesquisadora e o participante entrevistado tiveram acesso.

Como benefícios aos participantes da pesquisa destaca-se a possibilidade de criação de espaços de fala, escuta e reflexão sobre a vivência acadêmica e como os fatores dessa vivência se relacionam com a saúde mental e a contribuição para melhoria da forma de acolhimento dos alunos, tanto ingressantes quanto os que já estão a mais tempo na universidade.

Quanto a devolutiva, os participantes do estudo receberão a versão final da dissertação e serão convidados para uma apresentação dos resultados. Receberão também o produto, elaborado a partir dos resultados da pesquisa na forma de uma cartilha digital.

Como benefícios, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o aprimoramento das ações voltadas ao cuidado em saúde mental para os estudantes e ofereça, em alguma medida, orientação em sua trajetória acadêmica, além de estimular a produção de conhecimento científico relacionado a saúde mental nas universidades.

## **6.9 Resultados do Estudo**

Após a conclusão da pesquisa, os resultados serão publicados na forma de dissertação, que será entregue em via física e digital para a UFT, ficando disponível para o acesso público

e gratuito no Repositório Institucional, resguardando-se a identidade dos participantes que não será divulgada, permanecendo em sigilo.

Os resultados da presente pesquisa serão apresentados também na forma de uma cartilha que reúne informações úteis e necessárias para a vida acadêmica e que possa elucidar os estudantes quanto ao cuidado em saúde mental, apresentando meios de atendimento e cuidado em saúde, como serviços disponíveis na rede pública de saúde, nos meios eletrônicos e no âmbito da própria universidade.

## **7 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Apresentamos nessa seção, os principais achados da pesquisa, na forma de análise da demanda, tal como caracteriza Baremblytt (2002), resultante dos processos de autogestão e autoanálise dos estudantes de graduação, e que vão dialogar com o referencial apresentado anteriormente, que dá base à pesquisa.

Expressa-se aqui a tentativa de escutar os estudantes sobre seu percurso e vivências, oferecendo-lhes um espaço, ainda que pequeno, mas onde pudessem falar, compartilhar suas inquietações, incertezas e sobretudo tornar possível o diálogo sobre saúde mental, a partir de suas experiências.

Vale ressaltar que a demanda pela pesquisa não parte da instituição em estudo, nem tão pouco dos estudantes, seu público-alvo (MONTEIRO, 2020) mas das minhas próprias inquietações enquanto servidora e estudante, parte integrante da comunidade acadêmica, diante das inúmeras situações de sofrimento e agravos a saúde mental, presenciadas e compartilhadas ali. Nesse sentido, a pesquisa pode contribuir para os processos de entendimento dos nossos lugares diante do contexto em análise, seja enquanto estudantes, seja enquanto profissional.

Ressalta-se ainda, que aqui me afasto do lugar de expert, do tecnicismo das especialidades (BAREMBLYTT, 2002) de pré-julgamentos e pré-conceitos e questiono minha própria formação em administração. Não há aqui, a pretensão de designar o que fazer ou o que devem fazer, mas sim de escutar antes de tudo, e a partir disso indicar possíveis caminhos que invariavelmente, passem pelo diálogo em saúde mental.

Apesar de estarmos em ambiente acadêmico e da profusão em pesquisas sobre saúde mental na universidade, ainda são necessários iniciativas e espaços de escuta e de fala para os estudantes e principalmente quem os escute, especialmente neste contexto de pandemia que transforma nossas formas de viver e eleva o sofrimento mental ao limite do (in)suportável. O

que nos remete a ideia de Baremblytt (2002), de que se eu não me ofereço, ninguém me procura. Assim, me lanço na disponibilidade e na possibilidade de escutar.

Como apontam Dunker, Vieira e Veras (2021) a experiência acadêmica do coletivo e do individual, nesse momento, é relatada com muito mais sofrimento, considerando que os impactos da pandemia causaram uma descontinuidade no tempo e uma fragmentação da subjetividade, além da exaustão física e mental tanto dos estudantes, quanto dos professores.

Para possibilitar um melhor entendimento dos achados da pesquisa, foi necessário criar categorias de análise que orientassem a produção do conhecimento, a partir da escuta nas entrevistas. Assim, apresentam-se os seguintes itens: I. Perfil da amostra, que corresponde ao perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa; II. Indicadores da relação com a instituição, dividido nos subitens: a. Universidade, saúde mental e pandemia – o não lugar e b. O que a instituição faz com os sujeitos; III. Indicadores de saúde mental e vulnerabilidades; IV. Indicadores de políticas de saúde mental na universidade e V. Indicadores de dignidade, cidadania e direitos humanos.

## **I. Perfil da amostra – perfil sociodemográfico**

Como abordamos na base teórica do estudo, o perfil dos estudantes universitários mudou substancialmente nos últimos anos, a partir dos processos de democratização e acesso ao ensino superior público no Brasil. Dessa forma, pela primeira vez, em pesquisa publicada ao final do ano de 2019, o IBGE informou que 52% dos estudantes são negros e 54% são mulheres. Retomamos também, a pesquisa realizada pela UFT em 2019, que revelou que 87% dos estudantes de graduação possuem renda per capita igual ou abaixo de 1,5 salário, sendo que 57% são do Estado do Tocantins (UFT, 2019).

Nossa amostra é composta por 8 participantes, que cumpriram todos os critérios de inclusão da pesquisa, o que representa um percentual de 0,14% dos estudantes de graduação do Campus universitário de Palmas, tendo em vista que o referido campus possui 5.535 alunos, como informou a Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD, em outubro de 2020. Esse número corresponde aos estudantes matriculados, com vínculo ativo nos cursos de graduação presenciais, registrados no Sistema de informação da educação – SIE. Na oportunidade, a PROGRAD informou que o total geral de alunos matriculados nos cursos presenciais da UFT, era de 13.971. As informações foram solicitadas via *e-mail* institucional, e recebidas em 20 de outubro de 2020.

Os participantes foram entrevistados conforme o dia e o horário em que estavam disponíveis, os horários das entrevistas então, variaram entre manhã, tarde e noite, sendo que 3 entrevistas aconteceram aos sábados à tarde e uma no domingo à tarde, as demais ocorreram em dias úteis, durante a semana, geralmente ao final da tarde, a partir das 17 horas ou a noite e 1 aconteceu a partir das 9 horas. O tempo de duração das entrevistas variou entre 50 minutos e 2 horas, sendo a mais curta com 56 minutos e a mais longa, com 2 horas e 10 minutos. Tais horários se justificam pela disponibilidade dos participantes, tendo em vista que a maioria estava trabalhando quando as entrevistas foram realizadas, logo, estavam conciliando trabalho e as atividades acadêmicas. Apenas um dos participantes entrevistados não estava trabalhando no período da coleta de dados.

Após a realização das entrevistas, verificou-se um perfil majoritariamente feminino, sendo que do total de 8 participantes, 2 autodeclararam-se do sexo masculino.

Quanto a idade dos participantes, identificamos uma média etária de 25 anos, sendo o mais jovem com 19 anos e o mais velho com 52 anos, considerando a idade dos participantes na data da entrevista. Vale destacar, que 3 dos participantes possuem filhos pequenos.

Quanto a cor, a maioria autodeclarou-se parda, sendo que 2 participantes se declararam brancos e 2 não declararam. Verificou-se ainda, que a maioria reside na região sul do município de Palmas, sendo predominante os bairros dos Aurenys. A partir dessa informação verificou-se que a maioria dos participantes utiliza o transporte público como principal meio de locomoção. Importante destacar que, devido a pandemia e a suspensão das aulas presenciais, 3 dos participantes haviam retornado para sua cidade de origem ou onde residem seus familiares, sendo que 2 estavam em outros Estados, Pará e Mato Grosso e 1 no interior do Tocantins.

A partir desse dado, é possível inferir que mais estudantes retornaram para cidades do interior ou outras regiões, neste período, o que pode se considerar como um fator importante para justificar o lapso temporal entre a data da divulgação da pesquisa, agosto de 2020, e o efetivo contato com os participantes e por conseguinte, as entrevistas. Sendo que a última entrevista aconteceu em fevereiro de 2021.

Os participantes são em sua maioria, alunos dos cursos de pedagogia e engenharia elétrica, e 1 participante cursa enfermagem. Em relação ao período cursado pelos participantes, verificou-se uma variação entre o 4º e o 8º períodos, sendo que em decorrência da suspensão das aulas e consequentemente do calendário acadêmico, foram relatadas perdas significativas, que se configuram como uma forma de atraso no cronograma de formatura.

## II. Indicadores da relação com a instituição

### a. Universidade, saúde mental e a pandemia: o não lugar

Com a propagação do coronavírus, já em status de pandemia declarada pela OMS, a UFT suspendeu suas atividades presenciais em 30 de março de 2020, assim como o calendário acadêmico. Logo, os estudantes foram dispensados das aulas por um período de quase 6 meses, retornando às atividades de forma remota, num modelo de ensino a distância, em 13 de outubro de 2020.

No momento em que foram entrevistados, a maioria dos participantes, 7 deles, as aulas já haviam sido retomadas na modalidade de ensino remoto, conforme a Resolução nº 28, de 08 de outubro de 2020. Encontravam-se assim, numa situação crítica, que marcou bastante as entrevistas, ao relatarem suas dificuldades, seja de acompanhar o conteúdo, nessa nova dinâmica, muito diferente da qual estavam habituados, pois apesar de jovens, não estavam expostos a quantidade de demandas “virtuais”, como estão agora. O que Dunker, Vieira e Veras (2021) apontam como uma exaustão física e mental.

Nessa linha, as entrevistas eram iniciadas com duas perguntas incontornáveis: “Como você está?” e “Como você está passando por esse período de pandemia?”

Ao que Jolie relata: “*tô bem, do jeito que dá né, do nível que dá...*” Sobre as atividades acadêmicas, nos conta ainda que:

*“Não achei que ia ser do jeito que foi... tinha acabado de iniciar o semestre... quando iniciou a pandemia, eu estava saindo do meu estágio na biblioteca, nem terminei porque não deu tempo. Nós fomos avisados que o campus ia fechar e começamos a fazer aquelas disciplinas que tínhamos iniciado, online, estava indo até bem, só que eles paralisaram o semestre [...] com a suspensão do calendário acadêmico e eu fiquei fazendo só as atividades do PET [...] Depois, foi orientado né, que escolhêssemos três disciplinas...que iam durar mais ou menos 28 dias [...] Eu escolhi as três disciplinas e joguei no sistema e pensei assim: "Bom, pelo menos, uma disciplina vamos fazendo", só que foi uma grande discussão dentro do meu curso [...] você imagina condensar todo um conhecimento que se tinha que aprender em seis meses, em 28 dias. Então, foi bem difícil, eu não consegui me adaptar, eu desisti, não fiz as disciplinas, não conclui, na verdade, consegui concluir uma, estou aprovada em uma, as outras eu desisti.”*

Já Flores, que vive com o marido e duas filhas, de 7 e 12 anos de idade conta que: “*Sabe que eu acho que até que tá tranquilo. É... Só quando assim, aqui todo mundo em casa*



*pegou covid, foi assim, uma situação bem complicada, mexe com... com o emocional, né... abalou um pouco.”*

Flores, conta ainda, como tem sido sua rotina com as crianças em casa: *“Imagina só ter que ser professora, mãe, dona de casa... (risos) essa parte pegou um pouco pesado... a de sete que ainda não sabe ler e pra ensinar... ela perde a paciência, faz a gente perder a paciência...”*

Quando pergunto a Flores se está conseguindo conciliar as atividades acadêmicas com todas as demandas da casa, das crianças, do trabalho, sua resposta não deixa dúvidas:

*Não tô! Não tô conseguindo, é isso que eu tô falando, eu não tô. Tem gente que tá pior, que tá assim numa situação que nem sequer chegou a pegar um texto pra ler, eu ainda peguei um [...] olha... Já pensei em desistir esse semestre já, por quê? Os professores, eles tão cobrando muito, mais do que quando a gente é... estudava presencial [...] então, isso assim tá ó... mexendo muito com... com o emocional da gente. Eu tenho quatro trabalho pra fazer, desses quatro eu só fiz um e todos estão atrasados, porque eu não... O raciocínio parece que ele ficou lento, ele não tá igual quando era presencial.*

Para Laura:

*“Começou esse momento de pandemia, primeiramente eu não tinha internet em casa...Começou aí, né...eu não tinha essa condição de tá pagando internet [...] Só pra mim [...] Foi passando o momento, a UFT não se pronunciou em si, falando se ia ter aula, digital ou não. No começo, teve alguns professores que optaram por dar segmento, né... eu fui acompanhando da maneira que eu podia, né. E aí, depois parou totalmente e aí voltou [...] eu sempre me senti muito ansiosa e eu acho que com a pandemia piorou, né...”*

Percebe-se que se trata de um contexto realmente atípico, de muitas incertezas, exigências, onde os alunos são lançados a uma condição de não-lugar e de não-saber e precisam que a universidade lhes forneça recursos de orientação sobre suas atividades, para que possam se localizar, se reconhecer nesta condição e organizar minimamente suas novas rotinas. Como se nota na fala de Luiza: *“Tô assustada, né? [...] eu tinha preparado todo um ano [...] quando começou a pandemia mesmo eu olhava pra 2020 eu via um buraco. Eu [...] falava: "Meu Deus, o que é que vai ser?" Vai parar. Eu na minha cabeça: "vai parar tudo. Todo mundo vai ter que parar.”*

Como a maioria dos participantes relatou, houve um conflito de ideias e decisões por parte da UFT, entre continuar as atividades, reduzindo-as em números de disciplinas e carga horária, suspender por tempo indeterminado e então, retomar na forma remota, lançando os

estudantes a uma situação inesperada, causando angústia e intensificando a sensação de insegurança e desamparo (DUNKER, VIEIRA; VERAS, 2021).

*“Eu estranhei quando não teve atividade, que aí chegava essa parte da noite e eu ficava ocioso, “meu Deus, o que que eu vou fazer?”. Aí por mais que você faça alguma coisa, faça um trabalho, ler um livro, mas [...] Não preenche o espaço, né [...] ficou esquisito esse período. Porque você já tava numa rotina, né. Você vem naquela rotina, e de repente ela...” (João).*

*“Eu ainda acho muito ruim EAD, não me acostumei ainda até hoje. Se eu pudesse assim, não fazer, vamos dizer assim, eu não faria, eu preferia quando voltasse, voltasse com tudo.” (Laura).*

Chama a atenção, os relatos sobre a ruptura dos vínculos sociais e afetivos, provocada pela suspensão das aulas e o distanciamento social. Como aponta Maria e Flores:

*“Essa é a sensação que eu tenho, [...] de insegurança, de tudo novo. E você fica meio perdido. Apesar de assim, da gente ser muito jovem, ter muito acesso à tecnologia e tal, essa parte da tecnologia não foi muito difícil. Mas você ter que assistir à aula, entender conteúdo. Não tem mais aquela interação com os amigos que você tinha. Está sendo tudo muito difícil. Ah, muito novo. [...] Não tem aquele contato. Você se encontrava com os amigos no RU, na biblioteca. Acabou isso...” (Maria).*

*“[...] a gente já tá naquela situação de... de... de tá distante de todo mundo [...]” (Flores).*

*‘ [...] isso afetou mais a minha questão da ansiedade, né e principalmente no começo, porque eu tava muito sozinha, né [...] às vezes tinha as coisas pra fazer e eu não tinha nem ânimo pra fazer nada, e aí aquela incerteza, aquele momento assim muito, a gente não sabia o que que ia acontecer, como ia ser o dia de amanhã, como que ia funcionar, quando que ia voltar às aulas [...]’ (Laura).*

Tendo em vista que muitos tiveram que voltar para a casa dos pais ou familiares em cidades do interior do Tocantins ou outro Estado, como Pará e Mato Grosso, de volta ao convívio, enfrentam os conflitos das relações familiares, que por sua complexidade, podem influenciar na saúde mental. Como relata Nicolau:

*“Enfim assim, tá bem e não tá, tem uns atritos, assim, como tô na casa dos meus pais, tá complicado um pouco assim, ontem mesmo aconteceu umas coisas...a relação com a minha mãe é complicada um pouco [...] tem hora que dá uns problemas assim com a família, nesses momentos de pandemia é, o contato com a família é muito grande, as vezes dá uns atritos, algumas coisas assim, que a gente tava afastado e não tinha, né? Os atritos tão mais evidentes.”*

O mesmo ocorre com Jolie, que também encontra dificuldades em voltar ao convívio da família, pois aponta que haviam dificuldades anteriores na relação com a mãe. E comenta: *“Eu tô em outro Estado agora, já faz um bom tempo que eu não vou para Palmas...vim para o Pará e minha mãe mora em Palmas...com minha mãe, eu sempre tive um distanciamento dela muito grande, muito grande mesmo.”*

Para Laura a dificuldade de convivência com a família foi um fator determinante desde a escolha por cursar a graduação fora de casa. No momento da entrevista, estava numa situação ainda mais delicada, pois após receber a visita de um familiar, testou positivo para a covid-19.

Há também casos em que se depararam com situações muito adversas, como a de se verem agora responsáveis pelo cuidado de alguém, um familiar, uma criança ou idoso, sendo necessário fazer uma mudança ainda maior em sua rotina. Ou ainda, precisaram procurar um emprego formal para se manterem materialmente. As falas de Laura, e Luiza, confirmam a mudança drástica na rotina:

*“Nesse meio tempo, eu arrumei um emprego, né. Comecei a trabalhar meio período e pensei assim "quando voltarem as aulas da UFT, vou pegar só metade da grade, só meio período" [...] E aí eu segui assim. Quando voltaram as aulas, eu tava trabalhando no período da manhã e pegando matéria à tarde, da maneira que eu podia. E, aí fiquei trabalhando [...] pegando matéria à tarde, só que mesmo assim tava sendo muito puxado, né, por conta da rotina, era uma coisa totalmente diferente. Tinha professor que não era tão compreensível assim com a questão de cada aluno e aí acabou que eu fiz, acho que umas três matérias só, mas foi bem puxado. No começo eu tentei pegar mais matérias, porque minha grade antes tava, acho que com umas 10 matérias.” (Laura).*

Jolie, que retornou à sua cidade natal, no Pará, nos conta:

*“Voltei pra cá, porque aqui é mais fácil de conseguir esses empregos menos formais, as diárias. Como eu estou desempregada, eu precisava arrumar alguma coisa. Eu estava fazendo essas diárias, aí eu viajei para*

*Goiânia e quando eu retornei tentei conseguir de novo, não consegui as diárias, mas consegui começar um treinamento em uma empresa, em laboratório, estou me ocupando assim. Na parte financeira tá desse jeito. Tá bem precário, porque não tenho emprego fixo.”*

## **b. O que a instituição faz com o sujeito**

Embora a universidade pública brasileira seja composta hoje, por um perfil de alunos diferentes, alcançando pela vez uma maioria de estudantes negros, mulheres e pobres, a partir do advento das políticas públicas de acesso e democratização do ensino superior que possibilitaram essa mudança, a universidade pública enquanto instituição, ainda se constitui como um espaço marcadamente elitista, situada no campo dos privilégios, onde se perpetuam práticas de exclusão, preconceito e abusos, como reflexo de uma sociedade também excludente, preconceituosa e violenta (MAITO, 2019).

A universidade é a própria torre de marfim apontada por Baremblytt (2002) como o lugar de conforto e privilégio, onde se reúnem os que perpetuam uma práxis acadêmica baseada na lógica produtivista, como uma mera repetição de tarefas e padrões, atitudes e comportamentos que adoecem e fazem sofrer. Os que ocupam lugares de poder e se apropriam de um discurso de superioridade, hierárquico, autoritário, de dominação sobre o outro, o que remete a lógica manicomial, criticada pelos movimentos de reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial, no campo da saúde mental.

*“Teve uma disciplina que eu desisti por causa do professor, eu deixei de fazer porque havia, parecia que ele tinha uma perseguição comigo [...] ele fazia umas coisas muito doidas. E que me deixavam extremamente incomodada e eu não consegui concluir a disciplina, porque eu fui perdendo o interesse, a cada aula era uma situação que acontecia e tudo ele dava um jeito de ficar apontando alguma coisa para me prejudicar. Eu nunca vivi esse tipo de coisa com professor antes, só vivi isso na faculdade [...] foram com três professores, três experiências ruins com professores, contando com o PET” (Jolie).*

*Ela (professora) quase me reprovou [...] nada que eu fazia agradava ela, parecia assim, eu refazia o texto e ela achava outro erro no texto. Então aquilo foi assim, eu tenho medo dela, eu tenho pavor dela, e toda vez que eu começo o semestre que eu vou olhar se não é ela que tá dando aquela aula, porque no dia que eu bater com ela eu vou trancar, eu vou adiando aquele semestre até pular ela [...]” (Flores).*

*“E o fato de eu não ter tempo, da pressão da UFT. Porque o 1º período, o 2º, quando a gente pega anatomia, é uma pressão psicológica tão grande dentro dessa UFT, que você é... acaba dando espaço pra certos sentimentos.” (Helena).*

Como aponta Goulart (2019; 2021) o manicômio não se reduz os muros e grades que encarceram pessoas consideradas doentes, ele permanece, se manifestando de maneira simbólica nas mais variadas práticas cotidianas e nos mais variados espaços e instituições e a universidade é uma delas. Se reflete na objetificação dos estudantes, no não reconhecimento de suas subjetividades e diversidades, no silenciamento de suas vozes e representatividade. São processos de mortificação das pessoas, onde as relações são instrumentalizadas, onde são diminuídas as possibilidades de diálogo, de troca, de crítica e construções coletivas, onde não há valorização do outro e respeito pela vida do outro. Onde os processos e os resultados se sobrepõem às pessoas.

Quando os participantes relatam situações de violência que viveram dentro da universidade, a sensação de mal-estar marca suas falas:

*“[...] foi um abuso sexual que eu vivi com um colega da universidade [...] Foi uma situação tão doentia que depois que aconteceu eu ainda vi esse cara na universidade e eu ainda continuei sendo colega dele, mas me incomodando muito, porque sempre que eu o via me dava uma angústia muito grande [...] outro colega desse curso havia sido agressivo comigo [...] ele não chegou a me agredir fisicamente, mas eu senti que ele ia, eu fiquei com muito medo, mas, praticamente, eu tive que fugir para não apanhar. Então, eu via ele no campus e ficava paralisada porque eu me lembrava daquele dia “[...] a UFT se tornou um ambiente muito, não sei qual a palavra que posso usar, inapropriada, não sei nem a palavra que eu posso descrever, mas se tornou um ambiente que eu não queria estar [...]” (Jolie).*

Nesse sentido, é possível considerar como válido o pleonismo a instituição institucionaliza as pessoas, pois as mortifica, as reduz (GOFFMAN, 1974) como que para ser parte dessa instituição, dessa comunidade, o indivíduo precisasse passar por um processo de descaracterização que se inicia logo na sua entrada na instituição. Onde se despoja daquilo que é, de seus traços mais singulares, de suas experiências, vivências e saberes, para se encaixar, para se parecer, se identificar com as normas e condutas estabelecidas ali e com os demais e assim, transitar pela expectativa de reconhecimento.

O que é triste de se constatar, tendo em vista que a entrada numa universidade pública, sobretudo uma federal representa uma aspiração, um objetivo, para muitas pessoas e gera expectativas durante o processo de entrada na instituição. Como vemos nas falas de Flor que comemorou a entrada na UFT que tanto almejava:

*“Vi o resultado, que eu fui chamada, no último dia de matrícula, meu Deus, eu não acredito que eu fui chamada na UFT, e foi aquela... aquela euforia, eu já entrei na sala do meu serviço já chorando, eu falei: "Eu passei na UFT!", foi aquela festa toda. Eu acho que nem meu esposo esperava isso, aí eu liguei pra ele e falei: "Cara, eu tô na federal!"*”

Helena, por sua vez, que passou em outras faculdades e escolheu a UFT, se mostra um tanto decepcionada: *“Ah, eu era muito boba. Eu achei que ia ser... sabe? Perfeito. Que era a melhor universidade das universidades, né? Inclusive, eu passei numas quatro é... particular. Que eu fiz PROUNI. Mas não. Eu tinha que fazer na UFT, porque é federal, né, então assim...”*

E completa:

*“E eu vi que, infelizmente, ainda é muito bagunçado a parte de coordenação, de secretaria acadêmica. Deixa muito a desejar. Então foi uma decepção realmente. Mas, por outro lado, eu fiquei muito feliz, porque a maioria dos professores têm pós-graduação, doutorado. É raro um professor na UFT que não tenha, né? [...] Então em relação ao ensino, eu não tenho assim, o que queixar. Mais a parte administrativa mesmo.”*

Ambas as participantes que relataram situações delicadas de sofrimento à medida que avançavam na graduação, possuem filhos pequenos, e uma delas chegou a trancar o curso em determinado momento.

Destaca-se ainda, situações como a relatada por Jolie que foi retirada do Programa de Educação Tutorial – PET sem diálogo, perdendo a bolsa que era o recurso financeiro que tinha para se manter naquele momento:

*“...o que mais me queixo foi a forma que eu saí, porque foi algo muito estressante, foi algo muito, eu diria que até traumático. Por que houve um desentendimento da tutora comigo, enfim, ela começou a me tratar de uma maneira que eu acho que eu não deveria ser tratada... conversei com colegas que falaram que eu tinha razão em ficar chateada pela forma como eu fui tirada do programa, mas, enfim, não foi a primeira vez que eu sofri alguma coisa com algum professor da UFT”*

Advém daí, de relatos como esses, a ideia de Baremblytt (2002) de que nas instituições existem o instituinte e o instituído, duas figuras determinantes para a análise institucional, pois a partir delas, podemos perceber as relações hierárquicas e autoritárias que permeiam a universidade. O instituinte que representa a “força produtiva de lógicas institucionais” BAREMBLYTT (2002, p. 29), que transforma, ou até mesmo funda as instituições tais qual elas se apresentam e funcionam. Esse “poder instituinte” se apropria dos discursos dominantes para normatizar as subjetividades, os corpos, e se autoriza a cobrar, subjugar, e eliminar, se achar necessário.

No contexto em que observamos a universidade e o que ela tem apresentado em suas práticas e modos de funcionamento, percebemos que a lógica institucional vigente, reproduz o modelo do capital produtivista, colado aos imperativos neoliberais, da individualização dos processos, do esvaziamento das pautas coletivas – quando reduz demandas de um grupo a um problema individual de cada sujeito, principalmente no que tange à saúde mental, da competição, do seja o melhor, tenha sucesso, elimine a concorrência, do “faça mais” ou ao contrário, “você não vai conseguir”, “desista”, “não devia estar aqui”, exemplos comuns de violências institucionalizadas pela via do discurso e das relações dentro da universidade.

Podemos perceber esse contexto na fala de Luiza: “[...] a universidade espera muito de você, que você seja, por exemplo, o melhor jornalista, a melhor isso, isso e isso, tem muitos fatores que atrapalham [...]”.

E nas de Helena, que expressa os imperativos de produtividade e resultados:

*“A pressão de... de você não reprovar. Ter as melhores notas. Uma coisa que eu achava um absurdo era aquele tanto de trabalho numa matéria só. Como se a gente só tivesse uma matéria na vida para poder fazer. Muitas vezes, os professores passavam trabalhos enormes pra entregar em uma semana. Tem uma inclusive, do curso [...] que ela é mestre de fazer isso. Infelizmente, ela acompanha a gente até o final do curso.”*

*Eu já vi professores falarem na sala. De alunos vim reclamar “mas a gente já tem tanta coisa pra entregar nesse mesmo dia.” Aí ele falar: “sim, mas infelizmente, na universidade, ninguém dorme. Vocês têm a madrugada inteira pra fazer esse trabalho [...] Quem é que vai...simplesmente não dormir?!”*

Essas falas nos remetem ao que aponta Goulart (2019) que a universidade enquanto instituição tornou-se uma máquina de produção sem vida, tecnicista e higienista, burocratizando seus processos e instrumentalizando as relações para reproduzir apenas, que

em vez de criar envolvimento e afeto, cria sofrimento, dor e morte. A frase “*sim, mas infelizmente, na universidade, ninguém dorme.*” ressoa aos nossos ouvidos como a sirene de uma fábrica avisando que o turno de trabalho se inicia. A máquina de produção acadêmica está ligada, e a querem funcionando em período intermitente.

Outro relato de Luiza também chama atenção:

*“[...]Je eu tenho uma amiga indígena, que a gente é bem próxima, e ela sente muita dificuldade. Ela fala assim: “eu não sei se é porque eu sou burra. Eu não entendo.” E no começo eu achava que é porque ela não entendia por algum problema. E o problema dela não é que ela tem algum atraso... Não. O problema é que ela não se enxerga naquela realidade. Ela não se enxerga na comunidade que o professor explica.”*

Já o instituinte é o resultado, o efeito das instituições, como aponta Baremblytt (2002), que no contexto deste estudo, pode ser observado como os estudantes que sofrem, se angustiam a por vezes adoecem, pois são atravessados pela dinâmica de uma universidade que tem se preocupado muito com resultados, mas pouco com as pessoas.

Como aparece nos relatos de Flores, que tem filhos e já precisou levá-los à aula, por não ter uma rede de apoio disponível para compartilhar o cuidado:

*“nem todos os professores aceitam a gente levar a criança, mas eu já precisei levar sim, umas duas, três vezes, eu já tive que levar pra não deixar sozinha aqui, porque o meu esposo, ele trabalha de plantão, então o plantão é 24 horas, eu não vou deixar minhas filhas sozinha em casa de noite pra ir pra faculdade, ou eu falto, ou eu levo. Então, uma vez na semana, eu vou ter que levar pra escola.*

Sua fala nos lembra para quem foi pensada a universidade prioritariamente, foi pensada para o homem, branco e rico, que não precisasse levar seus filhos para a sala de aula. Parece-nos que a universidade ainda não se movimenta no sentido de acolher as mulheres estudantes e mães, dando-lhes algum apoio para conseguir avançar na graduação.

Como também enfatiza Helena:

*“[...] Eu não tive condições de pegar um projeto até agora.” E aí eu fui entender. “Não, eu não vivo só pra... pra universidade. Agora eu tenho filho. Eu tenho o meu marido. Eu tenho uma casa pra cuidar. Eu não tenho só essas coisas. Eu sou diferente, né?” Mas você fica com aquela pressão [...] Porque o fulano já tá lá no 8º período. Eu iniciei com ele. E ainda vou pro 4º. Entendeu?*



*Por quê? Porque fulano foi pegando o tanto de matéria que deu conta, passou em tudo.”*

### **III. Indicadores de saúde mental e vulnerabilidades**

A vida acadêmica dos estudantes de graduação tem sido marcada por dificuldades emocionais, condições de vulnerabilidade e escassez de recursos para o acolhimento e atendimento dos estudantes no âmbito da universidade.

Nesse sentido os relatos dos participantes vão diretamente ao encontro dos dados apresentados pelas pesquisas realizadas pela ANDIFES, em 2014 e 2018, registrando números altíssimos de estudantes que relatavam dificuldades emocionais no percurso acadêmico, sendo a ansiedade, a principal das dificuldades relatadas. As pesquisas também mostraram como a sobrecarga de exigências dos cursos de graduação impactam negativamente a saúde mental dos estudantes.

A fala de Flores mostra exatamente essa situação: “[...] *me descobri ansiosa depois que entrei na graduação...antes não tinha nada disso, não sentia isso... Eu só comecei a perceber... Meu Deus, foi no início mesmo, no primeiro semestre eu percebi que eu era ansiosa.*”

Quando relata um dos momentos mais difíceis que viveu na graduação, se emociona muito, o choro vem à tona, mostrando a sensibilidade, revelando a dor:

*“[...] a professora me dava muito medo, a postura dela, tudo, eu passei a ter medo dela, pavor... era a primeira apresentação de um trabalho e eu travei, não saía nada, travou e eu tive um ataque de pânico ali, eu saí da sala e não consegui apresentar [...] E depois pra mim apresentar o trabalho pra ela eu tive que tomar um remédio, ficar dopada pra conseguir apresentar [...] e dali desde então, o curso mexeu, eu não sabia que eu tinha esses problemas, eu percebi lá.”*

Para Luiza, a ansiedade também foi deflagrada no decurso da graduação: *“Assim, eu tinha ansiedade e não sabia [...] até porque, assim, o ensino médio foi tranquilo [...] E assim, quando a professora falava assim: “a gente vai ter uma atividade pra semana que vem” [...] podia ser o que fosse, eu já tava sofrendo desde o dia que ela falava “a gente vai ter uma atividade, a gente tem isso, a gente tem aquilo”. Tudo pra mim era assim, sabe?”*

Destaca-se ainda, a entrada na universidade como um fator de crise pela qual passam os estudantes ao ingressar na graduação, que pode agravar situações que já eram complexas ou que desencadeiam sofrimentos de várias formas (UFT, 2020). Como ocorre com os estudantes que deixam suas cidades de origem e sua família e se deslocam para outras regiões, cidades ou Estados, passando a viver uma grande mudança em suas vidas. *“Nunca tinha saído de casa, fui para uma cidade grande.”* Relata Maria, que iniciou a graduação aos 16 anos de idade. Neste caso, a separação do convívio familiar foi um fator de sofrimento:

*“...Eu sentia muita falta deles. Muita, muita, muita falta deles. Mas eu achava que era porque eu era muito nova, nunca tinha saído de casa e tal. Aí quando eu fui para Palmas, eu achei aquele intensivão, de estudar o dia inteiro e eu comecei morando sozinha. E aí eu preocupada com a faculdade, eu pensava assim eu não vou dar conta, eu não vou dar conta...”* (Maria).

*“Até o último momento, em que eu, realmente, saí de casa, que eu entrei no ônibus para ir para Palmas, não estava acreditando que ia mesmo mudar de cidade. Então, juntou, como foi um ano que eu fui muito próxima dos meus amigos, já eram meus amigos antes, mas foi um ano em que eu sai realmente, que eu conheci as pessoas, eu acho que talvez foi um período que me fizeram ficar apegada as pessoas aqui, apegada a própria cidade, quando eu saí daqui foi muito difícil, acredito que também por estar fazendo quase com 18 anos, sei lá, eu senti uma espécie de depressão, de tipo, estou virando adulta, não sei se você sentiu isso, mas eu senti.”* (Jolie).

Percebemos que mesmo, jovens, os estudantes estão dispostos a enfrentar os desafios para alcançar a universidade, e que muitos desses poderão lhes custar a saúde física e mental. É oportuno destacar que a presente pesquisa trouxe a oportunidade de conversamos com estudantes de várias idades e com percursos muito ricos, cuja maioria se mudou para longe de suas famílias, mudou suas rotinas. Viram-se sozinhos em meio ao desconhecido e buscaram maneiras de resistir e adaptar-se, o quanto fosse possível, a uma nova realidade.

O que Flores nos conta, mostra como cada estudantes enfrenta desafios diferentes de acordo com sua realidade:

*“Eu também tive alguns probleminhas no início da faculdade, porque a minha filha começou a demonstrar... a querer chamar atenção demais [...] então no início do semestre foi BEM puxado pra mim, quando eu comecei a faculdade, porque eu tinha que ter... dar atenção pros filhos, dar atenção pro marido, então foi... foi bem difícil, eu quase desisti bem no início mesmo da faculdade [...] Sabe quando você perde o controle da coisa? Então foi difícil. Mas é... eu consegui contornar a situação.”*

A participante Maria, relata ainda, que o cansaço físico provocado pela dinâmica de seu curso, passa à sensação de desânimo para realizar as atividades acadêmicas. Desse modo, as exigências do curso começaram a interferir de forma negativa em sua saúde mental: “...*Eu chegava em casa nove horas da noite, dez horas da noite.*” Considerando que seu curso de graduação é integral, ou seja, as aulas ocorrem nos períodos da manhã, tarde e à noite. Sendo esta, uma das características dos cursos de engenharia e saúde, além do grande número de disciplinas que os estudantes precisam cursar logo nos primeiros períodos, como aparece nos relatos.

Em outro momento, quando pergunto sobre como se sentia em relação ao cansaço físico e excesso de atividades, relata uma situação que mostra desânimo e tristeza:

*“... era uma tristeza profunda, desmotivação. Eu chegava em casa, sexta-feira à noite, e quando eu pensava que segunda-feira cedo tinha que ir para UFT, às vezes, eu começava a chorar. Era muito difícil. Uma tristeza, desmotivação, ansiedade também. Acho que foi tudo mesmo colocando num caldeirão misturando e foi... não deu coisa boa.”*

Quando pergunto sobre as atividades acadêmicas e avaliações, a resposta é direta: “*Perdia avaliações. Às vezes, eu sentava para estudar e eu não conseguia. Às vezes, começava chorar. Às vezes, eu estava fazendo prova... que eu estava fazendo prova, levantei e entreguei porque eu não tinha condições nenhuma de continuar a desenvolver aquilo ali.*”

Para Helena o excesso e a pressão pelo cumprimento de atividades podem contribuir para situações de sofrimento, pois causam ansiedade, stress e comparações:

*Pra mim contribui. Porque eu acho que eles pressionam demais o aluno pra que ele faça a grade fechada. Pra que ele pegue essas oito, nove matérias. E ele tem que passar em todas, porque senão ele vai atrasar. E aí ele vai ter que fazer tudo de novo. E aí corre o risco de... eu, por exemplo, fico paranoíca, que eu posso jubilar. Porque eu já tô um período atrasada. Então eu tenho que evitar ao máximo de reprovar, porque senão vai... entendeu?*

*“Mas assim, só de... realmente, de... matérias, eu acho que contribui sim, nesse sentido, nessa pressão de sete, nove matérias. Quem é que consegue, meu Deus, fazer nove matérias, dentro de um semestre? E fazer bem feito. Não é só fazer. Fazer com as melhores notas. Conseguir se dedicar completamente. Porque a gente acaba se comparando. Eu me comparava [...]*

Algo que nos chamou a atenção, quanto a dificuldades encontradas na universidade, foi o que nos relatou João, que já teve a experiência de uma primeira graduação, anterior à UFT:

*“Então a maior dificuldade mesmo que aconteceu aqui comigo foi essa questão da turma em si, certo? Pessoal que chega é estranho, no outro período você está estranho do mesmo jeito. Você é um estranho na turma, na outra e na outra, então você nunca se encaixa, vamos dizer assim, né, na turma fixa, né [...] aqui na UFT, que eu reparei, são vários grupos que a gente tem que tá. Lá não, lá a gente só entrava no nosso grupo. Era o terceiro, quarto período e pronto. Era todo mundo tava junto.”*

O que nos remete à ideia de que as relações e laços sociais representam um fator importante para o apoio e o suporte aos estudantes durante seu percurso acadêmico, o que pode ser relevante para a saúde mental.

A vulnerabilidade socioeconômica apontada pela base teórica da pesquisa aparece também nas falas dos participantes, como um dos aspectos fundamentais, responsável por agravos na saúde mental dos estudantes, gerando angústia e insegurança sobre a permanência na graduação. Jolie, que já se encaminha para o final do curso, ao relatar sua trajetória para entrar na universidade, marcada pela difícil situação financeira, mostra como os auxílios concedidos pelo Programa de Assistência Estudantil – PNAES são determinantes para sua entrada e permanência na graduação:

*“...eu passei na UFT duas vezes, no campus de Palmas e no campus de Gurupi... A primeira vez que eu passei foi no campus de Gurupi, não pude fazer o curso, porque não tinha dinheiro para ir para Gurupi... Era um deslocamento que gerava muito custo, tinha moradia, alimentação, transporte... meu pai é falecido, só tenho a minha mãe, imagina com um salário mínimo, mandar a filha para outro Estado, para outra cidade, onde ela não tinha quem amparasse, então não pude fazer... em Palmas e eu só consegui fazer o curso, porque essa irmã me acolheu na casa dela e deixou que eu ficasse morando lá. Como eu não tinha estágio, essa parte financeira pesou muito, principalmente, porque eu só tinha celular e nem sempre eu conseguia acesso aos computadores da UFT para conseguir estudar, fazer atividade.”*

O que reflete o perfil de uma maioria dos estudantes da UFT, como já indicava a pesquisa apresentada em 2019 sobre o perfil socioeconômico de seus alunos, revelando que 87% dos participantes possuem renda baixa, sendo de até 1,5 salário per capita, sendo que 57% dos ingressantes, são do Estado do Tocantins (UFT, 2019), e muitos destes, se deslocam dos municípios do interior para a capital, vindo cursar a graduação no campus de Palmas.

Considerando ainda, que a população do Tocantins em grande parte, é composta por negros, pardos, além de uma concentração significativa de etnias indígenas e comunidades

quilombolas, sendo marcada ainda, pela desigualdade social, a universidade é demanda a responder

Ainda em sua entrevista, Jolie relata que buscou participar dos diversos processos seletivos do programa de assistência estudantil. Dessa forma, pode receber em períodos diversos a bolsa permanência, a do estágio remunerado, do Programa de Educação Tutorial – PET e o auxílio-alimentação para fazer as refeições no restaurante universitário. Sobre essas experiências, nos conta que:

*“com estágio eu ganhava menos de 500 reais, eu tinha que pagar transporte, as coisas básicas. Estava difícil comprar um computador, eu só consegui comprar meu computador porque eu participava da bolsa permanência e eu consegui com o dinheiro da bolsa, fui juntando até conseguir comprar, aí quando comprei as coisas melhoraram.”*

Ainda em seu relato, evidencia a relação das vulnerabilidades materiais com a saúde mental dos estudantes:

*“Eu falo dessa parte financeira, porque isso, com certeza, afeta a saúde mental também do aluno, afeta a auto estima do aluno, por, às vezes, ver outros que tem mais meios, afeta a saúde de modo geral, você fica mais preocupado, você é mais vulnerável, prejudica muito, demais, por isso eu acho que os programas universitários que nós temos para acolher estes alunos são muito importantes, deveria ser melhorado e, principalmente, ser mantido dentro da universidade...”*

E conclui: *“porque eu tenho certeza que se eu não tivesse tido acesso a esses programas no início, eu não teria continuado minha graduação, porque eu não sei se a minha mãe teria conseguido ter me sustentado”.*

Confirmamos aqui, a relevância dos programas de assistência estudantil diante das vulnerabilidades financeiras, que afetam a permanência, chegando a ser o fator determinante para que o estudante possa se manter na universidade e concluir a graduação, e ainda, como impactam diretamente sua saúde mental.

Como aponta Santos (2020), a UFT passa por uma intensa mudança no perfil de seus estudantes, a partir do processo de democratização do acesso ao ensino superior promovido pelas ações afirmativas, passando de uma instituição branca e elitista para “uma feição mais popular e negra”, dessa forma “o número de alunos em estado de vulnerabilidade socioeconômica foi se ampliando [...]” (SANTOS, 2020, P. 121). O que exige da universidade, estratégias para garantir assistência a este público.

A finalidade dos programas de assistência, como o PNAES, é justamente a de distribuir recursos financeiros para que o estudante se mantenha na graduação, que mantenha sua saúde física e mental, considerando que não há saúde dissociada das garantias fundamentais de acesso a alimentação, moradia, transporte, renda, que atendam a real necessidade dos estudantes. Como é o caso dos auxílios que precisaram ser criados em meio a pandemia, para que os estudantes pudessem adquirir aparelhos eletrônicos, bem como a distribuição de chips com pacote de dados de internet e assim, terem acesso às aulas remotas, mostrando que a inclusão digital também é uma questão urgente a ser tratada pela universidade (UFT, 2021a;2021b). E ainda, os auxílios destinados para o cuidado em saúde mental (UFT, 2021c).

Inversamente contrário a estes valores, das garantias fundamentais de acesso a saúde, educação e renda, vemos que o atual contexto político é de descaso e desarticulação das políticas de assistência pela via do ataque e do desinvestimento à universidade pública. Tendo em vista que sem investimentos, não só o programa de assistência, mas uma série de programa existentes na universidade, tais como PIBIC, PIBID, PET, estágios remunerados, também se deparam com sua continuidade ameaçada (SANTOS, 2020).

#### **IV. Indicadores de políticas de saúde mental na universidade**

Este item apresenta achados interessantes que se referem as falas dos participantes sobre ações e serviços de cuidado em saúde mental no âmbito da universidade.

A UFT possui um setor de apoio ao estudante, denominado Serviço de apoio ao estudo e a carreira – SASP, composto por uma equipe multiprofissional, que conta com psicopedagogas, pedagogas e psicólogas, além dos serviços de assistência social, responsáveis pelos processos de concessão dos auxílios que compõem o PNAES, que ocorrem por meio de editais periódicos.

Como apresentamos, desde 2018 com a criação do Programa Mais Vida, foram realizadas atividades que viabilizaram o diálogo sobre saúde mental, acolhimento, bem-estar e qualidade de vida na universidade, e ainda, sobre temas mais complexos como o suicídio e a autolesão. As atividades se intensificaram após a ocorrência de casos de suicídios e a procura de mais alunos por acolhimento e orientação, sendo que em 2019 aconteceram eventos importantes sobre a temática da saúde mental, como o Diálogos sobre Saúde Mental, alusivo

ao setembro amarelo, a oferta da disciplina Prazer e Sofrimento na Graduação, para os cursos de administração e engenharias, em sua primeira edição e em seguida aberta aos demais cursos.

Embora existam ações como essas no campus de Palmas, os relatos dos participantes em sua maioria, mostram que muitos alunos ainda não conseguem acessar os serviços e eventos, o que sugere problemas de comunicação na divulgação dos serviços no âmbito da universidade, ou uma baixa procura e adesão às ações, quando estas acontecem.

Há ainda, um certo desencontro entre estudantes, setores e serviços dentro da universidade, que ofereçam acolhimento. Considerando que quando os estudantes conhecem e procuram tais setores, não conseguem atendimento, o que também denota problemas e/ou dificuldades com a comunicação entre instituição e comunidade acadêmica e a falta de delineamento da política de saúde mental da universidade. Visto que, se existe tal política, esta não está claramente delimitada e acessível, o que justificaria a baixa adesão as ações realizadas.

O que fica evidente nos seguintes relatos:

*“E eu acho que... que a comunicação entre UFT e aluno poderia ser um pouco melhor [...]”* (Flores).

*“Eu falo por mim e por muitas pessoas dentro do meu próprio curso. A gente sentiu muito falta disso. Às vezes, eu tinha crise lá na faculdade e aí todo mundo ficava meio que desesperado e, mas ninguém falava assim vamos no lugar tal que você vai receber ajuda dentro da UFT. Não teve”* (Maria).

*“[...] eu custei inclusive a saber onde era a coordenação. Porque pergunta dentro da UFT e ninguém sabe de nada. Parece que aquele lugar é imenso e todo mundo é mais perdido ainda, né?”* (Helena).

Percebe-se que há muitos outros pontos importantes, que ultrapassam o tema da saúde mental, revelando que fatores como a comunicação institucional são imprescindíveis para o bem-estar dos estudantes na universidade.

Em seguida, questiono se já procuraram algum serviço ou atividade de apoio ou acolhimento em saúde mental na UFT e a maioria dos participantes relatou que sabem da existência, por exemplo, de um setor que oferece assistência ao estudante em dificuldades na graduação, mas que não o procuraram ou quando procuraram não receberam um retorno. Sendo que apenas um dos participantes relatou que conseguiu atendimento no setor em questão.

Ouvimos alguns relatos como estes:

*“Teve uma vez que eu pensei em procurar, mas, eu sei que existe, inclusive, acho que ficava, não sei se fica ainda, pela porta da biblioteca, mas não procurei” (Jolie).*

*“Eu mandei um e-mail, contei e aí... eles responderam só mandando uma lista de... tipo, não, não... não ofereceram pra dizer assim: "Você pode procurar atendimento aqui mesmo na UFT", mas que eu sei que tem, só me mandaram essa lista, mas aí eu não... não procurei, deixei de mão” (Flores).*

*“Teve uma vez que eu mandei um, um e-mail pro apoio, mas não obtive resposta. É mais quando tem cartazes. Só. Às vezes eles falam nas boas vindas dos calouros "olha gente, tem isso, tal...". Apresenta o programa, onde que fica” (Luiza).*

*“Não, nunca fui lá não, já me falaram mesmo que tem, lá assim, mas eu não fui...” (Nicolau).*

Já para Maria, a busca por ajuda partiu de seus colegas de curso e sua família, que identificaram a necessidade, não passando por nenhum setor da universidade. Nem mesmo a coordenação de seu curso ou professores que conheciam as reiteradas apresentações de atestados médicos, participaram do processo de acolhê-la, orientá-la e conduzi-la, ao cuidado em saúde mental:

*“Completamente distante. Completamente [...] era tudo muito frio, muito mecânico e eu enxergava, às vezes, quando eu estava assim tentando voltar, eu chegava entregava os atestados para os meus professores, explicava como tinha ido e tal porque às vezes tinha alguma crise e tinha que correr para o psicólogo. Daí eu chegava entregava e só recebiam os meus atestados. Pronto. Eu nunca tive nenhum contato assim.”*

Helena conta que conseguiu atendimento quando procurou o setor de atendimento ao estudante, mas argumenta o seguinte:

*“[...] eu senti assim, que a assistência em questão, não tá preparada praquele tipo de problema [...] digamos assim, mais grave do que simplesmente uma pressão da faculdade [...] um trauma de infância, uma coisa mais grave [...] Tinha muita gente que procurava, porque não tava dando conta de passar. Porque tava desesperado. Muita ansiedade. Tinha muita gente com... então eles esperavam isso, né? Preparada mais pra esse tipo de problema.”*

Conta ainda, que não obteve orientação sobre o assunto quando procurou a coordenação de seu curso. *“Uai. A coordenação não. Pra te falar a verdade, até hoje da coordenação... não filho, deixa a mamãe falar. A coordenação é questão de matéria, até hoje.*



*Que me tirou dúvida. E algumas coisas que a gente pergunta, eles: “não, não é aqui. É na secretaria acadêmica.”*

Os relatos apresentados apontam para uma questão importante, que é a de que os estudantes precisam ter a coordenação de seu curso como um ponto de apoio. Nota-se que não há um consenso ou até mesmo um esforço na universidade sobre como preparar as coordenações para orientar seus alunos, desde os assuntos básicos e mais técnicos da graduação até o conhecer a instituição e o que existe ali.

*“Uma falha bem grande mesmo é... com a comunicação com a UFT é... eu acho que é recorrente isso com os alunos que dão início no curso. Nós tudinho, a turma toda sofreu porque a gente ficou totalmente perdido. Pra começar, no primeiro dia de aula, a gente chegou na sala de aula, o professor não apareceu, não avisou, a gente foi tipo muito mal recebido no primeiro dia de aula, a turma toda, fomos no segundo dia do mesmo jeito [...] algumas pessoas perderam semana de aula porque não conseguiram se comunicar nem com a coordenação, nem com os professores, foi tipo... a luta dos alunos atrás dos professores e da UFT [...] nessa parte, eu achei assim, bem negligente da UFT” (Flores).*

*“Eu lembro que teve uma época que era horrível, não conseguia fazer minhas atividades, direito, era sempre uma correria pelo campus, porque de início eu não sabia que tinha os laboratórios. Acho que os alunos deveriam ser mais informados, não sei se eu era desinformada por que eu não procurava ou se isso era uma falha da própria universidade, mas de início que eu não sabia que tinha os laboratórios, eu só fui saber que tinha os laboratórios e, principalmente, a quantidade de laboratórios que tinha dentro do campus quando eu já estava sendo estagiária da biblioteca” (Jolie).*

Uma outra questão apresentada aos participantes, foi se eles conhecem outros estudantes, ou até mesmos colegas que precisaram ou precisam de cuidados em saúde mental, três participantes relataram que sim, que possuem colegas próximos que enfrentam dificuldades em saúde mental e lembraram ainda, de uma situação marcante, ocorrida no campus de Palmas:

*“Eu tenho um amigo sim, ele tem alguns problemas de saúde mental [...] ia no psiquiatra, tomava remédio. Ele usava tratamento especial, sempre que ele fazia os tratamentos dele, tinha alguma dificuldade e até por isso eu tenha me aproximado dele, porque toda vez que eu percebia que ele estava triste, procurava ficar perto dele [...] E muitas vezes ele me relatava, que havia acontecido isso e aquilo [...] eu tentava aconselhar ele como eu podia, antes*

*dele conseguir uma terapia, então sempre falei para ele tentar ajuda profissional” (Jolie).*

*“Eu tinha uma amiga que fazia acompanhamento [...] Ela que me indicou. Ela não queria fazer de jeito nenhum. Ela tinha vergonha [...] Ela achava assim, que todo mundo já sabia que era coisa só pra gente doida.” (Helena).*

*“Perdemos uma aluna, não foi? Não sei se era do curso de arquitetura, engenharia, ela se suicidou, ela tava muito mal, muito mal. Então, talvez se a UFT tivesse feito diferente, talvez ela não teria evitado esse suicídio? Inclusive essa moça que se suicidou, ela era sobrinha de uma colega de trabalho minha, e ela ficou muito arrasada, então... E aí os professores estavam cobrando muito porque ela tava em época de fechar o TCC [...], então acho que mexeu com... e ela acabou fazendo o que infelizmente aconteceu, né? Se a UFT tivesse naquele momento um psicólogo, olha, ela chegasse lá e falasse assim: "Eu quero conversar, eu quero desabafar", talvez não poderia ter feito... acontecido algo diferente? (Flores).*

Diante desses relatos, parece-nos válido pensar que se a universidade mesma, por sua lógica institucional, chega a deflagrar situações de sofrimento – a demanda – em sua comunidade acadêmica, cabe também e ela a responsabilidade de oferecer respostas institucionais para o cuidado em saúde mental. Sobretudo porque trata-se de vidas humanas, que não precisariam ser perdidas por falta de recursos de apoio, como espaços de escuta ou simplesmente ter liberdade para falar.

Percebemos aqui, a junção de dois fatores nocivos para o cuidado em saúde mental: o senso comum que acredita no mito de que não se deve falar sobre saúde mental, principalmente sobre suicídio e a precariedade ou até mesmo a escassez de ações e serviços de saúde mental dentro das instituições.

Perguntamos ainda, como os participantes imaginam que poderiam ser as ações de cuidado em saúde mental na universidade. E desse questionamento, confirmamos que a fala, a possibilidade de falar é um recurso essencial, mas também é fundamental ter quem escute:

*“Precisa ter um psicólogo [...] e não precisava esse psicólogo acompanhar todos os dias os alunos, mas assim, tipo, aquela aluna não tá muito bem naquele momento, ela realmente tá naquele limite e se tivesse aquele psicólogo pra ouvir o que ela tem pra dizer, talvez era bom.” (Flores).*

*“Eu acho que tinha que ter mais empenho em... principalmente em divulgar os serviços que já têm, né? Porque até os que têm a gente não fica sabendo. E criar alguns é... melhores e mais acessíveis [...]” (Helena).*

*“É, tipo, é, uma pessoa que eu pudesse conversar... Assim, uma pessoa que você, marcasse, que nem eu tô aqui com você, marcasse [...] aleatório mesmo, assim, como se pudesse abrir assim, [...] pudesse falar mesmo assim, não que a pessoa tivesse que falar assim, 24h lá, todo dia... Mas, uma pessoa que, que de vez em quando desse essa assistência assim, fizesse esse acompanhamento, pra conversar mesmo, sem pretensão nenhuma assim pra, porque as vezes você precisa disso, é uma conversa, não é uma coisa assim, sabe? [...] É sim, as vezes tá... entalado na garganta assim e você, aí quando fala você alivia, mesmo que não vai resolver o problema necessariamente, mas já é um alívio assim, parece que dá um, tira um peso das suas costas assim [...]” (Nicolau).*

*“Eu acho que uma atuação muito maior por parte da universidade, uma preocupação maior, uma atenção no que acontece dentro dos corredores, dentro da sala de aula, porque é muito importante. Não é só olhar só o quadro de alunos, as notas. É chegar e perguntar como que tá? O que está acontecendo ali dentro. Porque assim eu acho que eles não têm nem noção, nem dimensão do que acontece lá dentro, do que acontece com os alunos e assim, eu via muito lá nos casos que aconteceu na UFT, até mesmo de suicídio na UFT, todo mundo naquela semana mexia com aquilo. E depois que passava ali a semana, acabou. Todo mundo esquecia e segue a vida normal e foi só mais um. E não é verdade. É assim que eu sinto.” (Maria).*

## **V. Indicadores de dignidade, cidadania e direitos humanos**

Esta categoria aborda a dimensão que os estudantes possuem sobre a discussão proposta, em torno do que considerariam como atributos de dignidade, cidadania e direitos humanos e como associam esses temas à universidade e à saúde mental. É justamente, onde os relatos se apresentaram mais distantes das experiências dos participantes. Tendo em vista que, ao serem perguntados sobre uma possível relação entre saúde mental e dignidade ou cidadania, demonstraram certa hesitação em responder, precisaram refletir um pouco mais sobre a questão para então elaborar seus comentários.

E quando provocados pela pergunta: Você considera que a universidade promove reconhecimento e cidadania? As respostas divergem.

Flores responde: *“Não. Eu acho que não. Eu não... eu não sei, é como se fosse um... eu estivesse no ensino médio e tivesse aquela diretora que não tá nem aí pra opinião do aluno, tipo: "Ah, é só um aluno e pronto", é mais ou menos isso na UFT [...] É tipo, mais um número, o aluno é mais um número na UFT [...]*

Luiza argumenta o seguinte: *“Mais ou menos [...] de algum modo sim. Que é como eu falo as questões dos programas. Eu acredito assim que o PIBID, e, PIBIC, residência... programas relacionados ao meu curso, né? Que eu tenho acesso. É, a monitoria ajuda bastante, entendeu? [...] Porque quando tem monitoria reconhece o quê? Que os alunos tem dificuldade e os alunos reconhecem que precisam de ajuda. Então, nesse sentido sim.”*

Para Nicolau: *“Promove sim, eu considero que sim, assim, de maneira geral, promove [...] eu acredito que promove [...].”*

E argumenta que:

*“[...] acredito que são justamente esses fatores: que você possa, tá ali no curso, né [...] passar desse curso de forma, menos impactante, menos, é, como é que eu poderia dizer assim, menos, prejudicar você o menos possível, [...] assim você não ser constrangido, dá o suporte necessário, né. Assim, de modo geral eu considero, claro que não é 100%, e nada é 100%, mas assim, até que tá, estamos caminhando, né, assim pra esse processo de forma de dignidade, da condição de ter um restaurante, já facilita, [...] você tem o laboratório, os professores que são, assim, são professores capacitados assim, pra poder ministrar as aulas, assim, de maneira geral tem o conhecimento necessário pra isso, o espaço de biblioteca, assim, pra dar o suporte, né, dar de certa forma dignidade pro aluno estar ali..”*

Ainda que os participantes pareçam distantes das ideias propostas pela pergunta, quando respondem a essa questão, suas elaborações nos remetem às experiências que a universidade proporciona, como a participação dos estudantes nos programas de estágio remunerado, iniciação científica, iniciação à docência e monitoria, PIBIC, PIBID e PET, respectivamente. Percebemos que para além de proporcionar a distribuição de recursos financeiros para os estudantes, por meio do pagamento de uma bolsa, estes programas proporcionam também reconhecimento, na medida em que ao participar ativamente da vida e do fazer acadêmico, desperta-se o sentimento de valor e de pertencimento nestes estudantes, além é claro, do pensamento crítico frente ao que vivenciam, tornando-os capazes de questionar estruturas e contextos sociais.

*“E quando eu fui fazer o PIBID mesmo como bolsista, a gente foi pra uma zona de periferia daqui de Palmas e a gente já sofria em ir, digamos*

*assim, né? Então, assim, a gente, é, ficou no lugar dos alunos [...] vendo tudo ali...o transporte público, o lanche das crianças... lá era uma escola de tempo integral que não, que eles não forneciam banho, né? Eu fiquei mais de um ano no PIBID [...] Eu fazia o PIBID pela manhã, que era uma vez por semana, e a tarde eu era, é, estagiária em colégio particular. Isso eu tinha esses dois mundos, né? Então até a gente fala assim: “ai, eu tenho o maior orgulho de dizer que fiz PIBID”. Todo mundo: “ah, lá vem a Pibidiana”. Porque, assim, foi muito importante pra mim. E aí eu fiz assim uma dissociação no seguinte caso: na escola pública, às vezes, você não tem, é, uma infraestrutura muito boa como a particular exige. Entretanto, a forma... os professores são bem mais capacitados, são, [...] todos os que eu fiquei na sala eram concursados [...] Questão de formação. Tinha um tempo pra planejar aula [...]” (Luiza).*

*“E o trabalho da monitoria, Tu acredita que foi muito bom pra mim?! [...] me soltei mais [...] pessoas que não conversavam comigo na sala de aula passou a se comunicar mais, me aproximei mais das pessoas, foi bom, eu gostei, mas aí acabou o programa, durou pouco demais[...] Eu me senti importante. Eu acho que é boa essa sensação, saber que você sabe, que você pode ajudar com o seu conhecimento o próximo. Foi bom [...] É bom ser elogiada também, os professores elogiavam muito a gente, eu me aproximei mais de alguns professores [...]” (Flores).*

Interessante destacar as repostas dos participantes, quando perguntados se eles consideram a existência de uma relação entre saúde mental e dignidade humana, que apontam para afirmações como as de Jolie: *“Saúde mental para mim é o seu bem-estar, o seu bem-estar de modo geral, eu acredito que pode ser influenciada por todas as vivências, em todos âmbitos, seja no trabalho, na escola, na universidade ou até mesmo em casa em um relacionamento, com a família, com os amigos... e seu bem-estar tem a ver com dignidade.”*

Afirma ainda que: *“eu acho que, isso que a gente tá falando, sobre violência, sobre preconceito, também vai influenciando na dignidade do aluno dentro da universidade. Seria muito digno, assim, que todos os alunos pudessem entrar na universidade sem ter nenhuma sequela lá dentro, seja de preconceito, de abuso que venha de outro aluno, de professor, ou uma violência seja física, seja mental, de todo tipo.”*

A estudante relata que enquanto trabalhou como estagiária no Campus de Palmas, conheceu uma servidora da universidade que passou por uma situação de violência, e lembrando dessa situação, completa: *“por exemplo, a moça que eu citei, eu creio que dignidade seria ela poder trabalhar sem sentir medo, mas por causa de algo que aconteceu, que afetou a saúde mental dela, tirou a dignidade dela e agora ela tem que trabalhar com*

*medo, enquanto que a pessoa que foi violenta com ela, ainda vive bem, provavelmente, com a saúde mental estável.*

O que nos lembra da frase icônica proferida pela cantora Nina Simone, ícone da música e do pensamento revolucionário do movimento negro norte-americano por direitos civis: “Liberdade para mim é não ter medo!” (GARBUS, 2015).

Percebemos que não se trata apenas de dificuldades emocionais enfrentadas pelos estudantes e pela comunidade acadêmica em geral, mas que fatores como gênero, raça e classe, intensificam situações de vulnerabilidade, de violência e sofrimento no âmbito da universidade, que podem vir a ser determinantes para a saúde mental. De tal modo, que nos parece apropriado associar o conceito de interseccionalidade entre gênero, raça e classe, tal como nos apresenta Ângela Davis (2016) para falar sobre saúde mental. Uma vez que o racismo, violências de gênero e as desigualdades econômicas abismais que vivenciamos em nosso país, são fortes marcadores sociais que diferenciam as experiências subjetivas de cada um e uma de nós.

## CONCLUSÕES

Concluir esse trabalho também significa sobreviver a catástrofe instalada em nosso país. É um ato de resistência de todos nós que chegamos vivos até aqui.

Por se tratar de uma pesquisa realizada durante a pandemia de covid-19, foram relatadas situações e experiências de maior sofrimento, pois a vida dos estudantes foi – e está – impactada diretamente pelas medidas de distanciamento social, pela suspensão das atividades acadêmicas e o posterior retorno das aulas, no novo formato a distância, para o qual não estavam preparados.

É uma nova condição de ser e estar no mundo que se traduz na angústia, em desamparo, em incerteza, em luto, agravando um cenário que já era crítico antes da pandemia e que agora torna os estudantes ainda mais vulneráveis, tensionando as relações institucionais e exigindo ainda mais resistência.

Resistência essa que precisa encontrar novas vias de passagem, fissuras, brechas, novos recursos materiais, subjetivos e simbólicos por onde possa advir o desejo e a vontade de viver.

Reconhecemos a importância das estratégias de escuta dos estudantes, que possam elevá-los a condição de protagonistas de suas experiências acadêmicas, pois se constituem como uma forma legítima de apoiá-los num processo de elaboração de sua perspectiva sobre saúde mental na universidade, integrando-os à construção de novas possibilidades de agir e resistir frente ao sofrimento.

Nesse sentido, a análise institucional como método, se mostra também, como um recurso potente para fazer circular a palavra, para chamar os estudantes a pensar, elaborar e debater criticamente sobre a instituição, pois assim podem se reconhecer ou não, dentro e fora dela. E nesse movimento de se reconhecer, que possam também se posicionar e ocupar os espaços da universidade e da sociedade, que lhes pertencem, pois são públicos, políticos e devem ser legítimos e democráticos. Ocupar os espaços para questionar os métodos, as condutas institucionalizadas, os abusos e excessos dos discursos dominantes, e (re)pensar e (des)construir a práxis, para que a universidade não seja máquina de moer gente, mas lugar de vida, de afeto e possibilidades.

Percebemos como a escuta se mostra como forma de acolhimento, de cuidado e reconhecimento do sujeito estudante, que vive a dinâmica da vida acadêmica, que incorpora e corporifica a instituição universidade, que por sua vez, não existe apenas pela estrutura física, material, mas muito mais pela subjetividade coletiva representada por seus estudantes, além

dos servidores técnicos, docentes e trabalhadores terceirizados. É essa humanidade que dá sentido à universidade, que a torna comunidade acadêmica. É essa humanidade que precisa também, ser defendida no campo dos direitos e garantias de acesso à educação e permanência na universidade, através das políticas públicas de apoio ao estudante.

Políticas essas, que precisam ter capilaridade, ou seja, permear todos os níveis, do âmbito federal que provê recursos, ao campus universitário e sua estrutura organizacional que as distribui, para que cheguem a quem precisa conhecê-las, discuti-las e participar delas. É necessário que os estudantes enquanto usuários, público-alvo da assistência estudantil possam também pensar a assistência de forma que atenda suas necessidades.

Pois, como apontam Oliveira, Rosa e Nascimento (2019), para que sejam efetivas, as estratégias de cuidado nas universidades não podem ser impostas ou verticalizadas, mas sim, caracterizarem-se por ações conjuntas entre a instituição, os estudantes e a comunidade, constituindo-se em espaços onde possam emergir a autonomia e o protagonismo dos sujeitos.

Ressalta-se que, diante da intensificação assustadora do sofrimento, adoecimento e suicídio entre os jovens universitários, a universidade reage, ainda que timidamente, criando e oferecendo algumas estratégias de cuidado, buscando novas formas de atender os alunos que demandam serviços e atenção em saúde mental e que precisam de ações que possibilitem repensar a vida acadêmica, criando formas de sentir prazer apesar das dificuldades do caminho.

Entretanto, falta ainda, a vontade genuína de avançar e mudar o quadro que está posto, articular ações concretas o suficiente para que a saúde mental seja uma política efetiva da instituição. Nesse caminho, não podemos nos esquecer que essa é uma tarefa de toda a comunidade acadêmica, dos estudantes, dos servidores técnicos e docentes, sobretudo dos que ocupam os cargos de gestão da universidade, pois conduzem ações estratégicas e decisivas.

Nesse sentido, todos os que ocupam os espaços da universidade precisam apropriar-se do debate em torno da saúde mental.

A universidade precisa reconhecer a urgência do cuidado em saúde mental e fazer do acolhimento uma política institucional ativa e permanente, até que venha a se tornar uma cultura de cuidado e valorização da vida, onde o que seja contrário a isso seja rechaçado. Afinal, os valores institucionais expressos em seu Planejamento Estratégico 2014-2022 são justamente o respeito à vida e à diversidade; a transparência; o comprometimento com a qualidade; a criatividade e a inovação; a responsabilidade social e a equidade. Onde estabelece ainda, como seus pilares estratégicos, a atuação sistêmica; a articulação com a



sociedade; o aprimoramento da gestão e a valorização humana (Relatório de Avaliação Institucional UFT, 2017, p.16).

Por fim, lembramos do que nos ensina Chimamanda Adiche (2019), sobre o perigo de contar uma única história, sobre alguém ou algum lugar. Os participantes da pesquisa relataram situações difíceis, de sofrimentos, angústias e dores, mas essas histórias não os definem ou os reduzem a indivíduos que sofrem, há muito mais em cada um e uma, em suas experiências na vida e na universidade. São pessoas que possuem saberes singulares, sonhos e histórias de vida em suas múltiplas variações, que os constituem enquanto seres únicos. Assim como a universidade, com sua infinidade de problemas, dilemas e potencialidades.

É importante reconhecermos a existência de uma complexidade de fatores que atravessam a universidade e se desdobram na saúde mental dos estudantes. Entretanto, a universidade deve ser capaz de formar para pensarmos em mundos possíveis e novos meios de vida, pelas quais sejam livres as diferenças, os talentos, as habilidades, as singularidades e também os coletivos.

Deve ser espaço de resistência, não só de forma reativa ao atual contexto social, mas criativa, capaz de provocar aquilo que se tem e que se sabe fazer de bom. Que seja capaz de criar recursos e sobretudo de oferecer o cuidado que pode tornar as experiências potentes e ricas em vida, saúde e reconhecimento.

A universidade ainda é via para construirmos vidas possíveis de serem vividas, como afirma Safatle (2019) é onde se pensa o impensável, se inventa o que se achava impossível. Ainda é capaz de despertar o pensamento crítico e sustentar o lugar da dúvida, da boa questão, da ciência. E como afirma Salles (2020), segue resistindo aos tempos duros que se apresentam, barrando os interesses escusos e antidemocráticos que teimam em avançar.

### **Contribuições da dissertação**

Num cenário de aprofundamento de crises sociais, políticas e de saúde que implicam diretamente na saúde mental de todos, sobretudo no contexto da vida acadêmica, um estudo que se dedica a compreender este cenário, escutar estudantes universitários e tentar proporcionar a eles um espaço, ainda que pequeno de fala, validação e reconhecimento, se apresenta como uma tarefa árdua, mas que nos afeta e mobiliza o desejo de contribuir para a pesquisa e sobretudo para a comunidade onde estamos inseridos, numa perspectiva de tornar o diálogo sobre saúde mental possível.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam, em alguma medida, proporcionando aos estudantes recursos e orientação para o cuidado em saúde mental em sua trajetória acadêmica, além de estimular a produção de conhecimento científico relacionado a direitos humanos e saúde mental dos estudantes, nas universidades públicas.

### **Trabalhos futuros – lacunas de pesquisa**

Considerando que a proposta da pesquisa científica não é esgotar o tema em estudo, sobretudo no contexto do mestrado, que possui um período relativamente curto de tempo para ser desenvolvida e considerando ainda, a relevância da pesquisa em saúde mental no contexto da pandemia de Covid-19, e os diversos questionamentos que surgem no percurso do trabalho, elencamos aqui, algumas lacunas que podem vir a ser melhor desenvolvidas futuramente, dando continuidade a esta pesquisa ou na forma de outras. Como exemplo, podemos citar:

- Quais os impactos da pandemia na saúde mental dos servidores da universidade, técnicos, docentes e trabalhadores terceirizados?
- Que respostas a universidade tem desenvolvido para o cuidado em saúde de sua comunidade no contexto da pandemia?
- Se existem tais respostas, qual a efetividade dessas ações?
- Como a universidade pretende desenvolver ações de cuidado em saúde mental, específicas para as estudantes gestantes e/ou mães?
- E para as servidoras mães, existem ações de cuidado em saúde mental, planejamento e apoio para o desenvolvimento de suas atividades no trabalho?
- Como a universidade pretende oferecer cuidado em saúde mental para os estudantes indígenas?
- A universidade pretende tornar a saúde mental um tema a ser tratado como prioridade em seu plano de gestão, tornando-a uma política institucional norteadora para o cuidado de sua comunidade? Que ações tem feito para isso?
- O que muda no ensino e nas relações na universidade depois da pandemia?
- Uma proposta de clínica psicanalítica voltada ao atendimento dos estudantes e servidores em adoecimento, seria viável?
- Quais são os impactos do racismo na saúde mental dos estudantes de graduação?

### Produto de final de curso

Considerando o conjunto dos procedimentos técnicos da pesquisa que resultou nos achados aqui apresentados, aliados aos objetivos propostos anteriormente e por se tratar de mestrado profissional, os resultados da presente pesquisa serão apresentados na forma de uma cartilha que reúne informações úteis e necessárias para a vida acadêmica que possa elucidar os estudantes quanto ao cuidado em saúde mental, apresentando meios de atendimento e cuidado em saúde. Serviços que estão disponíveis na rede pública de saúde, bem como ações e programas oferecidos por outras vias como o Estado, o Município, além de sites e comunidades na internet que promovem redes de apoio como o Centro de Valorização da Vida – CVV, o Mapa de saúde mental. Serviços que já existem a algum tempo e já eram importantes, mas se tornaram essenciais no cenário de pandemia.

**Figura 6:** Capa da cartilha apresentada como produto técnico ao final do curso



Elaborada pela autora, a partir da pesquisa, 2021.

## REFERÊNCIAS

- ACCORSI, M. P. **Atenção Psicossocial no Ambiente Universitário**: Um estudo sobre a realidade dos estudantes de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158800>. Acesso em: 30 mar. 2019.
- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma única história**. Tradução Julia Romeo. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ADLER, C. S. **A dignidade no trabalho como parte do processo humano de vir a ser o que se é**. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/812/1/Claudia%20Segadilha%20Adler.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. Tradução Juba Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AGOSTINI, R. MEC cortará verba de universidade por “balburdia” e já enquadra UnB, UFF e UFBA. **Estadão**. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- AMARANTE, P. coord. **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.
- ANDIFES. **IV Pesquisa do Perfil I Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras**. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduandos-das-IFES\\_2014.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduandos-das-IFES_2014.pdf). Acesso em: 05 dez. 2019.
- ANDIFES. **V Pesquisa do Perfil I Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe Anual 2019**. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/direitos-humanos-nas-americas-retrospectiva-2019.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.
- ARAÚJO, B. F. V. B. de. **Dignidade no âmbito da relação entre empresas e comunidade**. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/787>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- ARBEX, D. **Holocausto brasileiro**. 21ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2018.
- BAGGI, C. A. D. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Rev. Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 355–374, jul.

2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772011000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772011000200007&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 05 nov. 2019.

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.

BARROS, G. M. da C. **Estudando direitos humanos: diagnóstico e proposições do processo de ensino-aprendizagem em direitos humanos nos cursos de direito do estado do Tocantins**. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/323/1/Graciela%20Maria%20Costa%20Barros%20-%20Relat%C3%B3rio%20T%C3%A9cnico.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECK, U. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: 34, 2010.

BERTINI, F. M. A. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. **Rev. Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 60-69. Disponível em: [cielo.br/j/psoc/a/RX4JKfPnj63wjXRhCpjryRx/?format=pdf&lang=pt](https://psoc.a/RX4JKfPnj63wjXRhCpjryRx/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 16 jul. 2021.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Brasília-DF, jul 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 10 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília-DF, out 2001. Disponível em: [2010http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm#:~:text=Promulga%20a%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana%20para,que%20lhe%20confere%20o%20art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm#:~:text=Promulga%20a%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana%20para,que%20lhe%20confere%20o%20art.) Acesso em: 10 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1994. **Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994**. Brasília-DF, ago 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/d1973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm). Acesso em: 10 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em: 10 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **REUNI - Reestruturação e expansão das universidades federais**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Setembro Amarelo. **Ministério da Saúde atualiza dados sobre suicídio**. 2017. Slides. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/setembro/20/Coletiva-suic--dio.pdf>. Acesso em 05 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012b. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html). Acesso em: 29 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília, 2016d. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Setembro Amarelo. **Ministério da Saúde atualiza dados sobre suicídio**. 2017. Slides. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/setembro/20/Coletiva-suic--dio.pdf>. Acesso em 05 de jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. **Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019**. Brasília-DF, 06, fev. 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L13979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13979.htm). Acesso em: 20 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Brasília-DF, 06, abr. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10216.htm). Acesso em: 10 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Diário Oficial da União, seção 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10216.htm). Acesso em 10 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça**. 08 ago. 2017. Arquivo Nacional Memórias Reveladas. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/ultimas-noticias/272-para-que-nao-se-esqueca-para-que-nunca-mais-aconteca>. Acesso em: 10 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Saúde mental**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z-1/s/saude-mental>. Acesso em: 10 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Fundação Osvaldo Cruz. **Saúde e Direitos Humanos**. Brasília-DF, 2004. Disponível em: [http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/publicacoes/saude-e-direitos-humanos/pdf/sdh\\_2004.pdf](http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/publicacoes/saude-e-direitos-humanos/pdf/sdh_2004.pdf). Acesso em 10 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Economia. Instrução Normativa Nº 27, de 25 de março 2020. **Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)**. Brasília – DF, 12, mar. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-28-de-25-de-marco-de-2020-249807751>. Acesso em: 20 de fev. de 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria Nº 491, de 19 de março de 2020. **Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Ministério da Educação.** Brasília – DF, 19, mar. 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20491-20-mec.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20491-20-mec.htm). Acesso em: 20 de fev. de 2021.

BRUM, E. Exaustos, correndo e dopados. **El País**, Brasil, 04 jul. 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464\\_246482.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464_246482.html). Acesso em: 01 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Os loucos somos nós. Prefácio. In: Holocausto Brasileiro. 21ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2018.

CAMPELLO, F. **Luta por reconhecimento (Axel Honneth)**. Noz coletivo. 05 nov. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oww00v6c2je>. Acesso em: 05 fev. 2021.

CARRASQUEIRA, F.; MORAES, R.M.; SOBOLL, L.A. **Desejo de Carreira, Flexibilidade e Engajamento: o Perfil do Trabalhador de Sucesso na Cultura do Management.** In: Gestão de Pessoas: armadilhas da organização do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.

CHAUÍ, M. **Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo.**

Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Breve história da democracia.** Curso A democracia pode ser assim. Boitempo. 21 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k1MIsK5D0LQ>. Acesso em: 05 mar. 2021.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Ximenes Lopes versus Brasil.** Sentença de 4 de julho de 2006. 4 de julho de 2006. Capítulo V, Prova. Disponível em: [https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_149\\_por.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_149_por.pdf). Acesso em 02 abr. 2021.

COSTA, F. D. F. C. **As representações sociais de direitos humanos na magistratura tocantinense.** Disponível em:

<http://repositorio.uft.edu.br/browse?type=author&value=Costa%2C+Franciana+Di+F%C3%A1tima+Cardoso>. Acesso em: 05 mar. 2021a.

COSTA, F. A. F. da. O conceito de pessoa com deficiência e a proposta de um diálogo de Cortes: análise do seu significado na Corte Interamericana de direitos humanos e na jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros. **Rev. Teoria jurídica contemporânea.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 1. janeiro-junho 2020. PPGD/UFRJ – ISSN 2526-0464, p. 61-86. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/view/27499>. Acesso em 10 abr. 2021b.

CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA. **O CVV.** Disponível em: <https://www.cvv.org.br/o-cvv/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

DALARI, S. G. O direito à saúde. **Rev. Saúde Pública.** São Paulo. v. 22, 1988, p. 57-63. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsp/a/jSj9cfJhsNcJyBfG3xDbyfN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 30 mai. 2021.

DARDOT, P., LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A.; KLEIN, N. **Construindo movimentos**: uma conversa em tempos de pandemia. [recurso eletrônico] 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso digital.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. [recurso eletrônico] Tradução: Heci Regina Candiani. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Recurso digital

DINIZ, D.; CARINO, D. Patroas, empregadas e coronavírus. **El País**, Brasil, 20 mar. 2020 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opinion/2020-03-21/patroas-empregadas-e-coronavirus.html>. Acesso em 02 abr. 2021.

DUNKER, C. I. L.; VIEIRA, D.; VERAS, M. Impactos psíquicos da pandemia no processo de ensino e aprendizagem nas universidades. **Congresso virtual da UFBA 2021**. Transmitido ao vivo em 21 fev. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lBvNZfk69ZY>. Acesso em 21 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **A arte da quarentena para principiantes** [recurso eletrônico] 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso digital.

\_\_\_\_\_. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. 1º Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. **Reinvenção da intimidade**: políticas do sofrimento cotidiano. 2 ed. São Paulo: Ubu, 2018.

DUNKER, C. I. L.; KRENAK, A. **Arte como construção de futuros possíveis**. Itaú Cultural. 16 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JSCuJtkbBNE>. Acesso em: 20 mar. 2021.

DOS SANTOS, A. B. et. al. Saúde mental, humanização e direitos humanos. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, 10, mar. 2018.

Disponível em: <http://stat.cbsm.incubadora.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/4990>. Acesso em: 22 mar. 2021.

DOTTA, R. Alunos mineiros relatam problemas psicológicos causados por pressão da universidade. 15 mai. 2017. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/15/alunos-mineiros-relatam-problemas-psicologicos-causados-por-pressao-da-universidade/>. Acesso em 10 ago. 2020.

DUTRA, E. Suicídio de Universitários: O Vazio Existencial de Jovens na Contemporaneidade. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. Rio de Janeiro. v. 12, n. 3, 2012, p. 924-937. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812012000300013](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000300013). Acesso em: 05 out. 2019.



FERNANDES, F. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FERRACINI, R. Educação geográfica no combate a necropolítica racial do coronavírus. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. Edição Especial: Covid-19, jun. 2020, p.211 – 220. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/Hygeia0054459>. Acesso em: 02 abr. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRENTE UNIVERSITÁRIA PELA SAÚDE MENTAL. Facebook: <https://www.facebook.com/frentedesaudemental/photos/n%C3%A3o-%C3%A9-normal-ouvir-que-o-que-voc%C3%AA-est%C3%A1-sentindo-%C3%A9-frescuran%C3%A3o%C3%A9normal-fusmqquadro-/793485110807940/>. Acesso em: 05 set. 2020.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Recordar, repetir e elaborar (1914)**: novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Disponível em: [http://www.percursoempicanalise.com.br/wp-content/uploads/2019/11/Recordar-Repetir-Elaborar-1914\\_Sigmund\\_Freud.pdf](http://www.percursoempicanalise.com.br/wp-content/uploads/2019/11/Recordar-Repetir-Elaborar-1914_Sigmund_Freud.pdf). Acesso em: 10 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. Tradução de J. T. Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. 1 ed. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2009.

GIOVANAZ, D. Única universidade criada por Bolsonaro enfrenta cortes e não abriu concursos após 2 anos. 20 ago. 2021. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/20/unica-universidade-criada-por-bolsonaro-enfrenta-cortes-e-nao-abriu-concursos-apos-2-anos>. Acesso em: 21 ago. 2021.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GOULART, D. M. **A perspectiva da subjetividade em saúde mental: estratégias, avanços e desafios**. 4 set. 2019. Palestra proferida no evento Diálogos sobre Saúde Mental na Universidade da Universidade Federal do Tocantins.

GOULART, D. M. **Saúde mental, educação e subjetividade: discutindo muros, pontes e desafios**. Cenat. 04 mai. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mgp0nrtnwuy>. Acesso em: 05 mai. 2021.

GOULART, D. M; ALCANTARA, R. de. **Educação escolar e subjetividade: desafios contemporâneos**. GlobalSouth, 2016.

GUERRA, S. **Direitos humanos: Curso Elementar**. 5 ed. Saraiva: 2018.

HIRDES, A. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, pág. 297-305, fevereiro de 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000100036&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000100036&lng=en&nrm=iso). Acesso em 20 mar. 2021.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução Luiz Repa. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HOMEM, M; MOSÉ, V. **A pandemia e o valor da vida**. Café filosófico CPFL. 25 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dFM2kC6y3Pc>. Acesso em: 29 mar. 2021.

HOMEM, M. **Lupa da alma: quarentena revelação**. Todavia. Kindle

HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IANNINI, G E TEIXEIRA, A. Reflexões sobre o DSM 100. **Rev. Opção Lacaniana**. v. 5, n. 14, jul. 2014. Disponível em: [http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero\\_14/Reflexoes\\_sobre\\_o\\_DSM\\_100.pdf](http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_14/Reflexoes_sobre_o_DSM_100.pdf). Acesso em: 01 jul. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica. n.41. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em 01 dez. 2019.

KESLEY, P. Quanto dinheiro o Brasil coloca na educação pública? **Todos pela Educação**. 05 jun. 2018. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/Quanto-dinheiro-o-Brasil-coloca-na-Educacao-Publica>. Acesso em: 18 de set. 2020.

LACAN, J. **O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada**. In J. Lacan, Escritos (p. 197-214) Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Seminário – livro nove – A identificação**. Tradução Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**. São Paulo: Boitempo, 2019.

\_\_\_\_\_. Escola não é empresa! O ataque do neoliberalismo à educação. **Tv Boitempo**. 23 set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pbkvcokdjwg>. Acesso em: 15 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. O ataque estratégico do neoliberalismo à educação. **GGN**, 14 out. 2019. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/o-ataque-estrategico-do-neoliberalismo-a-educacao-por-christian-laval-2/> acesso em 05 dez. 2019.

LAMBERT, MOREIRA E CASTRO. Estado da Arte sobre adoecimento do estudante universitário brasileiro. **Rev. Brasileira de Educação e Saúde**. Pombal, v.8, n.2, p. 31-36, abr-jun, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Estado da Arte sobre adoecimento do estudante univ.pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Estado_da_Arte_sobre_adoecimento_do_estudante_univ.pdf). Acesso em: 02 ago. 2020.

LEAL, K. S. et. al. Desafios enfrentados na Universidade pública e a saúde Mental dos estudantes. **Rev. Humanidades e Inovação**. v. 6, n. 9 vol. 1, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1149>. Acesso em: 02 ago. 2020.

LEÃO, T. M; IANE, A. M. Z; GOTO, C. S. Individualização e sofrimento psíquico na universidade: entre a clínica e a empresa de si. **Rev. Humanidades e Inovação**. v. 6, n. 9 vol. 2, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1250>. Acesso em:

LIMA et.al. Saúde e sofrimento psíquico no contexto universitário à luz da teoria psicanalítica dos quatro discursos. **Rev. Humanidades e Inovação**. v. 6, n. 9 vol. 2, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1243>. Acesso em: 02 ago. 2020.

LIPOVETSKY, Gilles. **Da leveza**: Para uma civilização do ligeiro. Tradução Idalina Lopes. Barueri: Manole, 2016.

LOSEKANN, R. G. C. B. MOURÃO, H. C. Desafios do teletrabalho na pandemia Covid-19: quando o home vira office. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53637/751375150139>. Acesso em: 02 ago. de 2020.

MAITO, D. C, et. al. A universidade como reflexo da sociedade: a contradição movendo a história. **Rev. Interface (Botucatu)**. v. 23, nov. 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832019000100410&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832019000100410&script=sci_arttext). Acesso em 10 ago. 2020.

MARQUES, E. S. et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública [online]**. v. 36, n. 4, p. 1-6. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2020.v36n4/e00074420/pt>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MATOS, A. O que está por trás do projeto que autoriza empresas a comprarem vacinas. **Carta Capital**, 08 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-esta-por-tras-do-projeto-que-autoriza-empresas-a-comprarem-vacinas/>. Acesso em 12 abr. 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 5ª reimpressão. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

MENDONÇA, H. Negros são maioria nas universidades públicas do Brasil pela primeira vez. **El País**, Brasil, 13 nov. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/politica/1573643039\\_261472.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/politica/1573643039_261472.html). Acesso em: 14 nov. 2019.

MENDONÇA, H. Notícias sobre covid-19| país supera 332.000 mortes por covid-19 e 13 milhões de infectados pela doença. **El país**, Brasil, 05 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-05/noticias-sobre-covid-19-e-a-crise-politica-ao-vivo.html>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MERLI, I. M.; RIANELLI, L. L. Caso Ximenes Lopes vs. Brasil (2006): O assassinato de um deficiente e o modelo hospitalocêntrico. **Casoteca do NIDH – UFRJ**. Disponível em: <https://nidh.com.br/damiao/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

NÃO É NORMAL UFV. **Não é normal, UFV**. 14 jun. 2017. Facebook: Não é normal UFT. Disponível em: <https://www.facebook.com/naoenormalufv/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

OLIVEIRA, R. M. **As percepções dos agentes penitenciários sobre a política de saúde voltada ao trabalhador do cárcere**. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1793>. Acesso em: 05 de jul. 2020.

OLIVEIRA, R. M; ROSA, C. M; NASCIMENTO, A. C. P. 2019. Os grupos psicoterapêuticos como ferramenta para a redução do sofrimento psíquico nas universidades. **Rev. Humanidades e Inovação**. v. 6, n. 9 vol. 2, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1237>. Acesso em 01 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Investimento em saúde mental cresce em ritmo insuficiente, denuncia OMS**. Publicado em 06 de junho de 2018. disponível em: <https://nacoesunidas.org/investimento-em-saude-mental-cresce-em-ritmo-insuficiente-denuncia-oms/>. Acesso em 04 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Declaração universal dos direitos humanos**. 10 dez.1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 10 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Organização Mundial de Saúde. **Folha informativa: Transtornos Mentais**. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5652:folha-informativa-transtornos-mentais&Itemid=839](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5652:folha-informativa-transtornos-mentais&Itemid=839). Acesso em 04 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Folha informativa – covid-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875). Acesso em: 02 de ago. De 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Education at a Glance 2017**. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/eag/documentos/2017/relatorio\\_education\\_a\\_t\\_a\\_glance\\_2017.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2017/relatorio_education_a_t_a_glance_2017.pdf). Acesso em: 10 set. 2020.

OXFAM BRASIL. **Primeiro caso de morte por covid-19 no rio é o retrato da vulnerabilidade das mulheres na pandemia**. 28 mai. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/primeiro-caso-de-morte-por-covid-19-no-rio-e-o-retrato-da-vulnerabilidade-das-mulheres-na-pandemia/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Quem paga a conta?** Jul. 2020. Disponível em: [https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2021/04/cms\\_files\\_115321\\_15997803591595622094Nota\\_informativa\\_da\\_Oxfam\\_Quem\\_Paga\\_a\\_Conta.pdf](https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2021/04/cms_files_115321_15997803591595622094Nota_informativa_da_Oxfam_Quem_Paga_a_Conta.pdf). Acesso em 10 fev. 2021.

PATINO, J. F. T. **Os desafios da saúde mental no contexto universitário**. 19 out. 2019. Palestra proferida no Centro Universitário Luterano de Palmas.

PENHA, L. M. A pandemia em Manaus: desafios de uma cidade na Amazônia. **Rev. Ensaios de Geografia**. v. 5, n. 9. 2020. Disponível em: [https://periodicos.uff.br/ensaios\\_posgeo/article/view/42590/html](https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/42590/html). Acesso em: 02 de ago. de 2020.

PIANA, M. C. **A pesquisa de campo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 233p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-06.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2019.

PINCER, P. Projeto autoriza compra de vacinas contra covid-19 por empresas públicas e privadas. **Rádio senado**, 05 abr. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/04/05/projeto-autoriza-compra-de-vacinas-contracovid-19-por-empresas-publicas-e-privadas>. Acesso em 10 abr. 2021

PINHEIRO, P.; FRANCISCHETTO, G. P. P. Para que não se esqueça: direito fundamental à memória e a contribuição da formação escolar. **Espaço Jurídico Journal of Law [EJL]**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 377–396, 2019. DOI: 10.18593/ejll.16308. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/16308>. Acesso em: 10 abr. 2021.

PIOVESAN, F. **Temas de Direitos Humanos**. 5. ed. São Paulo. Saraiva. 2012.

PORTELA, P. E; JUNIOR, J. P; FREITAS, J. B. de. **Raça, gênero e saúde mental nas universidades federais**. Boletim n. 08 de 2020. Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA). Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/boletins/boletim-gemaa-8-raca-genero-e-saude-mental-nas-universidades-federais/>. Acesso em: 05 mai. 2021.

PUBLICA. Os pedidos de impeachment de Bolsonaro. **Publica Agência de jornalismo Investigativo**. Disponível em: <https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/#coronavirus>. Acesso em: 10 abr. 2021.

QUEIROZ, L. M; LIRA, R. R. **Saúde mental em tempo de isolamento**. 04 jul. 2020. Disponível em: <https://medium.com/allegoricapsicologia/collab-sa%C3%BAde-mental-em-tempo-de-isolamento-8d5674b3fbb4>. Acesso em 05 mar. 2021.

RAMOS, André Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SACRAMENTO, L. F. **A universidade mercantil**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

SAFATLE, V. **A psicanálise como modelo de crítica à sujeição social**. 19 ago. 2019. Palestra proferida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WFvU31VCpko>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SAFATLE, V.; CARVALHO, L.; ANTUNES, R. **Limites da democracia no Brasil**. Seminário Internacional Democracia em colapso? Boitempo. 5 nov. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D8HaJXn6Zbs>. Acesso em: 01 abr. 2021.

SAFATLE, V.; JUNIOR, N. da S.; DUNKER, C. (Orgs.) **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SAFATLE, V.; JUNIOR, N. da S.; DUNKER, C. orgs. **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. 1 ed. 1 reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SALLES, J. C. **Universidade pública e democracia**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

SANTANA, M. M.; DOMENICO, S. M. R. de; TEIXEIRA, M. L. M. **Dignidade organizacional: um estudo em uma organização financeira**. Disponível em: < <http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/article/download/656/627>. Acesso em: 06 Dez. 2019.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Afrontamento, 7 ed, 1999.

\_\_\_\_\_. **A cruel pedagogia do vírus** [recurso eletrônico] 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso digital. Kindle.

\_\_\_\_\_. **Da pandemia à utopia: o futuro começa agora | entrevista com Boaventura de Sousa Santos**. Carta Capital. 20 fev. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uskh4Vn49R>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SANTOS, H. G. B. dos; MARCON, S. R.; ESPINOSA, M. M.; BAPTISTA, M. N.; PAULO, P. M. C. de. Fatores associados à presença de ideação suicida entre universitários. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. v. 25, p. 1-8, 2017.

SANTOS, M. D. dos. **A democratização da universidade pública: o impacto orçamentário na efetivação das políticas afirmativas no âmbito da UFT**. Disponível em: [positorio.uft.edu.br/handle/11612/2053](http://positorio.uft.edu.br/handle/11612/2053). Acesso em: 10 jun. 2021.

SILVA, J. V.; GHIZONI, L. D. Dificuldades, sofrimento e prazer na vida acadêmica: um estudo com estudantes de administração e jornalismo. IV Jornada Interdisciplinar PPGCOM/UFT. Anais. 2019.

SILVA, E. P; TODARO, A. P; REIS, A. C. O sofrimento do universitário e suas relações com a dinâmica da universidade. **Rev. Farol – Revista de estudos organizacionais e sociedade**.



v. 7, nr. 18, p. 37-75, abr. 2020. Disponível em:  
<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/5528>. Acesso em: 05 mai. 2021.

TEIXEIRA, M. L. M.; DOMENICO, S. M. R. de; MENDES, L. H. de L. **Dignidade Organizacional: valores e relações com stakeholders**. Disponível em:  
[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014\\_EnANPAD\\_EOR1880.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_EOR1880.pdf). Acesso em 06 nov. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UNB. Felicidade se estuda na faculdade. **UnB Notícias**, Brasília, 18 jul. 2018. Disponível em: <https://noticias.unb.br/publicacoes/67-ensino/2392-felicidade-se-estuda-na-faculdade> Acesso em 20 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Unidades de acolhimento e atendimento psicológico UnB**. Disponível em:  
[http://www.noticias.unb.br/images/Noticias/2018/Documentos/09072018\\_AcolhimentoPsicologicoUnB.pdf](http://www.noticias.unb.br/images/Noticias/2018/Documentos/09072018_AcolhimentoPsicologicoUnB.pdf) Acesso em 01 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Saúde mental é ponto de atenção na Semana Universitária. **UnB Notícias**, Brasília, 24 set. 2019. Disponível em: <https://www.noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/3240-saude-mental-e-ponto-de-atencao-na-semana-universitaria>. Acesso em 01 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Desafios do cuidado com a saúde mental e a qualidade de vida na Universidade de Brasília. **UnB Notícias**, Brasília, 25 jun. 2018. Disponível em:  
<https://www.noticias.unb.br/artigos-main/2365-desafios-do-cuidado-com-a-saude-mental-e-a-qualidade-de-vida-na-universidade-de-brasilia>. Acesso em 01 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Edital nº 01/2019 - **Mapeamento de espaços de cuidado**. Brasília, 26 ago. 2019. Disponível em:  
[http://dac.unb.br/images/EDITAIS/DASU/2019/Edital\\_012019\\_Mapeamento\\_de\\_espaos\\_de\\_cuidado.pdf](http://dac.unb.br/images/EDITAIS/DASU/2019/Edital_012019_Mapeamento_de_espaos_de_cuidado.pdf). Acesso em: 01 dez. 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. USP. Escritório de Saúde Mental da USP atende alunos em sofrimento. **Jornal da USP**, São Paulo, 22 ago. 2018-a. Disponível em:  
<https://jornal.usp.br/atualidades/escritorio-de-saude-mental-da-usp-atende-alunos-em-sofrimento/> Acesso em 01 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Graduação lança oito novas disciplinas este ano. **Jornal da USP**, São Paulo, 23 abr. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/pro-reitoria-de-graduacao-lanca-oito-novas-disciplinas-este-ano/>. Acesso em 01 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Escritório de Saúde Mental: **Prevenção e Orientação**, 2018. Página inicial. Disponível em: <https://sites.usp.br/esm/prevencao/> Acesso em: 01 dez. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. UFT. **Programa Mais Vida – Programa de Promoção a vida e a saúde mental**. Página inicial. Disponível em:  
<https://ww2.uft.edu.br/programa-mais-vida>. Acesso em 20 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Programa Mais Vida – Programa de Promoção a vida e a saúde mental**. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/4dbMwkeKTEmvlsn26O0iyg/content/Programa%20de%20Pr>

[omo%C3%A7%C3%A3o%20C3%A0%20Vida%20e%20C3%A0%20Sa%C3%BAde%20Mental%20-%20Mais%20Vida.pdf](#). Acesso em: 20 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 14, de 23 de outubro de 2019. **Dispõe sobre a Normativa que orienta a política de realização de eventos festivos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins**. Palmas-TO, 2020. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/fcDLv47aTW-F0xPj49WBtw>. Acesso em: 15 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 559, de 11 de abril de 2018. **Institui no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, a comissão gestora do programa de promoção à vida e à saúde mental**. Palmas-TO, 2018. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/C0oMph3cR9uinBXiqGe7Hw/content/Boletim%20Interno%20n%C2%BA%2045%20-%202011%20de%20abril%20de%202018.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Disciplina optativa desenvolve atividades envolvendo a comunidade universitária. **Últimas notícias**. Palmas, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/26610-disciplina-optativa-desenvolve-atividades-envolvendo-a-comunidade-universitaria-2>. Acesso em: 05 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Programa mais vida realiza oficina de clínica do trabalho e cuidado em saúde mental. **Últimas notícias**. Palmas, 30 out.2019. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/26422-programa-mais-vida-realiza-a-oficina-de-clinica-do-trabalho-e-cuidado-em-saude-mental>. Acesso em 10 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Avaliação Institucional – Ano Base 2016, Ciclo 2015-2017**. Palmas: EDUFT, 2017. Disponível em: <http://download.uft.edu.br/?d=e4ffed83-d353-4412-80aa-58dfc6d64c1f;1.0:Relat%C3%B3rio%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%202016.pdf>. Acesso em 01 de nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 23, de 30 de março de 2020. **Dispõe acerca do Plano de Contingência para desenvolver as atividades administrativas e acadêmicas da UFT, tendo em vista as medidas de proteção para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)**. Palmas-TO, 2020. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/L9JzxjU0SUm6hmqfg21p0Q>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Auxílio saúde**. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/proest/saude>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

\_\_\_\_\_. UFT completa 16 anos mais acessível aos tocantinenses e às pessoas de baixa renda. **Últimas notícias**. Palmas, 14 mai. 2019. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/25279-uft-completa-16-anos-mais-acessivel-aos-tocantinenses-e-as-pessoas-de-baixa-renda>. Acesso em: 20 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 28, de 08 de outubro de 2020. **Dispõe acerca das Diretrizes Gerais para o desenvolvimento das atividades acadêmicas da UFT, Ensino Remoto (Online) e Ensino Híbrido, durante o período emergencial decorrente do coronavírus**



(Covid-19). Palmas-TO, 2020. Disponível em:

<https://docs.uft.edu.br/share/s/m356DUWVSWGkBG2LOm363Q>. Acesso em: 10 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Saúde mental e qualidade de vida na universidade**. Cartilha. 15 Mai. 2020. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/s/pMsiAmynT4CeKTW9vt5hLg>. Acesso em 20 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Proest divulga edital de Inclusão Digital 2021 para auxílio no ensino remoto.

**Últimas notícias**. Palmas, 05 abr. 2021. Disponível em:

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/29288-proest-divulga-edital-de-inclusao-digital-2021-para-auxilio-no-ensino-remoto>. Acesso em 08 de jul. 2021a.

\_\_\_\_\_. Distribuição de chips para inclusão digital inicia nesta quinta, 14. **Últimas notícias**. Palmas, 13 jan. 2021. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/28679-distribuicao-de-chips-para-inclusao-digital-inicia-nesta-quinta-14>. Acesso em:

08 jul. 2021b.

\_\_\_\_\_. Lançado edital de seleção do Programa Auxílio Saúde referente a maio de 2021.

**Últimas notícias**. Palmas, 18 mai. 2021. Disponível em:

<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/29517-lancado-edital-de-selecao-do-programa-auxilio-saude-referente-a-maio-de-2021>. Acesso em 08 de jul. 2021c.

VASCONCELOS et al. O novo coronavírus e os impactos psicológicos da quarentena. **Rev. Desafios**. Palmas, v. 7, n. Especial 3. Supl. COVID-19. p. 75-80. abr. 2020. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/8816/16731>. Acesso em: 02 de ago. de 2020.

VILHENA, J. Corpo como tela... navalha como pincel. A escuta do corpo na clínica

psicanalítica. **Rev. Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, vol. 19, n. 4, p. 691-706. dez. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2330/233050462008.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

VILHENA, J. de e ROSA, C. M. Diagnóstico em Saúde Mental: por uma concepção não objetivista das representações da loucura. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, vol. 5, n. 1, jan.-jun. 2012, p. 26-36. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-34822012000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822012000100004).

Acesso em: 10 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Do manicômio ao CAPS. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.37, p.154-176, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2498/2361>.

Acesso em: 10 fev. 2021.

WHAT HAPPENED, MISS SIMONE? Direção de Liz Garbus. Netflix, 2015. Disponível em: Netflix. Acesso em 16 jul. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Mental Health and Psychosocial Considerations During COVID-19 Outbreak**. 2020. Disponível em:

[https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/mental-health-considerations.pdf?sfvrsn=6d3578af\\_2](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/mental-health-considerations.pdf?sfvrsn=6d3578af_2). Acesso em: 10 mar. 2020.

ZANELLA, F. M. **Direitos humanos e saúde mental**: um debate necessário. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4960/TCC%20FERNANDA%20M.%20ZANELLA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 mai. 2021.

ZIZEK, S. Pandemia covid-19 e a reinvenção do comunismo. [recurso eletrônico] 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso digital. Kindle.

\_\_\_\_\_. Devemos viver até morrer. **A terra é redonda**. 28 fev. 2021. Disponível em: [https://aterraeredonda.com.br/devemos-viver-ate-morrer/?fbclid=IwAR2j-QYQMRXXEg0wgkV5Gb4Ifc0R0MLWSc6qTFeo\\_4ts63SZZ2KHk-k7EmU](https://aterraeredonda.com.br/devemos-viver-ate-morrer/?fbclid=IwAR2j-QYQMRXXEg0wgkV5Gb4Ifc0R0MLWSc6qTFeo_4ts63SZZ2KHk-k7EmU). Acesso em: 15 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Podemos vencer as cidades pós humanas. **Outras Palavras** 21, mai. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/zizek-podemos-vencer-as-cidades-pos-humanas/>. Acesso em 05 de fev. 2021.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido***Página 1 de 2***TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**TÍTULO DA PESQUISA:** A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO SOBRE SAÚDE MENTAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS: uma análise das práticas institucionais à luz da dignidade da pessoa humana

**PESQUISADORA RESPONSÁVEL:** Luzia Vieira da Silva Bernardes

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. Carlos Mendes Rosa

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa, que tem como objetivo realizar uma análise institucional das políticas públicas de promoção de saúde mental na UFT, a partir da escuta dos alunos de graduação do campus universitário de Palmas.

Trata-se de uma maneira de escutar os alunos sobre a políticas institucionais de cuidado em saúde mental realizadas pela universidade. Ajudando assim, na construção de espaços de escuta, de fala e ações que possibilitem conhecer e ajudar os alunos em sua trajetória acadêmica.

Esta etapa da pesquisa consiste em coleta de dados através de entrevista com roteiro semiestruturado, sendo. Realizada a distância, por meio da plataforma *google meet*. Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a entrevista, sem nenhum prejuízo para você.

Garantimos que você está recebendo uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e sempre que solicitado encaminharemos uma via deste a você.

Existem riscos de que você se sinta inibido(a) ou constrangido(a), ou com receio de responder alguma das perguntas, por revelarem informações pessoais. Para minimizar esses riscos esta entrevista está sendo realizada em sala reservada, com acesso somente da pesquisadora, onde poderá sentir-se seguro.

Todas as informações que você nos fornecer através desta entrevista, serão utilizadas somente para fins desta pesquisa. Durante a realização deste estudo os dados por você fornecidos serão mantidos em sigilo e o seu nome não aparecerá quando os resultados forem apresentados. Serão tomados cuidados, ao apresentar os resultados, para que você não seja identificado(a) de nenhuma forma. Além disso, garantimos o livre acesso aos resultados da pesquisa quando esta for encerrada. Os resultados serão ainda divulgados aos participantes por meio de exposição oral, como palestras e rodas de conversa.

Se você precisar de alguma assistência, como orientação ou encaminhamentos de qualquer outra espécie solicitamos que entre em contato com a pesquisadora responsável para que sejam tomadas as devidas providências. Além disso, se você tiver algum gasto que seja devido à sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite.

Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito à indenização.

Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável no endereço quadra 205 Norte, avenida NS 03, casa 50, ou pelo telefone (63) 99297-0440 ou pelo e-mail: luziabernardes@uft.edu.br

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos, enquanto participante de pesquisas sejam respeitados. Ele tem a função de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso necessite, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone (63) 3229- 4023, pelo e-mail: cep\_uft@uft.edu.br, ou Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio do Almoxarifado, CEP-UFT 77001-090 - Palmas/TO. O horário de atendimento do CEP é de segunda e terça das 14 às 17 horas e quarta e quinta das 9 às 12 horas.

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado(a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do participante da pesquisa

---

Luzia Vieira da Silva Bernardes  
Pesquisadora responsável

---

Prof. Dr. Carlos Mendes Rosa  
Orientador

## APÊNDICE B – Temo de autorização para a gravação de voz e imagem

Eu \_\_\_\_\_, estando ciente dos riscos e benefícios que a pesquisa - A percepção dos alunos de graduação sobre saúde mental na UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS: uma análise das práticas institucionais à luz da dignidade da pessoa humana - poderá trazer, e entendendo o método que será usado para a coleta de dados, **AUTORIZO**, por meio deste termo, a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, revistas científicas, jornais, congressos entre outros eventos dessa natureza;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Ademais, tais compromissos estão em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/ Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Palmas, \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do participante da pesquisa

---

Luzia Vieira da Silva Bernardes – pesquisadora responsável

**Este documento deverá ser elaborado em duas vias, uma ficará com o participante e outra com a pesquisadora responsável.**

## APÊNDICE C – Modelo da entrevista semiestruturada



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS  
HUMANOS

### **Roteiro da Entrevista Semiestruturada**

#### I – Perfil Sociodemográfico

Idade: \_\_\_\_\_

Gênero:

Cor de pele:

Natural de:

Graduação em curso: \_\_\_\_\_

Região onde mora: \_\_\_\_\_

#### II - Indicadores da relação com a instituição

Como você está e como está passando por esse momento de pandemia?

Como tem sido a sua vida na universidade?

Quais eram suas expectativas antes de entrar na UFT?

Como foi seu processo de adaptação?

#### III - Indicadores de saúde mental e vulnerabilidades

O que você considera como fatores que causam sofrimento na universidade?

Você já teve algum sofrimento causado pelas atividades acadêmicas? Se sim, quais?

Você considera que a universidade contribui para o sofrimento do aluno? De que forma?

#### IV - Indicadores de políticas de saúde mental na universidade

Você conhece serviços de apoio e acolhimento na UFT? Quais?

Você acessa ou já acessou algum serviço ou atividade de apoio ou acolhimento em saúde mental na UFT?

Você considera que essas ações poderiam ajudar na prevenção do sofrimento na universidade? De que forma?

Como você imagina que poderiam ser as ações de promoção de saúde mental na universidade?

V - Indicadores de dignidade, cidadania e direitos humanos

Você considera que exista uma relação entre saúde mental e dignidade humana?

Você considera que a universidade promove reconhecimento e cidadania?

Que elementos você considera que devem existir para considerarmos que uma vida é digna?

Observações da Entrevistadora



## APÊNDICE D – Mensagem de divulgação da pesquisa enviada por e-mail

Olá representantes do DCE!

Espero que estejam bem.

Venho convidá-los a participar da pesquisa de mestrado: Saúde Mental na Graduação – UFT, realizada por mim, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Mendes Rosa.

A pesquisa será feita por meio de uma entrevista através de plataformas digitais.

Assim, para atingir o maior número de alunos, peço por gentileza, que vocês encaminhem essa mensagem aos alunos e aos CAs das graduações do campus de Palmas, divulgando a pesquisa, para que seja possível realizar o contato e o agendamento das entrevistas. **Os alunos interessados, devem responder ao formulário, disponível no link abaixo.** Manifestando o interesse em participar, receberão o TCLE e agendaremos a entrevista.

<https://forms.gle/hCyZ7SL8Usu5dSQw5>

A pesquisa tem como objetivo conhecer a percepção dos estudantes de graduação da UFT – Campus Palmas, sobre saúde mental no contexto universitário e identificar quais são suas demandas em ações de promoção de saúde mental e prevenção ao sofrimento psíquico. A partir dos resultados pretende-se propor um plano de acolhimento para os estudantes que vise o cuidado em saúde mental.

Como garantias éticas, a pesquisa está aprovada pelo Comitê de ética da UFT, sob nr. de parecer 4.028.671, a participação dos alunos será autorizada por meio da assinatura do TCLE e seus dados pessoais mantidos em sigilo.

Ressalto a importância da pesquisa para o contexto acadêmico, visto que promove o diálogo sobre saúde mental e possibilitará avançarmos em estratégias de cuidado.

Desde já agradeço a colaboração.

Atenciosamente,



Luzia Bernardes  
Adm.  
Mestranda em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos - UFT  
Coordenação de Gestão de Pessoas  
Câmpus Universitário de Palmas  
[www.uft.edu.br](http://www.uft.edu.br)  
+55 63 99297-0440 (WhatsApp)

## APÊNDICE E - Formulário de divulgação da pesquisa

Participe!!

### Pesquisa Saúde Mental na Graduação - UFT

Olá estudante, espero que esteja bem!

Convido você a participar da pesquisa Saúde mental na graduação - UFT.

A pesquisa tem como objetivo conhecer a percepção dos estudantes de graduação da UFT - Campus Palmas, sobre saúde mental no contexto universitário e identificar quais são suas demandas em ações de promoção a saúde mental e prevenção ao sofrimento psíquico. A partir dos resultados, pretende-se propor um plano de acolhimento para os estudantes que vise o cuidado em saúde mental.

A participação será por meio de uma entrevista, previamente agendada e realizada por meio de plataformas digitais em dia e horário de sua preferência, podendo durar de 30 a 60 minutos, de acordo com a sua disponibilidade de tempo. Sua participação será autorizada mediante assinatura do TCLE, seus dados pessoais serão mantidos em sigilo e as informações serão usadas apenas para fins científicos desta pesquisa. A participação é voluntária, não haverá nenhuma despesa e você também não recebe nenhuma remuneração. A pesquisa está aprovada pelo Comitê de ética da UFT, com parecer número 4.028.671, e desenvolvida no Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da UFT em parceria com a Esmat, pela pesquisadora Luzia Vieira da Silva Bernardes, com a orientação do Prof. Dr. Carlos Mendes Rosa.

Para participar, preencha os campos abaixo, deixando seus dados para contato. Em seguida será enviado o Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e o Termo de autorização para gravação da entrevista, que devem ser lidos e assinados.

Desde já agradeço pela atenção e espero que possamos nos encontrar em breve para essa conversa. Sua participação é fundamental para avançarmos no diálogo em saúde mental na universidade.

Até lá!

---

**Endereço de e-mail \***

Endereço de e-mail válido

Este formulário coleta endereços de e-mail. [Alterar configurações](#)

**Nome completo** \*

Texto de resposta curta

**Idade \***

Texto de resposta curta

**Telefone ( whats app)**

Texto de resposta curta

## APÊNDICE F - Formulário para autorização da participação e perfil sociodemográfico

Seção 1 de 3

### Pesquisa Saúde Mental na Graduação - UFT

Olá estudante!

Obrigada pelo seu interesse em participar da pesquisa! Suas contribuições são muito importantes para a construção desse trabalho.

Nesse momento que antecede a entrevista, peço por gentileza, que leia com atenção os documentos que seguem abaixo, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e o Termo de Autorização para a gravação da entrevista. São documentos essenciais, pois é por meio deles que você autoriza sua participação.

Seguem também, alguns campos para preenchimento dos critérios de inclusão na pesquisa e dados gerais que vão caracterizar seu perfil como participante.

Caso você tenha alguma dúvida quanto ao preenchimento e assinatura, sinta-se à vontade para perguntar, por e-mail no endereço luziabernardes@uft.edu.br ou conversamos no momento da entrevista para esclarecer.

Endereço de e-mail \*

Endereço de e-mail válido

Este formulário coleta endereços de e-mail. [Alterar configurações](#)

#### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Este é um convite para você participar desta pesquisa, que tem como objetivo conhecer a percepção dos estudantes de graduação da UFT - Campus Palmas, sobre saúde mental no contexto universitário e identificar suas demandas em ações de promoção a saúde mental e prevenção ao sofrimento psíquico.

Trata-se de uma maneira de contribuir para a melhoria das práticas institucionais de prevenção ao sofrimento e promoção da saúde mental realizadas pela universidade, a partir das demandas dos estudantes dos cursos de graduação, pois, partir dos resultados encontrados, será possível propor um plano de ação para o acolhimento dos estudantes, que vise a prevenção do sofrimento e a promoção de saúde mental na universidade. Ajudando assim, na construção de espaços de escuta, de fala e ações que possibilitem conhecer e ajudar os alunos em sua trajetória acadêmica.

Esta etapa da pesquisa consiste em coleta de dados através de entrevista com roteiro semiestruturado, sendo realizada por meio de plataforma digital, A entrevista será e serão feitos registros por escrito pela pesquisadora, em caderno próprio.

Lembramos que a sua participação é voluntária, não haverá nenhuma despesa e você também não recebe nenhuma remuneração. Você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a entrevista, sem nenhum prejuízo para você.

Garantimos que você está recebendo uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, via e-mail e formulário eletrônico e sempre que solicitado encaminharemos uma via deste a você.

Durante a entrevista, existem riscos de que você se sinta inibido(a) ou constrangido(a), ou com receio de responder alguma das perguntas, por revelarem informações pessoais. Para minimizar esses riscos esta entrevista será realizada em sala online reservada, com acesso somente da pesquisadora, onde poderá sentir-se seguro(a).

Todas as informações que você fornecer através da entrevista, serão utilizadas somente para fins desta pesquisa.

Durante a realização deste estudo seus dados serão mantidos em sigilo e o seu nome não aparecerá quando os resultados forem apresentados. Serão tomados cuidados, ao apresentar os resultados, para que você não seja identificado(a) de nenhuma forma. Além disso, garantimos o livre acesso aos resultados da pesquisa quando esta for encerrada. Os resultados serão ainda divulgados aos participantes por meio da dissertação, que ficará disponível no repositório da UFT, bem como exposição oral, como palestras e rodas de conversa.

Se você precisar de alguma assistência, como orientação ou encaminhamentos de qualquer outra espécie solicitamos que entre em contato com a pesquisadora responsável para que sejam tomadas as devidas providências. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito à indenização.

Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável no endereço quadra 205 Norte, avenida NS 03, casa 50, ou pelo telefone (63) 99297-0440 ou pelo e-mail: luziabernardes@uft.edu.br

A pesquisa está aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFT e em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa, você poderá entrar em contato com o CEP/UFT. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos, enquanto participante de pesquisas sejam respeitados. Ele tem a função de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso necessite, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone (63) 3229- 4023, pelo e-mail: cep\_uft@uft.edu.br ou Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, Al. CNO 14, Prédio do Almoxarifado, CEP-UFT 77001-090 - Palmas/TO

O horário de atendimento do CEP é de segunda e terça das 14 às 17 horas e quarta e quinta das 9 às 12 horas.

Pergunta \*

- ☐ sim, concordo em participar voluntariamente.
- ☐ não concordo em participar

Após a seção 1 Continuar para a próxima seção

Seção 2 de 3

## Temo de Autorização para a Gravação da Entrevista

Descrição (opcional)

### Título

Estando ciente dos riscos e benefícios que a pesquisa - A percepção dos alunos de graduação sobre saúde mental na UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS: uma análise das práticas institucionais à luz da dignidade da pessoa humana - poderá trazer, e entendendo o método que será usado para a coleta de dados, AUTORIZO, por meio deste termo, a gravação da minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, jornais, congressos entre outros eventos dessa natureza;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora e após esse período, serão destruídos e,

6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Ademais, tais compromissos estão em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/ Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Nome completo \*

Texto de resposta curta

Após a seção 2 Continuar para a próxima seção

## Seção 3 de 3

## Dados de perfil e Critérios de inclusão



Descrição (opcional)

Qual seu curso, período e Campus onde estuda? \*

Texto de resposta curta

Você está regularmente matriculado(a), sem trancamento total ou parcial da matrícula? \*

☐ Sim, estou regularmente matriculado(a), sem trancamento.☐ Não - encerre o formulário

Você está afastado(a) das atividades acadêmicas por motivo de saúde? \*

☐ Sim, estou afastado(a) - encerre o formulário☐ Não estou afastado(a)

Você pode escolher um nome fictício para ser identificado(a) na pesquisa, visto que sua identidade será mantida em sigilo. Qual seria esse nome?

Texto de resposta longa

A qual gênero se identifica?

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Outros

Qual sua cor de pele?

Texto de resposta curta

Qual sua idade?

Texto de resposta curta

Em que cidade e região você mora?

Texto de resposta curta

Você é natural de qual Estado?

Texto de resposta curta

**APÊNDICE G:** Cartilha elaborada como produto técnico a partir da pesquisa